

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**OS DESDOBRAMENTOS DO FEMININO NA MATERNIDADE: UMA ESCUTA  
PSICANALÍTICA DE MULHERES QUE TIVERAM SEUS FILHOS (AS)  
ACOLHIDOS (AS) INSTITUCIONALMENTE**

HALANDERSON RAYMISSON DA SILVA PEREIRA

PORTO VELHO  
2014

HALANDERSON RAYMISSON DA SILVA PEREIRA

**OS DESDOBRAMENTOS DO FEMININO NA MATERNIDADE: UMA ESCUTA  
PSICANALÍTICA DE MULHERES QUE TIVERAM SEUS FILHOS (AS)  
ACOLHIDOS (AS) INSTITUCIONALMENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI) da Universidade Federal de Rondônia como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais.

Orientadora: Melissa Andrea Vieira de Medeiros

Porto Velho  
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA CENTRAL PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

P414d

Pereira, Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Os desdobramentos do feminino na maternidade: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente/ Halanderson Raymisson da Silva Pereira. Porto Velho, Rondônia, 2014. 156f.

Orientadora: Profa. Melissa Andrea Vieira de Medeiros

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia/ UNIR. Porto Velho, 2014.

1. Maternidade. 2. Feminilidade. 3. Psicanálise. 4. Acolhimento Institucional. I. Medeiros, Melissa Andrea Vieira de. II. Título.

CDU: 159.964.2-055.26

*Os desdobramentos do feminino na maternidade: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente*

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

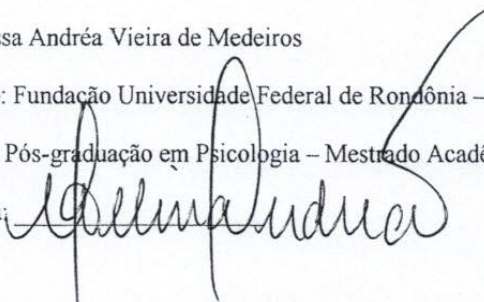
BANCA EXAMINADORA

Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Programa: Pós-graduação em Psicologia – Mestrado Acadêmico em Psicologia - MAPSI

Assinatura:

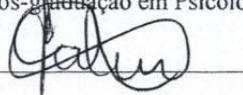


Dr. Luís Alberto Alberto Lourenço de Matos

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Programa: Pós-graduação em Psicologia – Mestrado Acadêmico em Psicologia –MAPSI

Assinatura:

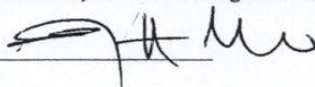


Dra. Ana Maria Loffredo

Instituição: Universidade de São Paulo

Programa: Pós- Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Assinatura:



Dissertação aprovada em 11 de agosto de 2014.

*Aos meus pais, Maria e José, pela transmissão do amor e por me fazerem desejar.  
A Wberlei de Melo pela sua dedicação, carinho e companheirismo.  
Sem vocês esse trabalho não seria possível.*

Agradecimentos:

*Às mulheres, sujeitos da pesquisa, que disponibilizaram suas vidas, seus saberes*

*A minha orientadora, Melissa Andrea Vieira de Medeiros, pela transmissão do saber e pelo seu exemplo de relação transferencial com a psicanálise*

*À Ana Loffedro e Luís Alberto, pela delicadeza nas orientações da produção de um saber*

*As minhas queridas amigas de caminhada – Lidiane, Simone, Aryanne e Tácia – por sempre me lembrarem a importância da amizade*

*Aos meus queridos colegas de trabalho - Andréia, Juliana, Lyerka, Paulo, Luciana, Andreza, Cristiane, Landa e Alessandra – pelas trocas de experiência*

*À coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Porto Velho, por ter consentido a realização dessa pesquisa*

*A UNIR, por ter possibilitado minha formação como psicólogo e pesquisador*

*Aos professores do MAPSI, especialmente a Ivonete Tamboril e a Juliano Cedaro, por suas contribuições*

*Às Faculdades Integradas Aparício Carvalho, por me possibilitar a experiência da docência*

*Aos meus alunos do curso de Psicologia da FIMCA, por alimentarem minha vontade de saber*

*Aos professores da FIMCA, em especial a Cristina, Francléia e Daniella, pela parceria na docência*

***Com licença poética***

*"Quando nasci um anjo esbelto, desses que  
tocam trombeta, anunciou: vai carregar  
bandeira. Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada. Aceito os  
subterfúgios que me cabem, sem precisar  
mentir. Não sou tão feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e ora sim,  
ora não, creio em parto sem dor. Mas o que  
sinto escrevo. Cumpro a sina. Inauguro  
linhagens, fundo reinos- dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem pedigree, já a minha  
vontade da alegria, sua raiz vai ao meu mil  
avô. Vai ser coxo na vida é maldição pra  
homem. Mulher é desdobrável. Eu sou."*

*Adélia Prado*

## RESUMO

PEREIRA, Halanderson Raymisson da Silva. *Os desdobramentos do feminino na maternidade: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente*. s.n. 2014. 156p. Porto Velho, Rondônia, 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014.

A maternidade tem sido descrita na história da sociedade Ocidental, no discurso médico e por alguns psicanalistas como uma das respostas para o ser mulher. Ao considerar a produção desses saberes, este trabalho se propõe a realizar uma discussão acerca do feminino e da maternidade, tendo como referência as teorizações freudianas e lacanianas que versam sobre essas temáticas. A pesquisa foi elucidada por meio de recortes de atendimentos à mulheres em uma instituição pública, que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente. Nas sessões, estas mulheres abordam e retratam a maternidade como uma função social que possui inúmeras dificuldades para ser exercida, além de destacarem um modelo de repetição materno advindo de suas próprias mães. O método psicanalítico, desvelou-se como uma outra via de escuta dos relatos dessas mulheres, proporcionando a formulação de outros saberes, os quais não estavam restritos ao discurso jurídico e social sobre o ser mãe, mas originavam-se dos meandros do inconsciente, do desejo, e da vivência subjetiva do materno. Os resultados da pesquisa apontam os diferentes e possíveis caminhos trilhados por essas mulheres para lidar com a falta do significante específico para o seu sexo, que transitam entre a suplência pela via do desejo de um filho à negação da maternidade como uma via de acesso a feminilidade. A psicanálise contribui para discutir a célebre pergunta *o que quer uma mulher?* ao atribuir às mulheres a possibilidade de construir um nome para si a partir de suas singularidades.

**Palavras-chave:** Maternidade. Feminilidade. Psicanálise. Acolhimento institucional.



## ABSTRACT

PEREIRA, Halanderson Raymisson da Silva. *The unfolding of the feminine in the maternity: A listened psychoanalysis from women that had their children institutionally accepted*.s.n. 2014. Porto Velho, Rondônia, 2014. 156p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014.

Motherhood has been described in the Western society history, in the medical discourse and by some psychoanalysts as one of the answers for the being known as woman. While considering the production of such knowledge, this paper proposes to conduct a discussion around the feminine and the motherhood, having as reference Freudian and Lacanian theories that deal with these issues. The research was elucidated by means of cutting treatment to women in a public institution that had their children institutionally accepted. In the sessions, those women address and portraits motherhood as a social function that has numerous difficulties to be exercised, in addition to excel as a motherly model repeated from their own mothers. The psychoanalytic method was unveiled as another way of listening to the stories of these women, providing the establishment of other knowledge, which were not restricted to the legal and social discourse about being a mother, but had originated the intricacies of the unconscious, the desire, and the subjective experience of motherhood. The survey results indicate the distinct possible paths taken by these women to deal with the lack of specific significant to their gender, transiting between the via of wishing for a child to the denial of motherhood as access road to womanhood. Psychoanalysis contributes to discuss the famous question *what does a woman want?* when assigning women the opportunity to build a name for themselves from their singularities.

**Keywords:** Motherhood. Feminine. Psychoanalysis. Institutional acceptance.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A PSICANÁLISE COMO MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>17</b>
1. 1 Freud e a pesquisa em psicanálise .....	17
1.2 A teoria dos discursos em Lacan: possibilidades de acesso ao saber .....	22
1.3 Método psicanalítico e transferência: instrumentos de pesquisa em psicanálise.....	31
1. 4 Campo da pesquisa .....	36
1.4.1 Breve histórico sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil.....	36
1.4.2. Sobre o lugar da pesquisa .....	40
1. 5 As mulheres participantes e os procedimentos da pesquisa .....	42
1.6 Análise dos dados .....	44
<b>2 A MULHER E SEUS NOMES NA HISTÓRIA .....</b>	<b>47</b>
2.1 Das mulheres da Antiguidade à mãe virginal da Idade Média .....	47
2.2 Para uma criança, uma mãe: o surgimento da infância e da família.....	56
2.3 A produção do mito do amor materno: um destino para o feminino? .....	61
<b>3 FEMINILIDADE E MATERNIDADE EM FREUD: ALGUNS APONTAMENTOS</b>	<b>68</b>
3. 1 A histeria e o surgimento da psicanálise .....	68
3. 2 O Édipo produz o homem, mas não a mulher.....	68
<b>4 A MÃE E A FEMINILIDADE EM LACAN .....</b>	<b>76</b>
4. 1 A mulher e onão todo do gozo feminino .....	76
4. 2 A mascarada .....	83

4. 3 A devastação na relação mãe-filha .....	86
<b>5. APRESENTAÇÃO DAS MULHERES .....</b>	<b>91</b>
<b>Charlotte .....</b>	<b>91</b>
<i>A filha espera mais substância da mãe .....</i>	<i>91</i>
<i>As ligações amorosas e a devastação: efeito da ausência de um significante da mulher?.....</i>	<i>101</i>
<b>Catarina .....</b>	<b>108</b>
<i>“Toda-mãe”? – É preciso dar conta.....</i>	<i>108</i>
<i>Que lugar para o pai no discurso materno? .....</i>	<i>114</i>
<b>Glória .....</b>	<b>119</b>
<i>Uma mulher que cria, mas não ama como mãe.....</i>	<i>119</i>
<i>Precisamos falar sobre esse garoto .....</i>	<i>125</i>
<b>Sarah .....</b>	<b>130</b>
<i>Para ser mãe é preciso adotar um filho .....</i>	<i>130</i>
 <b>UMA CONCLUSÃO NÃO-TODA.....</b>	 <b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

*Cansei de ser mãe, agora quero ser mulher! Nunca quis ter um filho, mas aconteceu e agora sou pai e mãe.* Essas são algumas das falas de mulheres, as quais tive a oportunidade de atender enquanto psicólogo no Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN) desde 2011, o qual está vinculado a um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, localizado na cidade de Porto Velho/ Rondônia. Entretanto, antes de destacar as singularidades inerentes aos atendimentos a essas mulheres, convém salientar que o referido serviço atende crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, ou seja, que foram afastadas excepcionalmente do convívio familiar e comunitário por se encontrarem em situação de risco social.

O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), que são aplicáveis, segundo o Art. 98, sempre que os direitos reconhecidos na referida lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

Nos atendimentos dispensados no SAIN, orientados pelo referencial teórico psicanalítico, as mães dessas crianças e adolescentes traziam em suas falas dificuldades em exercerem a maternidade, a “culpa” pelos motivos que ensejaram o acolhimento de seus filhos (as), bem como suas inquietações frente às intervenções técnicas da rede de atendimento a crianças e adolescentes. Relatavam-se sentir interpeladas e inquiridas pelos “especialistas” (principalmente psicólogos e assistentes sociais) em seus papéis maternos.

Ao discorrerem sobre o acolhimento dos seus filhos (as), sobre as situações conflituosas no contexto familiar, traziam ainda conteúdos de suas relações primevas, cujo referencial materno ocupava um lugar de destino trágico e que aparentemente estavam fadadas a repetir, mesmo que tentassem escapar dele. Essas mulheres, reiteradamente relatavam estarem seguindo, reatualizando, as relações que vivenciaram com suas mães na infância, principalmente no tocante a recusa da própria maternidade.

As queixas dessas mulheres suscitavam-me, enquanto profissional, questionamentos sobre o lugar discursivo que ocupavam: quem são essas mulheres? Do que se queixam? De serem mães? De serem mulheres? Ou de não terem executado satisfatoriamente esses papéis? O que é uma mulher e, recorrendo ao questionamento freudiano, o que quer uma mulher? O

que um filho (a) representa para uma mãe? O que denunciavam em seus discursos? Como uma mulher pode tornar-se uma mãe? Há uma íntima relação entre a feminilidade e a maternidade?

Falar sobre a mulher, a feminilidade e a maternidade exige um olhar que perpassa não apenas as condições psicológicas, subjetivas e estruturais desses sujeitos, mas que lhes situe na história da humanidade. Nesse sentido, destaca-se que os relatos dessas mulheres, além de as posicionarem enquanto sujeitos falantes, desvelam elementos tecidos historicamente.

O próprio movimento feminista surge como discurso que tenta desvincular da mulher um propósito biológico e doméstico, sustentado na sociedade francesa desde o século XVIII através dos argumentos naturalistas de Rousseau (2004), que apresentou a ideia de um instinto materno. Simone de Beauvoir (1970), representante do feminismo, apontou por meio de uma leitura existencialista outras formas de se vivenciar a maternidade, apresentando-a como uma escolha e não um determinismo ao dizer que a mulher pode vir a tornar-se mulher.

A ditadura da maternidade, de acordo com Elizabeth Badinter (1985), filósofa e feminista contemporânea, estaria atrelada a determinantes históricos que levaram a mulher a abrir mão de seu destino para cuidar de uma posição sociocultural que fora construída para ela.

A figura materna é reinventada com o surgimento da família, embora na época moderna, de acordo com Roudinesco (2003), a família ocidental deixou de ser conceituada como o paradigma divino ou Estatal ao ser desmistificada como um ideal, abrindo, por sua vez, as portas para as intervenções de terceiros sociais, que buscam orientá-la, principalmente no cuidado com as crianças. A família, portanto, “retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade” (ROUDINESCO, 2003, p. 20).

A família patriarcal, autoritária, triunfal ou melancólica, segundo Roudinesco (2003), foi sucedida por uma família mutilada, compreendida pelo senso comum como “desestruturada”, pois não está ligada a um modelo estritamente nuclear. O pai, que antes a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, permitindo transparecer um “[...] eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX” (ROUDINESCO, 2003, p. 21). Contudo, para além do declínio da imago paterna, a outra figura, que no arcabouço teórico psicanalítico ganhou destaque e relevância, representando inclusive a instituição família, foi a *mãe*.

Freud utilizou sua criação teórica para investigar inúmeras temáticas, dentre elas o feminino e o materno, porém seus textos, segundo Emídio (2008), exploraram timidamente esses campos, sendo estudados mais profundamente pelos seguidores da psicanálise, dentre eles Jacques Lacan (1957-58/1996), que situou na mulher uma falta, uma falta de falo, recorrendo ainda sobre a posição da mulher na triangulação edípica e sua singular relação com o gozo.

A mãe em Freud torna-se um objeto de afeto e uma via de investimento libidinal para a criança. Contudo, a mãe e a criança são impedidas de consumir essa união pela figura de um outro, um terceiro, em geral representado pelo pai na teoria freudiana. O complexo de Édipo, segundo Freud (1924/ 1996), teria sua resolução com o complexo de castração. Doravante, dentro do “desenvolvimento normal freudiano” o menino renunciará à mãe e se identificará com o pai, reconhecendo nele a Lei, que será introjetada, barrando os impulsos libidinais incestuosos, enquanto a menina não se sentindo ameaçada pelo temor da castração, afinal não tem tanto o que perder, pois já sendo castrada terá sua subjetividade construída a partir de um Édipo diferenciado.

A leitura sobre o complexo de Édipo freudiano e suas possíveis resoluções, foi submetida a uma releitura por Lacan (1957-58/1996), que não apenas assumiu como um novo trabalho teórico separar os resquícios imaginários da estrutura do Édipo freudiano, que o confundiam com uma rivalidade entre pai e filho, mas também trouxeram outras contribuições sobre o lugar da mãe na psicanálise.

Antes de falar sobre o complexo de Édipo, Lacan (1949/1998) situa seu prenúncio por meio do estádio de espelho, que se refere a um momento singular da vida psíquica da criança ao conquistar a imagem do seu próprio corpo, antes vivenciada de forma fragmentada, onde não havia uma totalidade. De acordo com Lacan (1949/ 1998, p. 97) “[...] basta compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo ou seja a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem”. Todavia, a saída dessa fase especular, segundo Dor (1992), mesmo ocasionando um esboço de sujeito, a criança não deixa de estar à mercê de uma relação fusional com a mãe. O que quer a criança nesse momento? Ser o desejo do desejo da mãe. A criança se faz objeto para supostamente preencher a falta do seu cuidador, que não necessariamente é a mãe, mas um Outro que encene esse papel.

É na relação com o Outro materno primordial, detentor da fala e da linguagem, conforme Lacan (1949/1998), que a criança é marcada pelos atos significantes, ou seja, o

cuidado rotineiro não apenas garante a sobrevivência física do bebê, mas delimita e organiza-o enquanto sujeito, desde que haja a mediação de um terceiro personagem, pois não há possibilidade dessa relação assumir um caráter simbólico e fecundo para desenvolvimento da criança, caso seja uma relação exclusiva, mantendo-se na alienação da mãe com seu bebê. A própria mãe, ou sujeito que exerça a função materna, é quem irá convocar esse terceiro, o mediador, para que ocupe um lugar no psiquismo da criança.

Enquanto a cultura ocidental e as exigências da vida em sociedade apontam para uma mãe idealizada, representante da família, do amor incondicional e instintivo, embora, segundo Badinter (1985, p. 11) “[...] muitos cientistas saibam perfeitamente que o conceito de instinto está caduco, alguma coisa em nós, mais forte do que a razão, continua a pensar na maternidade em termos de instinto”, a psicanálise vê o materno como um elemento essencial para a constituição psíquica do sujeito e ao mesmo tempo como um agente mortífero, quando não intermediado por um terceiro, ou seja, quando essa mãe não “autoriza” o ingresso do terceiro mediador, impossibilita a criança de tornar-se sujeito desejante e assim a mantém na posição alienante de assujeitada ao seu desejo mortífero.

As queixas e posicionamentos das mães que tiveram seus filhos acolhidos institucionalmente, revelaram-se como uma possibilidade de pesquisa acadêmica, pois demandavam a construção de um novo saber sobre suas subjetividades, implicadas por uma realidade histórica, social e política. Na tentativa de discutir tais situações esse trabalho foi subdividido em cinco seções.

A primeira seção apresenta o método psicanalítico, através de uma leitura freudolacaniana, como uma possibilidade de acesso a um saber produzido a partir de uma escuta analítica. Na seção seguinte foi realizado um recorte sobre as diferentes denominações conferidas à mulher na história ocidental. Deusas, bruxas, santas, mães e prostitutas foram algumas das designações atribuídas ao feminino. Esses diferentes nomes surgem como modos de lidar com os mistérios que revestem a mulher, ora compreendida em analogia a terra, devido a possibilidade de conceber vida, ora retratada como aquela que traz ao mundo o sofrimento e o pecado. Realizou-se uma discussão sobre o surgimento da maternidade como um constructo social e cultural, sustentado pelo discurso médico e analisado pela própria psicanálise, criticada pelos movimentos feministas na década de 70.

Na terceira seção são apresentados os postulados psicanalíticos sobre os possíveis destinos conferidos à mulher em Freud. Salienta-se que a própria psicanálise surgiu por meio

da escuta de mulheres consideradas históricas, que as deslocou de um cenário de exclusão no campo político, cultural e social, para uma cena analítica.

Em seu texto *Algumas consequências da diferença anatômica entre os sexos* (1925a/1996), Freud desdobra em três caminhos o destino da mulher: 1) a recusa da sexualidade, 2) o complexo de masculinidade e a 3) maternidade. Contudo, Freud não coadunou com as reivindicações do feminino, sustentando a posição de que não há uma representação para a mulher, para o feminino no inconsciente, embora haja uma diferença biológica entre os sexos.

As considerações freudianas acerca do feminino possibilitaram a Lacan retomar essa discussão, a qual foi apresentada na quarta seção ao ser destacado a inexistência *da Mulher* enquanto uma inscrição inconsciente, que, por sua vez, a situa a partir dos efeitos singulares da nomeação do feminino. A mulher estaria para além de uma referência fálica. Referência essa, que por meio do significante fálico, designa a posição masculina, porém, não satura o gozo feminino.

No Seminário *Mais, Ainda*, Lacan (1972-73/2008) atribui a mulher a suposição de um gozo complementar ao gozo fálico. No entanto, esse gozo feminino, não a exclui completamente da referência ao falo ou à castração. Além desses pontos, discute-se nessa seção sobre a *devastação* na relação mãe e filha, a qual pode ser resultante da relação privilegiada da mulher com o real, pois ao não estar toda submetida à lei da castração e da linguagem teria uma relação contingente para com este último.

Na última seção são apresentados o campo de investigação, os critérios para escolha das mulheres participantes e os procedimentos adotados na pesquisa. Ainda foram apresentados os relatos dessas mulheres, analisados à luz do referencial teórico psicanalítico freudo-lacaniano. Buscou-se nessa seção identificar as vivências acerca da maternidade e da feminilidade, bem como as possíveis vias encontradas por essas mulheres para lidarem com os impasses do feminino e com os imperativos sociais, que as pressionam a se tornarem boas mães, cuidadoras do lar.



## 1 A PSICANÁLISE COMO MÉTODO DE PESQUISA

*A psicanálise, devo lembrar a título de preâmbulo, é uma disciplina que no conjunto das ciências se apresenta a nós como uma posição realmente particular. Costumam dizer que ela não é uma ciência propriamente dita, o que parece implicar por contraste que ela é simplesmente uma arte.*

(LACAN, 1952/ 2008, p. 11-12).

### 1.1 Freud e a pesquisa em psicanálise

O saber produzido pela psicanálise, desde sua gênese em Freud, tem influenciado e contestado a ciência como um constructo dominado por uma razão cartesiana. A revolução na concepção de sexualidade, de mundo e de racionalidade, foram alguns dos grandes temas explorados pela psicanálise, que trouxeram uma outra imagem de homem (ROMERA, ALVARENGA, 2010; MEZAN, 2002).

O florescer da psicanálise, portanto, não se limitou ao âmbito da clínica, sua origem por excelência, mas se estendeu aos variados espaços criados pela humanidade, principalmente aqueles destinados à difusão do saber, como a própria universidade.

Uma das primeiras considerações formais realizadas por Freud sobre os enlaces entre a psicanálise e a universidade refere-se a um artigo intitulado *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades*, escrito em 1918 e publicado em 1919. Nesse trabalho, Freud (1919/1996, p. 187) relata que “[...] a inclusão da psicanálise no currículo universitário seria sem dúvida olhada com satisfação por todo psicanalista”. Contudo, ao passo que Freud sinaliza a universidade como um espaço profícuo para a disseminação de sua construção teórica, reconhece que naquela ocasião não era um momento oportuno para entrada da psicanálise no espaço acadêmico, em virtude das exigências que esse constructo teórico exigia.

Freud no início da divulgação da psicanálise priorizou a formação das sociedades psicanalíticas, porém continuou creditando a importância da psicanálise para a formação médica e acadêmica como uma via de acesso a uma psicologia mais profunda, uma preparação para o estudo da psiquiatria, além de contribuir na investigação dos processos mentais e das funções do intelecto.

O otimismo freudiano em relação à academia, porém, não anuviou suas considerações críticas sobre as implicações do encontro da psicanálise e da formação acadêmica.

Devemos considerar, por último, a objeção de que, seguindo essa orientação, o estudante de medicina jamais aprenderia a psicanálise propriamente dita. Isso, de fato, é procedente, se temos em mente a verdadeira prática da psicanálise. Mas, para os objetivos que temos em vista, será suficiente que ele aprenda algo sobre psicanálise e que aprenda algo a partir da psicanálise. Afinal de contas, a formação universitária não equipa o estudante de medicina para ser um hábil cirurgião; e ninguém que escolha a cirurgia como profissão pode evitar uma formação adicional, sob a forma de vários anos de trabalho no departamento cirúrgico de um hospital (FREUD, 1919/1996, p. 189).

A interlocução da psicanálise com o conhecimento produzido na universidade não era tomada por Freud como uma impossibilidade, caso fosse ministrada como uma disciplina introdutória. Não caberia ao espaço acadêmico, conforme o autor, formar psicanalistas. Além disso, Freud destacou que para a formação em psicanálise é imprescindível que a experiência prática se dê por meio da análise pessoal, sendo ainda supervisionado e orientado por psicanalistas reconhecidos, formulando, desse modo, o tripé da formação analítica: o estudo teórico, a prática e a supervisão.

Em seu texto *Linhas de progresso na Terapia Psicanalítica* (1918/ 1996), Freud, porém, considera que para o tratamento de determinados pacientes seria necessário combinar a influência analítica com a esfera educativa:

Não podemos evitar de aceitar para tratamento determinados pacientes que são tão desamparados e incapazes de uma vida comum, que para eles, há que se combinar a influência analítica com a educativa; e mesmo no caso da maioria, vez por outra surgem ocasiões nas quais o médico é obrigado a assumir a posição de mestre e mentor. Mas isso deve ser feito com muito cuidado, e o paciente deve ser educado para liberar e satisfazer a sua própria natureza, e não para assemelhar-se conosco (FREUD, 1918/1996, p. 178).

Os psicanalistas, nesse sentido, assumiriam em algumas situações posições educativas, semelhantes a utilizada na medicina, no entanto suas práticas não deveriam incorrer em um processo no qual o paciente ao final, se assemelhasse ao seu analista. Freud ao relevar as configurações subjetivas dos pacientes, abre um precedente para que à psicanálise sejam adicionadas outras técnicas, desde que os princípios psicanalíticos não fossem soterrados e substituídos.

A psicanálise, para além de uma leitura teórica sobre o psiquismo humano, posteriormente é destacada por Freud (1923a/1996) em seu texto *Dois verbetes de enciclopédia*, como um método investigativo, no qual é possível observar uma tentativa de

enquadre ao modelo cientificista vigente na época de seu nascimento, na qual delimita o seu campo de atuação e expõe as pretensões desse saber:

[...] (1) de procedimentos para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo. (2) um método, (baseado na investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica(FREUD, 1923a/1996, p. 287).

Ao definir a psicanálise, Freud situou a questão do método de investigação como prioridade em sua “ciência”, ressaltando que é na investigação dos processos inconscientes que reside o sentido elementar da construção do saber psicanalítico. Contudo, assim como seus seguidores, pretendeu que a psicanálise, em seus primórdios, preenchesse os requisitos do modelo hegemônico de ciência positivista, onde podemos encontrar nas reflexões de Figueiredo (2004) algumas pontuações sobre essa tentativa:

[...] desde Freud até os dias de hoje, uma preocupação da psicanálise tem sido a de ser reconhecida como ciência diante de algum tribunal epistemológico. Submete-se de bom grado e *sponte sua* às mais implacáveis condenações – venham ela dos positivistas lógicos, venham dos popperianos, venham, enfim, de qualquer das inúmeras versões remanescentes da velha epistemologia – sem se dar conta de que o que lhe cabe não é particular desse matizante lava-pés, mas contrapor a compreensão da subjetividade às visões ingênuas e idealizadas de subjetividade que impregnam em maior ou maior medida os pensamentos epistemológicos. O que se discute em torno do estatuto do pensamento psicanalítico deveria nos servir de lição, de forma a abandonarmos definitivamente esta posição deferente e defensiva que, historicamente, não é nossa (FIGUEIREDO, 2004, p. 42).

Birman (2001) ressalta que apenas quando o discurso freudiano se desprende dos ideais cientificistas é que há possibilidade de se empreender uma leitura crítica do mal-estar na modernidade. Por meio da obra *Totem e tabu* (Freud 1913/1996) deu-se início a essa desconstrução através de um mito, cuja problemática da morte ocupou um espaço de destaque na cena originária. O assassinato do Pai da horda primeva foi a crítica mais contundente ao cientificismo realizada por Freud, onde a origem da ordem civilizada e da modernidade estariam calcadas em uma cena de horror e morte.

Segundo Silva (1993), a psicanálise cria um método que abandona o modelo sujeito-objeto das ciências positivistas, cujo sujeito pesquisador pensava em um mundo estritamente objetivo, regido por leis de funcionamento que se sobrepunham e se diferenciavam das leis do pensar.

A academia na contemporaneidade, por sua vez, aprofundou sua relação com o arcabouço teórico psicanalítico, passando a produzir pesquisas que utilizam a psicanálise como teoria e método, cujos pesquisadores não necessariamente possuem formação específica para executá-las. O conhecimento psicanalítico, desse modo, não está mais limitado às escolas de formação analítica. Mezan (2002) ainda pontua que no Brasil a difusão da psicanálise nos espaços acadêmicos tem atingido diversas universidades, produzindo desafios diversos.

Entre suas causas, conta-se o desejo de muitos analistas de se revigorarem no ambiente acadêmico, frequentemente mais arejado do que se respira nas instituições psicanalíticas. É certo que a universidade – por não visar a formação analítica *stricto sensu* – representa um espaço mais neutro, menos carregado transferencial e politicamente, mais apto a aceitar e mesmo a estimular a pluralidade de pontos de vista do que a instituição psicanalítica típica, por natureza voltada para a transmissão e perspectiva de um determinado estilo de praticar e de pensar a psicanálise (MEZAN, 2002, p. 396).

Mezan (2002) enfatiza que há inicialmente um “desconforto” no encontro entre esses dois campos de produção de conhecimento. Do lado acadêmico há uma preocupação com o rigor intelectual e do outro receio de que este rigor intelectualize os fenômenos inconscientes, generalizando e universalizando resultados, que deveriam ser produtos de uma construção singular entre analista e analisando.

Somada a estas questões, há outra problematização relacionada ao enquadramento da psicanálise na classificação das ciências em virtude da peculiaridade do objeto que se propõe a estudar. Seria o conhecimento psicanalítico uma ciência natural ou uma ciência humana? Romera e Alvarenga (2010, p. 191) retratam a psicanálise como um saber controverso, uma “[...] criatura apartada de seu criador, escondendo-se de suas vistas, para ser apreendida fugazmente, causando estranha surpresa à medida que apenas descobre o que já está dado. A psicanálise é outro tipo de ciência. Muito mais próxima a literatura que ao descobrir, constata. O desvelado estava lá”.

A psicanálise, enquanto método, passou a apontar para um relacionamento íntimo entre sujeito-sujeito e não entre sujeito-objeto, de forma que esse encontro desvelaria a possibilidade humana de se pensar em vários níveis, cada qual seguindo uma lógica distinta “[...] apresentando, contudo, sempre a mesma finalidade, satisfazer um desejo” (SILVA, 1993, p. 19).

Entretanto, mesmo marcado pelo seu postulado de inserir a causa do desejo como um agente na produção de uma verdade para o sujeito, o discurso do analista evoca uma

articulação com o discurso da ciência produzindo assim questões epistemológicas inerentes ao modo como a psicanálise se propõe a construir/produzir saber.

Pinto (1999) vê na universidade desafios e possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas em psicanálise. Por um lado se questiona como desenvolvê-las em um ambiente onde há o fascínio pelo pedantismo do saber e pelas generalizações, por outro, aponta que, cabe à universidade investir e trabalhar com o principal objeto da psicanálise: o próprio inconsciente.

A psicanálise, portanto, produz um saber oriundo do seu próprio campo, dos meandros do inconsciente, por isso, é inviável pensar em um método que exclua essa singularidade do sujeito. O método psicanalítico, não obstante, é instaurado como uma via de decodificação da linguagem, apresentando-se, de acordo com Silva (1993), com uma dupla face:

[...] de um lado a associação livre – a oferta de material sem crítica ou intenção determinada; e, de outro, a atenção flutuante – captação de material sem crítica ou intenção pré-determinada. Na prática, isso traduz-se por uma espécie de jogo em que as fantasias de ambos os interlocutores organizam-se em busca de um consenso sempre questionado a respeito do avesso do que foi dito. Ou seja, o método da psicanálise, caracteriza-se por abertura, construção e participação (SILVA, 1993, p. 20).

O saber psicanalítico produz um conhecimento sobre a psique, sobre o homem e sobre aquilo que lhe escapa de forma consciente. Nesse sentido, a inserção da psicanálise nos espaços acadêmicos tanto pode contribuir para desconstruir o conhecimento naturalizado e normalizado quanto pode ficar atrelada, amarrada, a um modelo técnico-profissionalizante no universo acadêmico, cuja intervenção pode assumir um caráter mais resolutivo do que indagativo.

Se a psicanálise não puder se confrontar com um constante questionamento, se não puder colocar-se enquanto contraponto face a outros saberes com paradigmas epistemológicos distintos, passa a exigir um reconhecimento apriorístico e dogmático e a fé ou o “acreditar” tornam-se ponto de maior relevância em detrimento da interrogação e da suspeição, fundamentais em uma postura metodológica psicanalítica (ROMERA;ALVARENGA, 2010, p. 192).

Os desafios que cerceiam o ensino da psicanálise também podem ser encontrados no texto de Freud (1925b/1996) *Prefácio à juventude desorientada* de Aichhorn, no qual o autor destacou três profissões consideradas como impossíveis para ele: educar, curar e governar. Embora, Freud tenha salientado nesse texto que empreendia esforços na profissão destinada à cura, ressaltou a importância do acesso à psicanálise aos educadores. Contudo, não pretendeu

substituir a educação pela psicanálise. Destaca-se, que no texto *Análise terminável e interminável* (1937/1996), curar é substituído pelo termo analisar. Essas profissões na teoria freudiana representariam formas de se contornar o impossível.

Lacan (1969-1970/ 1992) retoma esse texto de Freud ao elaborar sua teoria dos discursos, concebidas como maneiras de fazer laço social: **o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso do analista e o discurso da histórica**. O discurso do mestre está ligado ao ato de governar, o discurso universitário se refere ao ato de educar, o discurso do analista liga-se ao ato de psicanalisar e o discurso da histórica faz referência ao ato de desejar. Para aprofundar a discussão sobre a psicanálise e seu ensino, pertinentes a essa pesquisa de orientação psicanalítica freudo-lacaniana, faz-se mister resgatar alguns apontamentos de Lacan sobre o discurso universitário e o discurso do analista.

## 1.2 A teoria dos discursos em Lacan: possibilidades de acesso ao saber

O uso dos termos ensino e transmissão, no que concerne à psicanálise como um campo de saber, são utilizados controvertidamente como sinônimos ou antônimos. Convencionalmente o ensino está vinculado à comunicação da psicanálise enquanto teoria, conceito. A transmissão da psicanálise, por sua vez, é compreendida como uma operação que se realiza sob transferência, cuja posição de quem ensina determina a transmissão. Contudo, hodiernamente, como podemos pensar o ensino da psicanálise onde o professor não se responsabiliza mais pelos efeitos que seu endereçamento produz nos alunos?

A burocratização do ensino, a lógica da produção do capital intelectual, a redução da universidade a uma máquina de produção de habilitação profissional, são alguns dos componentes que trazem desafios tanto ao ensino quanto à transmissão da psicanálise no contexto acadêmico.

Scotti (2006) problematiza e discute que os centros universitários têm se tornado *máquinas* produtoras do capital intelectual, alimentadas pela lógica capitalista, onde a produção está acima até mesmo da qualidade do conhecimento. O autor ainda pontua um fenômeno, que tem se mostrado contundente nos espaços acadêmicos: o livro tem se tornado um produto de segunda categoria em detrimento dos artigos científicos.

... de uma forma deveras enviesada, a lógica de mercado imiscui-se no ambiente intelectual das universidades e agências de avaliação e fomento, pois o livro não é um bom produto para esse sistema, isso por que o sistema de produção intelectual universitário imita o sistema de produção capitalista e a lógica de mercado no que eles têm de pior, ou seja, a famigerada sociedade de consumo que se baseia na produção em massa e gerou a cultura do descartável, a qual se infiltra em todas as áreas da vida humana, inclusive das relações pessoais (SCOTTI, 2006, p. 442).

Mezan (2002) ao relatar sobre o percurso da pós-graduação no Brasil, em especial as que têm acolhido a psicanálise, já sinalizava as preferências das agências de fomento à pesquisa nas publicações em formato de artigo científico, discorrendo ainda sobre a tendência ao “minimalismo” nos programas de mestrado, que têm buscado substituir as dissertações por artigos científicos. Somado a essas questões, a psicanálise ainda tem sido marginalizada nas universidades, segundo os referidos autores, por não se adequar e principalmente por contestar o modelo científico hegemônico.

Enquanto a ciência busca um saber totalizante, o saber psicanalítico se estrutura em torno da falta, da verdade que diz respeito ao desejo de um sujeito singular. Ambos os campos orbitam em torno da procura de um saber, porém nem sempre o saber científico está na direção da busca da verdade. O discurso universitário se contrapõe ao discurso do analista nessa perspectiva. Para compreender esses dois discursos propostos por Lacan (1969-70/1992) é necessário descrevê-los, no intuito de aprofundar a discussão da relação entre a psicanálise e o contexto acadêmico.

Conforme Lacan (1969-70/1992), o discurso estabelece um *elã*, um laço social, que possibilita uma articulação do campo do sujeito ao campo do Outro. O discurso, na teoria lacaniana, é “[...] sem palavras” (1969-70/1992, p. 11), isto é, está para além das palavras e de tudo aquilo que elas poderiam encerrar, assim, no Seminário 17 há uma proposta de distinguir as estruturas que subsistem em algumas relações fundamentais, que constituem o sujeito e condicionam o seu modo de apresentação. Os quatro elementos que Lacan propõe para descrever a forma fundamental são:  $S_1$ , significante representante do sujeito;  $S_2$ , significantes já constituídos que integram a rede do saber;  $\$$  sujeito dividido; e o objeto (*a*) que para sempre está perdido. Quando o significante  $S_1$  intervém no campo já constituído dos outros significantes ( $S_2$ ) aparece ( $\$$ ), o sujeito dividido, e deste percurso algo resta como perda: o objeto *a*. Tais elementos podem se posicionar em quatro lugares distintos na estrutura do discurso.

Lacan destaca que os quatro discursos vão se constituir a partir de sucessivos quartos de giros, nos quais a ordem entre os elementos sempre será respeitada. O discurso do mestre é o primeiro a ser mencionado.

***Discurso do mestre***

$$\begin{array}{ccc} \underline{S}_1 & \rightarrow & \underline{S}_2 \\ \$ & & a \end{array}$$

A partir do discurso do mestre, os outros discursos serão formados por sucessivos quartos de giros.

$\begin{array}{ccc} \$ & \rightarrow & \underline{S}_1 \\ a & & S_2 \end{array}$	$\begin{array}{ccc} a & \rightarrow & \$ \\ S_2 & & S_1 \end{array}$	$\begin{array}{ccc} \underline{S}_2 & \rightarrow & a \\ S_1 & & \$ \end{array}$
<b><i>Discurso da histérica</i></b>	<b><i>Discurso do analista</i></b>	<b><i>Discurso Universitário</i></b>

Esses quatro elementos são distribuídos em quatro lugares distintos (o agente, o Outro, a produção e a verdade). Lacan (1969-70/1992) destaca que esse aparelho pode ser usado para definir os quatro discursos radicais, podendo ser lido, segundo Jorge (2002), no sentido horário da seguinte forma:

$$\begin{array}{ccc} \text{Agente} & \rightarrow & \text{Outro} \\ \uparrow & & \downarrow \\ \text{Verdade} & & \text{Produção} \end{array}$$

Segundo Jorge (2002) todo o discurso é movido por uma verdade, sua mola propulsora, sobre a qual está sobreposto um agente, que se dirige a um Outro no intuito de obter deste uma produção, portanto, há várias maneiras por meio dessa organização de alguém se situar na condição de agente com  $S_1$ ,  $S_2$ ,  $\$$  ou como objeto  $a$ . O deslocamento nessas posições repercutirão na disposição da cadeia discursiva. Se o agente do discurso é  $S_1$ , o



discurso é o do mestre; se o agente é  $S_2$  o discurso é o do universitário; no discurso da histérica quem agencia é o \$; no discurso do analista o objeto  $a$  está no comando.

Com relação ao **discurso do mestre**, Lacan (1969-70/ 1992) o considera como o discurso sobre o qual a cultura é fundada. Para explicitar esse discurso, esse autor retoma a dialética do senhor e do escravo a partir de Hegel, cuja posição do mesmo é sustentada pelo reconhecimento que o escravo confere a ela. O agente do discurso do mestre se manteria como  $S_1$  pelo poder, pela lei que o permite explorar e subjugar o outro. Contudo, o saber e o gozo nessa operação discursiva não estariam com o senhor, mas sim com o escravo. O mestre é o detentor da lei e da verdade, está com o saber  $S_2$  e o gozo ( $a$ ). Nesse discurso o mestre comanda, mas o *savoir-faire*<sup>1</sup> está com o escravo. É o escravo quem sabe e sabe ainda mais o que o mestre quer.

Se o escravo é detentor de um saber, qual será a verdade do discurso do mestre? Lacan (ibid., p. 59), no que concerne a verdade em sua teoria dos discursos ressaltou que “[...] nenhuma verdade pode ser localizada a não ser no campo onde lá se anuncia – onde se anuncia como pode. Portanto, é verdade que não há um verdadeiro sem falso, pelo menos em seu princípio. Isto é verdadeiro. Mas que não haja falso sem verdadeiro, isto é falso”.

Em Lacan há uma impossibilidade de que toda verdade seja dita, porém não é possível dizer sem a verdade. O discurso age sustentado por uma verdade, ainda que não seja toda dita, uma meia-verdade, que está situada sob a barra do sujeito. A verdade escamoteada no discurso do mestre é o \$, o sujeito barrado, logo o que o discurso do mestre tenta colocar um véu sobre o mestre castrado.

O discurso do mestre será compreendido por Lacan como o discurso do inconsciente, que assim como a linguagem, nos governa, dissipando a ideia de um eu onipotente capaz de controlar e comandar o próprio desejo. Outra faceta do discurso do mestre, refere-se a produção de  $a$ , que será para o escravo um-mais-gozar, pois é um gozo que ele produz para satisfazer o mestre. Contudo para que o discurso funcione é necessário que o escravo autorize o mestre a governá-lo. O discurso do mestre é o discurso do governo, do comando e fundadoras de grandes instituições da modernidade.

No próximo quarto de giro do aparelho discursivo está o **discurso da histérica**, no qual segundo Lacan (1969-70/ 1992) há um pedido da histérica por um mestre. A experiência clínica com as histéricas remonta a invenção da psicanálise por Freud. As mulheres

---

<sup>1</sup> Saber-fazer.

diagnosticadas como histéricas, apresentavam sintomas sem explicações de caráter orgânico, tornando-se um desafio para as ciências médicas da época, desvelando o fracasso dos mestres em curá-las de seus padecimentos sem nome.

No discurso da histérica o sujeito do inconsciente (\$) se dirige ao outro, o mestre ( $S_1$ ), demandando que ele produza um saber ( $S_2$ ) sobre ela. Entretanto, a verdade desse discurso está imbricada a um gozo da histérica com seu sintoma, o saber produzido pelo outro, destarte, não conseguirá conter o gozo, pois este último está sob a barra do sujeito inconsciente.

Inicialmente, Freud, ao criar a teoria da sedução precoce (1895/1996) juntamente com Breuer, colocava-se no lugar de mestre ao responder o que as histéricas lhe demandavam. Todavia, ao perceber a ineficácia e limitações do método hipnótico a partir de uma leitura mais aprofundada sobre a sexualidade humana, principalmente a infantil com os Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905/1996), Freud começou a duvidar de suas histéricas. Os sintomas deixaram de ser compreendidos apenas como um trauma causado por uma violência sexual na realidade, mas como resultante de um desejo infantil recalcado que faria força para ser realizado, encontrando uma parte dessa realização nos sintomas. Essa mudança radical de postura de Freud possibilitou a saída da posição de mestre para a posição de analista, que por intermédio de seu discurso questiona o que estava na base do desejo do sujeito inconsciente.

A histérica coloca-se como causadora do desejo do outro, se faz desejar, demandando que ele seja o seu  $S_1$ , seu mestre. Entretanto, ela é incapaz de se apresentar como objeto ( $a$ ), quer ser desejada como sujeito (\$). Por isso se diz que a histérica nunca está satisfeita, ela quer um mestre, mas não se submete a ele e a seus designios. Segundo Lacan (1969-70/ 1992, p. 122) o que a histérica quer é “[...] um mestre sobre o qual ela reine. Ela reina e ele não governa”. O saber produzido no discurso da histérica sempre estará alienado ao outro.

Antes de adentrar no **discurso do analista**, que seria a sequência do quarto de giro no discurso da histérica, nos deteremos primeiramente na descrição do discurso universitário, que está um passo atrás do discurso do mestre e um passo à frente do discurso do analista.

No decurso do seminário 17 Lacan refutará a ideia de um saber hegemônico, pleno. Essa busca encontraria um lugar na fantasia de satisfação plena, cujo “tudo sabe” é característico do discurso universitário. Esse discurso bem como o discurso do mestre se propõe um discurso civilizatório, sendo que o discurso da histérica e do analista representam o seu avesso. Lacan situa esse discurso em um contexto histórico, onde o filósofo Hegel se

apropriada do *savoir-faire* do escravo para transformá-lo em saber de senhor, isto é, um saber eminentemente teórico.

Nesse discurso o outro é deslocado para uma posição de objeto, em que é tratado como um resto, como objeto *a*. O saber no discurso universitário se decodifica em um conhecimento, que se organiza e se cumula, obliterando e apagando o desejo de saber.

Lacan (1969-70/ 1992) retratará o discurso da ciência moderna como um desdobramento do discurso universitário, cujo principal imperativo será o de posicionar o saber no comando, criando teorias para todo tipo de fenômeno. O outro desse discurso é o próprio estudante, escravo do saber, que tenta incansavelmente produzir alguma coisa que responda a esse saber. Quinet (2006) ressalta que o sujeito que responde ao discurso universitário é o sujeito da crença.

O **discurso universitário** se preocupa, segundo Pinto (2005, p. 82) com a demonstração ou com a possibilidade de que a verdade seja explicitada de forma clara; a psicanálise, porém, pretende que o “[...] sujeito faça bom uso dos significantes, que ele diga sem má-fé, com boa vontade”. A verdade no discurso universitário, portanto, não é evidenciada, pelo contrário, o  $S_1$  é ocultado, o que prevalece é um enunciado sem enunciação, que corresponde ao ideal científico, onde há a busca de uma neutralidade. O  $S_2$  nesse discurso se preocupará em “[...] tudo saber” (LACAN, 1969-70/ 1992, p. 29).

O saber universitário não estaria preocupado com o surgimento da verdade singular, mas sim com uma verdade totalitária e universalizante. Jorge (2002) pontua o discurso universitário como responsável pela psicologização da psicanálise, na qual alguns psicanalistas pós-freudianos conduziam as análises por meio desse discurso.

Em Lacan, há uma retomada do delineamento freudiano entre o saber universitário, de caráter universalizante, e o saber individualizado, calcado na inserção do sujeito e de seu desejo em um campo de saber. Enquanto o saber universitário objetiva uma verdade universal, o saber psicanalítico busca a verdade que está articulada na linguagem, mas que não é proferida em nenhum ato de fala (MILLER, 1997). A verdade estaria situada na primazia de um não-saber, não sendo apreensível, o que nos remete a concepção freudiana de um conteúdo recalcado que deve ser desvelado. A psicanálise, nesse sentido, não se preocupa com a verdade dos sujeitos, mas do sujeito, que fala sobre seu sintoma, padecimento, sobre sua divisão, sobre o modo de se posicionar diante do Outro.

As quatro modalidades de discurso trazem consigo formas de acesso ao saber, diferentes formas de nos relacionarmos com o outro e de se fazer laço social. Entretanto, os laços sociais articulados pelos discursos são provisórios, frágeis, incapazes de amarrar o real em sua totalidade. Segundo Petri (2003), essas formas de laço social carregam uma parte do real, pois sempre haverá uma perda, um mal-estar, algo impossível de ser todo representado pela linguagem.

O **discurso do analista** bem como o do universitário fazem laço social e almejam um saber. Contudo, o discurso do analista, suscita um posicionamento ímpar diante do Outro: a posição de objeto *a*. Apesar de o objeto *a* surgir na formulação de todos os discursos, no discurso do analista ele se coloca como agenciador.

Convém aqui realizar um adendo quanto ao objeto *a* e a sua relação com a repetição e com o gozo. Lacan (1969-1970/ 1992) no seminário 17 trouxe o objeto *a* como um conceito retirado do texto *Além do princípio de prazer* de Freud (1920/1996). No referido texto, Freud considera que nem sempre há uma tendência em buscar o prazer e evitar o desprazer, pois há algo para além do princípio do prazer que se repete. A repetição em Freud estaria relacionada a uma tendência ao estado anorgânico, a finitude, a própria morte. Essa inclinação irremediável e irreparável assumiu o conceito de gozo em Lacan, que o considerou um destino natural das coisas.

A linguagem colocaria obstáculos, freio ao gozo, ao adentrar no discurso, criando assim condições para romper com a pulsão de morte. Para que seja possível o laço social, é imprescindível a perda de gozo, uma renúncia ao gozo ilimitado e mortífero. Os discursos em Lacan, por sua vez, incumbir-se-ão de tentar contornar o incontornável do ilimitado do gozo ao apontarem outras modalidades possíveis de gozo.

Lacan (1964/ 1990) situa o objeto *a* como produto da cadeia significante, impossível de ser absorvido simbolicamente. Com efeito, o analista não atua enquanto um ideal, mas no lugar de objeto que causa, que sobrepuja, incita e sustenta a relação transferencial. O analista agiria como o objeto *a* ser contornado pela pulsão. Apenas a partir desse lugar é que o analista pode conduzir o tratamento, calando sua própria verdade para que a verdade do sujeito possa advir. O desejo do analista estaria ligado a esse lugar de objeto que causa o discurso do sujeito.

Segundo Marcos (2011, p. 216), “[...] o analista não opera do lugar daquele que sabe, que orienta, que aconselha. Por pouco que ele ocupe o lugar do supereu, o analista tropeça e

sai do lugar de analista”. O lugar por excelência do analista é ocupado pelo objeto, ou seja, no lugar do analista não há pretensão de sujeito. O silêncio que o analista faz é um silêncio sobre si mesmo enquanto sujeito e sobre tudo aquilo que lhe atravessa (crenças, saberes, fantasias, entre outros).

O discurso do analista é o único entre os discursos que se reporta ao outro como sujeito (\$). No discurso do mestre, o outro é tratado como escravo ( $S_2$ ), no discurso da histórica, o outro é tratado como mestre ( $S_1$ ) e, no discurso universitário, o outro é considerado como objeto *a*.

Quinet (2006) ao discorrer sobre o discurso do analista salienta outras de suas especificidades ligada ao significante mestre. O discurso do mestre ( $S_1$ ) é evocado por aquele que governa; no discurso da histórica é evocado como mestre; e no discurso universitário pelo autor. O discurso do analista é o único entre os demais no qual o  $S_1$  não está determinado por ninguém, sempre será um significante.

O saber no discurso do analista reside em um saber como verdade, ou seja, um saber não inteiro. Sob essa ótica, o ensino da psicanálise como um saber teórico não forma o analista. Mesmo que haja no espaço acadêmico disciplinas, pesquisas e outros projetos com uma leitura psicanalítica, não quer dizer que há transmissão da psicanálise, pois o saber do qual o analista se vale é um saber advindo do inconsciente, adquirido em sua experiência de análise. O  $S_2$  seria no discurso do analista, o *savoir-faire*.

O agente do discurso do analista opera como objeto, sendo assim, não há uso do saber no sentido de dominar o outro. O analista não domina o outro nem pelo saber, nem pelo poder, nem pela sedução, seu comando só é possível pela transferência, pelo endereçamento que o agente permite que o outro deposite nele.

Pinto (2005) aponta a universidade como formadora de peritos, aptos a resolver os impasses por meio do saber cumulado. “Os sujeitos identificados pelo saber utilizam técnicas, emitem laudos, controlam fenômenos baseados na teoria aprendida com a mesma precisão com que calam o objeto de estudo, seja ele um planeta, seja ele um rato, seja ele, ainda, um sujeito” (PINTO, 2005, p. 82-83). Por outro lado estaria a psicanálise realizando um contraponto a esse saber, que tenta eliminar o sujeito em nome da cientificidade, ao enfatizar o seu regime de contingência, que propõe suposições no processo de análise.

Assim como não há relação sexual, uma complementaridade entre os sexos, de acordo com a máxima Lacanina (1972-73/ 2008), não há, de acordo com Pinto (2005), uma relação

sexual entre Psicanálise e universidade em virtude das posições diametralmente opostas que possuem com relação ao saber, embora se mantenham interligadas pela herança do modelo de ciência moderna que as estruturam internamente.

A psicanálise tornou-se possível quando se tornou claro que o discurso da ciência não possibilita que o sujeito surja. Freud tentou criar uma ciência do sujeito ao esboçar a sua teoria, no entanto, percebeu o paradoxo dessa tentativa, desvencilhando-se posteriormente desde ideal cientificista “Na clínica psicanalítica, diferentemente da Ciência, o que importa é o modo particular de uso dos significantes. Mas especialmente, importa como o sujeito lidará com a impossibilidade de transformar o regime pulsional em um saber totalizante sobre si mesmo” (PINTO, 2005, p. 80).

Lacan (1969-70/ 1992) nos alerta que o real não pode ser apreendido ou sabido, mas apenas contornado, não há uma verdade absoluta, mas meias-verdades e verdades possíveis. Enquanto o discurso universitário presente nos espaços acadêmicos almeja um saber inquestionável, no discurso do analista o impossível ocupa um lugar de agente, na qual a verdade é minorizada como ela merece (LACAN, 1972-73/ 2008).

Segundo Pinto (2005, p. 78), “[...] a psicanálise visa conduzir o sujeito a uma busca de uma forma de dizer que leve em conta sua divisão, e não a busca de saber legitimado por um acordo entre sujeitos”. Apenas o sujeito particular é capaz de decidir o que seria o modo de se posicionar diante do Outro de modo coerente com a verdade que está na base de seu desejo.

O que importa para a Universidade, de acordo com Pinto (2005, p. 83) “[...] é que a práxis psicanalítica ensina que a forclusão do sujeito é o limite da Ciência. O real da Ciência é aquele dado pelas letras de uma fórmula, é o que é soletrado por um campo de saber”. No que compete à psicanálise, seu real seria “[...] revelado por um sujeito que sofre pelo trauma, ou seja, pelo que não se escreve, mas que insiste em retornar em torno das marcas inscritas que constituíram o sujeito” (PINTO, 2005, p. 83).

O que a ciência tentaria apagar pela literalização, pela produção acadêmica, a psicanálise pretende alcançar, que seria o impossível de escrever, o enigma da relação sexual, ou seja, o real que escapa à ordenação fálica, o não-todo fálico, o qual situa uma relação feminina da psicanálise com o saber. A falta de significante que represente a mulher, já que ela está para além do falo, foi um modo de Lacan indicar que o feminino não se dá de forma universal como o masculino. Nesse sentido “[...] a lógica que a Psicanálise mantém com a Ciência é a mesma relação que A Mulher mantém com a função fálica” (PINTO, 2005, p. 84).

### 1.3 Método psicanalítico e a transferência – instrumentos de pesquisa em psicanálise

As problematizações e discussões destacadas sobre as possíveis articulações entre a psicanálise e a pesquisa acadêmica, respaldaram a escolha do método psicanalítico como instrumento de coleta e análise dos dados dessa pesquisa. Além disso, o referencial teórico psicanalítico tem atravessado a minha formação como psicólogo, docente e pesquisador, tornando-se, desse modo, um instrumento que tem me possibilitado lançar outro olhar sobre o mundo e as relações cotidianas. Nesse sentido, a minha atuação no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tem se configurado como uma *clínica convencional*, na qual constantemente infrinjo as configurações do *setting* psicanalítico, convocando a psicanálise a questionar os saberes constituídos nesse campo.

Ao atender as famílias e adolescentes encaminhados ao Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN), além de considerar as orientações preconizadas pelas políticas públicas de assistência social, utilizo como aporte teórico os princípios psicanalíticos de escuta das demandas desses sujeitos, que nem sempre estão restritas a uma falta material ou se referem a violação de seus direitos, mas também requerem uma escuta de seus conflitos, angústias, repetições, subjetividades e do próprio desejo inconsciente, que se revela sintomaticamente.

O campo da pesquisa me convida ainda a refletir sobre os fenômenos sociais, culturais e políticos implicados nos discursos desses sujeitos. A proposta de utilizar o método psicanalítico a partir da perspectiva de uma clínica extensa, de uma psicanálise aplicada, permitem-me explorar estes aspectos sem estar restrito aos pressupostos clínicos desse arcabouço teórico. Entretanto, convém realizar alguns adendos quanto as especificidades da pesquisa psicanalítica fora de seu campo tradicional: *o setting clínico*.

Herrmann (1993)<sup>2</sup> pontua que há uma certa confusão entre os pesquisadores e principalmente psicanalistas ao utilizarem o método psicanalítico. Segundo o autor, é possível realizar uma pesquisa psicanalítica de uma análise de um paciente, mas desde que esse processo seja separado da análise, portanto, de acordo com Herrmann (1993, p. 134), “[...] não há que comparar uma pesquisa que se quer psicanalítica com uma análise de um paciente”.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Fábio Herrmann à Maria Emília Silva. Texto disponível em: SILVA, M. E. L. (coord.). *Investigação e psicanálise*. São Paulo: Papirus, 1993.

Para Herrmann (1993) o método psicanalítico se aplica não apenas ao *setting* clínico, mas nos variados espaços onde há um conjunto de relações humanas:

Então, aplicar o método psicanalítico é fazer brotar, do estudo de algumas relações humanas as estruturas profundas que as determinam. Mais precisamente, aquilo que eu costumo chamar de “campo” dessas relações. Para isso, o método todo consiste essencialmente em fazer explodir, ou talvez, mais precisamente, implodir o sistema consensual dessas relações, a forma como habitualmente as lemos, compreendemos, para que aquilo que está aí, oculto, brote”(HERRMANN, 1993, p. 134-135).

Mezan (1995) ao compreender a psicanálise como uma proposta de desvelamento dos processos inconscientes, não identifica entraves que inviabilizem demonstrar e estender seu funcionamento à outras áreas do saber. Embora seus conhecimentos tenham sua gênese na clínica, “[...] a psicanálise é uma ciência como outras, um corpo de conhecimento coerente e subsistente por si mesmo, passível de em territórios estranhos àqueles que se formaram seus conceitos” (MEZAN, 1995, p. 127).

Rosa (2004) corrobora com a extensão da aplicabilidade da psicanálise a outras situações não estritamente analíticas, pois se isso não fosse possível “[...] temos que admitir que o inconsciente está restrito às manifestações do tratamento psicanalítico à prática clínica”. Essa constatação significaria negar o fato, conforme a autora, de que o inconsciente se faz presente nas várias manifestações humanas, culturais e sociais.

O método psicanalítico, portanto, pode ser aplicado em variados contextos, resguardando-se os preceitos teóricos, pois refere-se a uma escuta e interpretação do sujeito do desejo, no qual repousa um saber, um saber que é desconhecido por ele e que pode se desvelar na relação transferencial. A transferência, destarte, não está restrita ao *setting* clínico, na relação entre analista e analisando, mas também pode ser reproduzida na relação do pesquisador e sujeito da pesquisa.

Uma pesquisa que utiliza o método psicanalítico, além de ter que considerar as implicações inerentes em seu processo de construção, deve, portanto, observar e resguardar a base da psicanálise: a transferência. O fenômeno da transferência retrata um modo de transmissão a partir de uma relação. Maurano (2006) discorre que o termo alemão *Übertragung*, além de significar transferência, compreende outros significados como: contágio, tradução, versão. Essa transmissão refere-se ao que o analisando espera do Outro, do analista, a quem ele se dirige. A partir das resistências surgidas na transferência, o analista



pode empreender uma escuta dos conflitos que deram origem ao recalçamento, o qual retorna como sintoma. É a análise do que se transfere que torna possível o tratamento psicanalítico.

Com relação à transferência, Meyer (1993) acrescenta que toda produção do analisando vai adquirir um sentido transferencial, criando um campo que extravasa as figuras do analisando e do analista. O método além de referir-se à transferência opera nela através de uma seleção de material, conteúdos, que não são arbitrários. A interpretação surge nesse contexto não apenas como uma forma de fornecer outro sentido ao discurso do analisando, mas também de trazer à tona “[...] à existência, presença e atenção de formas de vida psíquica inaparentes, porém tão reais e ativas quanto as explícitas” (MEYER, 1993, p. 32).

O método psicanalítico, como destacado, não se restringe ou reduz ao exercício de uma amalgama de técnicas, mas metodologicamente ocupa um lugar por excelência de pesquisa, por meio de um corpo teórico que se re-cria na experiência da transferência.

Para que o sujeito possa advir na relação transferencial, constituindo uma demanda de tratamento, é necessário que ele se reconheça através de sua própria fala e em seu desejo, cabendo ao analista pensar que lugar o sujeito ocupa no discurso. A pesquisa psicanalítica nesse contexto, partindo da transferência, da associação livre e da atenção flutuante, delimita o lugar do pesquisador e o modo em que a busca do saber acerca do desejo será produzida.

A busca de uma verdade na cena analítica, servindo-se de um método e de uma teoria convocam ainda uma ação disruptora, produtora desse saber: a interpretação. De acordo com Meyer (1993):

[...] ela intercala uma cunha na compulsão à repetição, impondo uma diferença e implicando uma divergência. O trabalho de sua eliminação já é o desnudamento da dinâmica vigente que, em torno desta cunha e por sua causa, reorganizou-se. É esse produto segurado, também expressão da inter-relação analista-analisando, torna-se por sua vez – campo que é – apreensível e interpretável (MEYER, 1993, p. 33).

O ato de interpretar, entretanto, não se encerraria em uma tradução ou decifração do que estava oculto, mas propiciaria outras significações que abririam outras possibilidades de vivência na análise. Segundo Lacan (1952/2008, p. 12-13) ela “[...] comporta sempre no seio de si mesma a emergência de uma verdade que não pode ser dita, porque o que a constitui é a fala e seria preciso, de certo modo, dizer a própria fala, o que, propriamente falando, o que não pode ser dito enquanto fala”.

A interpretação atua na transferência, portanto como um resultante da relação intersubjetiva. Lacan (1952/ 2008) destaca que outras técnicas podem emanar da psicanálise com o objetivo de criar saberes sobre o homem e o seu modo de agir, porém elas não consideram a experiência analítica como algo que é, propriamente falando, um mito.

O método psicanalítico traria à tona um mito, uma formulação discursiva, a qual não assume um estatuto de verdade imutável, pois a definição da verdade, de acordo com Lacan (1952/ 2008), só pode se apoiar sobre si mesmo, constituindo-se a partir da progressão da fala. Por isso o autor situa a fala como uma expressão de ordem mítica, na qual o mito edipiano assumiu para a psicanálise o cerne da experiência analítica.

O mito evoca personagens, experiências, uma trama trágica, na qual um passado se reatualiza por meio da fala, da linguagem, por onde a história do sujeito é tecida. Entretanto, no trabalho analítico, além de tentar descobrir o lugar do qual a fala do analisando é pronunciada, deve-se considerar fundamentalmente em que lugar ele coloca o analista em sua organização subjetiva. “É da posição que lhe é dada pela transferência que o analista pode analisar, interpretar, enfim, intervir, sobre a própria transferência (MAURANO, 2006, p. 24)”.

Lacan (1952/ 2008) enfatiza que é esse lugar de Outro, concedido ao analista, ou seja, sua função de *sujeito suposto saber*, que viabiliza uma relação transferencial. No endereçamento ao analista, a transferência ocupa o lugar de sintoma, produz a demanda de um saber que sustentou esse sintoma.

A transferência, não se reduziria, portanto, a uma mera repetição por vincular-se à função do sujeito suposto saber.

O que leva à repetição é a demanda de que o analista viabilize esse acesso ao saber. É esse pedido que leva à repetição de um caminho já trilhado nessa mesma direção, no qual o sujeito espera que um saber no Outro acene como via de salvação do real traumático. Porém, a repetição de que aí se trata não conduz a um bom encontro, no sentido de possibilitar o acesso a isso que falta, mas ao contrário, o que se repete é a fala do bom encontro (MAURANO, 2006, p. 27).

O trabalho na transferência estaria ligado ao fracasso na realização dos desejos infantis, ou seja, a repetição do encontro com a falta. De um lado, há, por conseguinte, um apelo sobre um saber que dá conta dessa falta, no furo presente na relação do sujeito ao Outro, transcrito pela impossibilidade da relação sexual e de outro lado há um apelo ao ser, configurando-se na demanda de amor.

Beividas (1999), no entanto, discute os “excessos da transferência” nas pesquisas ao pontuar que ela não está restrita aos pressupostos teóricos de Freud e Lacan, “[...] Ou seja, o lugar sem excessos da pesquisa em psicanálise é estar à boca ... da linguagem, em transferência com as estruturas linguageiras do inconsciente, como suposto-saber, realidade-em-si primeira ou opacidade fundante da psicanálise” (s/n).

O autor propõe uma reflexão acerca da apologia à transferência, recomendando ainda uma postura Freudiana: manter a transferência sob suspeita, como um obstáculo a ser superado, a qual acarreta em um efeito curativo. Com essa consideração Beividas (1999) não refuta a contribuição da transferência para a clínica e para as pesquisas que utilizavam o método psicanalítico, mas destaca a importância de sua dissolução para que o sujeito/analizando conquiste autonomia em relação ao seu padecimento.

## **1.4 Campo da pesquisa**

### **1.4.1 Breve histórico sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil**

Delineado o método utilizado na pesquisa é necessário falar sobre o campo em que esse estudo emerge. Desse modo, será realizado um breve recorte histórico sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, com o intuito de sinalizar as especificidades dessa prática no decurso da história e enquanto uma política pública, a qual intervém juntamente às famílias em situações de vulnerabilidade e risco social, cujas mulheres, não raramente, chefiavam essas famílias.

O acolhimento de crianças e jovens em instituições de internação não é uma prática recente no Brasil, remonta ao período colonial, onde foram criados colégios internos, asilos, educandários, reformatórios, seminários, dentre outras modalidades institucionais surgidas de acordo com as inclinações e tendências educacionais e assistenciais de cada período histórico (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O trabalho de abrigamento a crianças foi iniciado no século XVI pelos padres jesuítas, cuja uma de suas missões era cuidar das crianças dos autóctones com o objetivo de batizá-las e incorporá-las ao trabalho. Foram criadas assim as “Casas dos Muchachos”, mantidas pela coroa portuguesa, onde eram abrigados os *curumins* ou *meninos da terra* (FALEIROS, 2004).

Posteriormente, as Casas também passaram a receber órfãos e “enjeitados” de Portugal, que auxiliavam nos cuidados e evangelização dos curumins. Contudo, essas instituições ao serem denominadas de escolas, não mais aceitavam os filhos nativos do Brasil, mas sim os filhos das camadas mais privilegiadas.

Segundo Azzi (1992), os jesuítas criaram inúmeros colégios nas principais vilas e cidades do período colonial, dominando todo sistema educacional do Brasil, até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759. Convém salientar, que mesmo criando e coordenando instituições de ensino, os jesuítas não destinaram nenhuma delas à infância desamparada.

Em 1726, conforme Faleiros (2004), duas medidas foram adotadas: a coleta de esmolas na comunidade para “auxílio” às crianças e sua internação. Para além de resguardar a integridade das crianças, essa política era destinada a proteger a “honra” privada, encobrindo a ilegalidade dos relacionamentos extraconjugais e ao mesmo tempo facilitando o trabalho doméstico, já que as crianças abrigadas seriam formadas para esse fim.

O sistema da Roda dos expostos foi criado para atender essa clientela. Tratava-se de um cilindro giratório contido na parede da Santa Casa, que permitia que a criança fosse depositada anonimamente. A primeira Roda foi criada na Bahia em 1726 e a última em São Paulo, extinta apenas nos anos 50. Além das Santas Casas, as Câmaras Municipais foram delegadas para cuidar dos abandonados.

De acordo com Faleiros (2004) em 1871 foi criado o asilo de meninos desvalidos. Com relação às meninas essas eram acolhidas na Santa Casa desde 1740. Ao término do século XIX havia no Brasil ainda cerca de trinta asilos de órfãos, sete escolas industriais e de artífices e quatro escolas agrícolas. A exploração para fins de trabalho eram comuns em todas essas instituições.

A abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República não trouxeram mudanças do quadro das Casas dos Expostos e dos asilos. O processo de industrialização, a concentração da população na área urbana, bem como os índices da pobreza, acentuou a questão social do abandono. Os atos infratores das crianças e adolescentes abandonados tornaram-se mais constantes e um incômodo. Em 1903, como resposta, foi criada a “Escola Correccional 15 de Novembro” e em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores. Em 1924 foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores.

O movimento para sistematizar os atendimentos de proteção e assistência à infância repercutiu na criação e implementação do primeiro Código de Menores em 1927, que se

encarregava das questões acerca da higiene e da delinquência, além de estabelecer a vigilância pública sobre a infância. Os menores passaram a ser classificados a partir desse Código, pelo binômio abandonados e/ou delinquentes.

Em 1941, é implantado no Rio de Janeiro, no Governo de Getúlio Vargas, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), ligado ao Ministério da Justiça, equivalendo ao Sistema Penitenciário para o público “menor de idade” de caráter correccional e repressivo. No entanto, as instituições direcionadas aos “menores” passaram a ser alvos de críticas pelas constantes denúncias de violência ocorridas nos internatos.

Em 1964, surge a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, vinculada a Presidência da República. No mesmo ano foi estabelecida pela Lei 4.513, sob a execução da FUNABEM, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM, com uma proposta de valorização da vida familiar e da integração do “menor” na comunidade, mas o caráter assistencialista prevaleceu. Além disso, a prática de recolhimento de crianças de rua e o tratamento repressivo-punitivo herdados pelo SAM, não foram extintos. Rizzini e Rizzini (2004, p. 37) relataram que “[...] de 1967 a 1972, havia-se ‘recolhido’ das ruas, na cidade do Rio de Janeiro cerca de 53 mil crianças. Em São Paulo, eram 33 mil internos, valorizando assim, a ação institucional pela demonstração da gravidade dos ‘problemas dos menores’”(p.37). Em 1979 foi instaurado o Novo código de Menores, que seguiu a mesma linha do de 1927.

A década de 80, no entanto, caracterizada pelo início da abertura democrática, ancorada pela Constituição de 1988, trouxe consigo a proteção integral às crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de inserir no aparelho legal brasileiro o conceito de seguridade social, agregando as políticas de assistência, previdência social e saúde.

O fortalecimento da cultura democrática, a organização de ONGs e movimentos sociais, além dos estudos que apontavam os prejuízos da institucionalização, repercutiram no início do processo de mudança do modelo de atenção dispensado às crianças e adolescentes, principalmente a aquelas que se encontravam à margem da sociedade, como os adolescentes infratores e/ou crianças e adolescentes em situação de rua (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 39).

Os princípios constitucionais fomentaram a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.089 de 13 de julho de 1990, que instaurou um novo paradigma de direitos e da proteção integral a crianças e ao adolescente, determinando ainda um modelo de gestão participativa entre Estado e Sociedade Civil. A aprovação da Lei Orgânica da Assistência

Social em 1993 reafirmou a necessidade do aprimoramento da qualidade nos serviços dispensados na área da infância e da adolescência em situação de vulnerabilidade e abandono.

O ECA (1990) passou a nortear também os serviços de acolhimento, concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art. 101). O Estatuto assegurou ainda o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (Art. 19).

O encaminhamento ao serviço de acolhimento, não obstante, passa a ser indicado apenas quando esgotadas todas as possibilidades da manutenção da criança e/ou adolescente em sua família de origem, extensa ou comunidade. Contudo, a história dos acolhimentos no Brasil, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, teve como primeira opção durante muitos anos o afastamento da criança e do adolescente de sua família de origem. No intuito de romper com essa cultura, o ECA preconizou a excepcionalidade da medida, estabelecendo que a situação de pobreza da família, não constitui por si só motivo suficiente para afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Art. 25).

A FUNABEM, com efeito, por meio da aprovação do ECA, foi substituído pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e adolescência, que integrou o Ministério da Ação Social. Entretanto, em janeiro de 1995, ao assumir a presidência da república brasileira, Fernando Henrique Cardoso, extinguiu a FBCIA e a LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência), lançando concomitantemente o Programa Comunidade Solidária.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a área dos direitos humanos foi separada do Ministério da Justiça, sendo criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. No que tange ao tema das crianças e adolescentes, este ficou sob responsabilidade da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA – responsável pela coordenação nacional da Política de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social, essa última política envolve todo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, formados pelos Conselhos direitos e Tutelares, Ministério Público e Judiciário.

De acordo com Janczura (2008) após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgiu a fase da doutrina da Proteção Integral, que consistia em um novo ordenamento do direito da infância e da juventude no Brasil. O ECA (1990) ainda propôs três eixos de atenção: promoção, controle e defesa de direitos. Posteriormente foi elaborado o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2004), bem como o Manual de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Acolhimento Institucional (2009).

A institucionalização de crianças e adolescentes tornou-se uma medida de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito da Política de Assistência Social. Os serviços de acolhimento institucional passaram a ser ofertados em diversas modalidades como: unidades de acolhimento, casas lares, repúblicas e famílias acolhedoras.

O acolhimento institucional torna-se uma modalidade de acolhida provisória em função de abandono, negligência, maus tratos ou quando as famílias e/ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, colocação em família substituta.

O ECA trouxe outras formas de compreensão do acolhimento institucional, que passa a considerar como prioridade a manutenção dos vínculos afetivos das crianças e adolescentes com seus familiares (SIQUEIRA, 2012). Entretanto, pesquisas apontam que essa medida ainda é aplicada sob a justificativa de pobreza ou vulnerabilidade social (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, 2008; JANCZURA, 2008; LIMA, 2008). Com relação ao termo vulnerabilidade social, Rizzini (2007) o define da seguinte forma:

Famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, sexual, desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso as demais políticas pública; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advindas no núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal, estratégias e alternativas diferenciadas, de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social (RIZZINI, 2007, p. 42).

Como destacado a situação de pobreza não constitui motivo suficiente para o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar. No entanto, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e adolescentes realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada IPEA em 2013, trazem dados importantes sobre a realidade desses serviços: essa pesquisa identificou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo nos 589 abrigos pesquisados em todo território brasileiro. A região sudeste, segundo a pesquisa concentra a maior parte de abrigos. As demais instituições apresentam índices reduzidos. O nordeste apresentou 29,4%, a região Sul 15,5%, a região Centro Oeste 8,2% e a região Norte 1,9%; mais de 80% dessas unidades são dirigidas por instituições não governamentais, desvelando, a omissão do Estado para com as entidades de acolhimento; mais de 90% da população infanto-juvenil tem família e mantém vínculo com ela, desconstruindo, desse

modo, a imagem de que a maior parte das crianças e adolescentes que estão nestas instituições são órfãos.

A pesquisa do IPEA sinalizou ainda os principais motivos de acolhimento das crianças e adolescentes pesquisados: a carência de recursos materiais da família; o abandono pelos pais ou responsáveis; a violência doméstica; a dependência química de pais ou responsáveis; o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis; a orfandade e a vivência de rua.

A Lei Nacional de Adoção, reformulada pela lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009, traz diretrizes mais específicas quanto a permanência de crianças em unidades de acolhimento: a família extensa ganhou mais destaque, no intuito de evitar a institucionalização; os relatórios de cada caso devem ser emitidos a cada seis meses com recomendação ou não do desligamento institucional e do retorno à família; limitação de dois anos de permanência em unidades acolhedoras, que deverão ser avaliadas periodicamente.

#### **1.4.2 Sobre o lugar da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Porto Velho - Rondônia, onde são desenvolvidos serviços específicos para atendimento e proteção imediata a sujeitos e famílias que passaram por situações de violência e/ou que tiveram seus direitos fundamentais violados. Dentre esses serviços ofertados no referido CREAS, foi criada em 2001 a Central Técnica de Atendimento (CAT), atualmente denominada de Serviço de Acolhido Institucional (SAIN), formado por técnicos (psicólogos e assistentes sociais), que atuam nas Unidades de Acolhimento Institucional<sup>3</sup>.

Convém salientar que o CREAS está inserido na rede de proteção e promoção social, onde se preconiza o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no intuito de recuperar e salvaguardar a autoestima, referências e valores, identidade, além de garantir acesso dos direitos essenciais da cidadania. Entretanto, as situações atendidas pela rede possuem níveis de complexidade diferentes. Diante desse contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organiza suas ações de acordo com a complexidade dos serviços. De um lado está a Proteção Social Básica, que possui como porta de entrada os Centros de Referência de

---

<sup>3</sup> O serviço de acolhimento institucional é o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (casa lares, unidades de acolhimento, casas de passagem, entre outros), destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados a fim de garantir proteção integral. Quando o acolhimento é destinado à crianças e adolescentes, ele deve ser provisório e excepcional.



Assistência Social (CRAS), e do outro a Proteção Social Especial, também subdividida em média e alta complexidade, cujos serviços são efetuados pelo CREAS.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, a proteção social especial se refere a

[...] uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL/ PNAS, 2004, p. 28)

Dentre os variados serviços ofertados no SAIN, como atendimentos individuais e domiciliares, são realizados atendimentos em grupos com familiares de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, com o objetivo de proporcionar espaços para que possam elaborar e ressignificar as situações promotoras do acolhimento, no intuito de diminuir as reincidências da aplicação dessa medida protetiva. Salienta-se, que além dos atendimentos em grupos são realizados atendimentos individuais tanto às crianças e adolescentes acolhidos quanto aos seus familiares.

O trabalho com familiares no CREAS justifica-se pelas políticas públicas e sociais que compreendem a família como pilar social. Na própria constituição Federal (1988) ela é caracterizada como a base da sociedade, onde o Estado deve assumir o papel de eixo fortalecedor dessa instituição social, dispensando apoio ao desempenho de suas atribuições e responsabilidades. Na Lei Orgânica de Assistência Social (1993), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Estatuto do Idoso (2003) esse pressuposto é corroborado.

O reconhecimento da importância da família a situa como uma instituição basilar inclusive na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL/ PNAS – 2004), cuja matricialidade familiar – eixo norteador do SUAS – a transforma em princípio ordenador das ações a serem desenvolvidas pelo poder público.

A Norma Operacional Básica (NOB/05) conceitua a família como “(...) núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração”. Essa definição contempla a família enquanto uma organização complexa e diversificada, ou seja, não há um modelo ou um padrão familiar, mas sim uma pluralidade de arranjos que se configuram como família, por possuírem o papel de afetividade e do pertencimento das relações.

Embora a Política Nacional de Assistência Social recomende que a prática psicoterápica, atendimento clínico, deva ser acionada na rede de atendimento, principalmente vinculada ao âmbito compreendido como área da saúde, há possibilidade, em casos excepcionais, de se

conferir esse atendimento, desde que as práticas não categorizem, patologizem e objetifiquem os sujeitos atendidos, mas, sim, contribuam para o processo de crescimento e autonomia dos sujeitos (CREPOP, 2007).

### **1. 5 As mulheres participantes e procedimentos da pesquisa**

As participantes da pesquisa foram quatro mulheres que tiveram seus filhos acolhidos institucionalmente e que por este motivo foram encaminhadas por determinação judicial ou por orientação técnica ao Serviço de Acolhimento Institucional no CREAS, em que atuo como psicólogo há dois anos. A opção por mulheres como sujeitos da pesquisa justifica-se pela composição do público atendido por esse Serviço, que é predominantemente feminino, além de ir ao encontro dos objetivos desse trabalho.

Embora essa pesquisa utilize o aporte teórico e o método psicanalítico, não se pretendeu seguir um modelo clínico tradicional, tendo em vista o espaço por mim ocupado como psicólogo em uma instituição na qual não há oferta dessa modalidade de serviço, além de considerar como profissional e pesquisador as especificidades do campo da pesquisa e dos sujeitos que dela participaram. Nesse sentido, os sujeitos desse trabalho não foram denominados como pacientes, mas como participantes da pesquisa.

Como critérios para a seleção das participantes foram observados a relevância dos casos para a discussão da temática proposta e a própria motivação e conteúdos que as mobilizavam, os quais não se mostravam condicionados por orientações políticas e por determinações judiciais, mas referiam-se a uma busca de um saber sobre suas subjetividades, suas repetições e de suas possibilidades enquanto mulheres e mães. Das mulheres atendidas por mim no SAIN, foram convidadas a participar quatro colaboradoras com idade igual ou superior a dezoito anos. A escolha de mulheres adultas justifica-se por esta faixa etária poder responder juridicamente por seus atos, o que, por sua vez, pressupõe que podem consentir ou não, sem a anuência de um responsável legal, por sua participação voluntária. As quatro mulheres convidadas anuíram em participar desse estudo.

Como instrumento de coleta de dados, foram realizados atendimentos individuais, que serão denominados de sessões, pois não tiveram a formatação de entrevistas convencionais, mas eram orientadas por uma clínica extensa, na qual foi considerada o discurso do analista

como um agente que aponta para direção da verdade do desejo inconsciente. Nesse sentido, não houve um direcionamento prévio, com exceção da primeira sessão, na qual fora solicitado que contassem suas histórias de vida, não sendo estabelecido um ponto de origem. Nas sessões, as mulheres falavam fluente e livremente, associando ideias, geralmente estabelecendo conexões com as sessões anteriores ou trazendo novos conteúdos que se manifestaram no cotidiano delas.

As sessões eram previamente agendadas e ocorreram semanalmente em uma sala de atendimento no CREAS, com duração média de quarenta a cinquenta minutos. Salientamos que esse espaço apresentou as condições necessárias para manter o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa.

Para garantir o sigilo e o anonimato dos sujeitos da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios em conformidade com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre pesquisas realizadas com seres humanos. Destaca-se que o referido projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Rondônia.

As sessões tiveram início no segundo semestre de 2013, sendo finalizadas em maio de 2014. A cada sessão foram transcritas as falas das mulheres, possibilitando assim no *a posteriori* uma discussão teórica acerca dos conteúdos suscitados. Salienta-se que as sessões e as suas posteriores transcrições, bem como a análise de seus conteúdos foram supervisionados.

A opção pela transcrição dos atendimentos sem o intermédio do gravador justifica-se pelo próprio referencial teórico utilizado. Acrescentar um gravador poderia incorrer na produção de um contexto artificial constrangedor, comprometendo, desse modo, a escuta do sujeito.

Nogueira (2004) ainda aponta que o método psicanalítico não se adequa ao uso de gravações porque este instrumento não possibilita captar o contexto em que a fala é articulada e proferida.

Pode-se pensar cada caso como um romance, como se fosse escrito por um escritor. Eu posso, digamos assim, fazer diários das minhas sessões analíticas. Eu analisante, posso, a cada vez que faço uma sessão de análise, chegar em casa e fazer um diário, e acumular diários de muitas sessões. Essa seria uma primeira construção, porque eu passo da relação de vida para a relação de linguagem, percebem? Já há uma mudança de nível. Quando eu consigo colocar no papel aquilo que ocorreu entre eu e o meu analista, ou quando o analista faz isso em seu consultório, escrevendo o que aconteceu entre ele e o analisante, cada um de nós está construindo uma pesquisa. É por isso que não

adianta gravar a sessão de análise, porque a gravação da sessão de análise é a objetividade de um recorte, assim como a escrita do analista ou do analisante são recortes. Nós não conseguimos reproduzir aquilo que foi vivido. A nossa linguagem é irreproduzível: o passado passou. Mas a descrição, digamos assim, daquilo que ocorreu - que é muito cara à ciência experimental, porque ela tem a natureza para ser investigada - aquilo que nós podemos descrever no diário, é a descrição de uma construção. Qual construção? A investigação do analisante (NOGUEIRA, 2004, p. 14).

A literalidade da narrativa escrita do caso, portanto, é o que se pode reconhecer de singular na pesquisa/clínica psicanalítica. No entanto, segundo Vorcaro (2010, p. 16-17), “[...] tal literalidade é cara à psicanálise por que o que o analista grava e apaga da clínica é o que concebe como relevante ou desnecessário, evidenciando que seu ato de escrever está regulado pela responsabilização quanto ao seu ato clínico”.

Embora, traga uma árdua tarefa para o analista e para o pesquisador ao interrogá-lo sobre os conteúdos imaginários e aleatórios que podem advir, além de mostrar-lhe que ele também está submetido a esse processo, o ato da escrita permite ler a singularidade ou especificidade de cada caso, não se restringindo à estrutura do analisando e de suas manifestações sintomáticas, mas também remetendo ao encontro desencontrado do sujeito com o analista. A inserção de outros instrumentais, como gravador ou materiais de anotação no decurso da análise, sem a prévia combinação na formulação do contrato poderiam incorrer na ruptura desse processo, do enquadre. Além disso, de acordo com Vorcaro (2010)

[...] a função do caso clínico na pesquisa em psicanálise não é demonstrar nem exemplar. Mostrando a oposição entre método psicanalítico e método científico, o caso clínico tem a função de problematizar a generalização necessária à teoria, explodindo a imaginária de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreende implicado no inconsciente (VORCARO, 2010, p. 17)

Nesse sentido, não houve nessa pesquisa a pretensão de generalizar os resultados para outros casos, mas sim de explorar os conteúdos oriundos de cada caso em sua singularidade, salvaguardando, desse modo, os preceitos da psicanálise.

## 1.6 Análise dos dados

A análise dos dados colhidos por meio das sessões foi realizada em três momentos. O primeiro deles referiu-se à realização das sessões. Neste momento, pude avaliar o (re)encontro com as mulheres que foram atendidas por mim em outras situações. O novos contatos

reavivaram a relação transferencial estabelecida e a partir dela foi possível realizar essa pesquisa.

Nessa etapa, a cada sessão registrava minhas percepções das falas das mulheres, bem como as impressões que elas manifestavam no decorrer dos encontros. Além de descrever esses pontos, busquei transcrever algumas das falas das colaboradoras, principalmente aquelas que rompiam e se reconectavam com as associações que elas estabeleciam em seus relatos.

Antes de cada sessão relia o material das sessões anteriores, no intuito de compreender as posições subjetivas dessas mulheres diante da vivência da maternidade, da feminilidade e sobre suas percepções acerca do acolhimento institucional de seus filhos e/ou filhas.

No segundo tempo, o qual pode ser definido como uma análise preliminar, dediquei-me à organização do material coletado, revisando a escrita dos acontecimentos das sessões, das transcrições, das minhas intervenções e percepções. A releitura das sessões me possibilitou uma visão mais ampla das histórias de vida das mulheres, onde as aparentes desconexões dos relatos desvelaram outros sentidos.

O terceiro momento foi o da análise propriamente dita, na qual comecei a esboçar textos a partir das anotações que realizei de cada caso. Para cada participante da pesquisa, esbocei um texto, retratando as singularidades dos conteúdos manifestados na relação transferencial estabelecida, onde não houve uma intencionalidade de generalizar os resultados obtidos, pois o método psicanalítico, de acordo com Mezan (1993, p.89), não se satisfaz com resultados pré-estabelecidos, ele é atravessado pelo seu objeto de estudo, o inconsciente, “[...] mediante sua personificação no sujeito que pensa e escreve”. Esse último momento também foi marcado pela última sessão na qual as mulheres realizaram um “revisão” do percurso por elas trilhado nos atendimentos.

Esse foi o percurso metodológico utilizado na pesquisa, na qual o pesquisador se propôs a “ocupar o lugar do analista”, ou seja, de não sugerir ou de responder à demanda das participantes da pesquisa, assumindo assim um lugar de silêncio. Entretanto, de acordo com Cardoso (2008, p. 159), compreende-se que “[...] o analista pode falar, o que não pode é fazer falar o objeto que é causa do trabalho de produção significativa do sujeito inconsciente alienado na transferência”

A seguir serão apresentados alguns recortes sobre a história das mulheres no Ocidente, nos quais foram considerados aspectos sociais, políticos e culturais, que contribuíram para tecer os sentidos atribuídos ao feminino na contemporaneidade. Além disso, fora realizado um

leitura, a partir do arcabouço teórico psicanalítico sobre a maternidade e a feminilidade, no intuito de verificar como esse campo do saber compreende a subjetividade da mulher. Essas conjecturas demonstraram-se imprescindíveis para compreender os enunciados das mulheres que participaram da pesquisa, pois além de sujeitos que gozam de uma subjetividade, estão inscritas em uma história e cultura com todas as suas possibilidades e contradições.

## 2 A MULHER E SEUS NOMES NA HISTÓRIA

*E disse à mulher: Eu te farei sofrer muito em tua gravidez,  
e darás à luz filhos com dor,  
teu desejo te impelirá ao teu marido,  
e ele te dominará (Gênesis, 3. 16)*

*Não temas, Maria, pois gozas o favor de Deus.  
Vê: Conceberás e darás à luz um filho,  
a quem chamará Jesus. Ele será grande,  
levará o título de Filho do Altíssimo;  
o senhor Deus lhe dará o trono de Davi seu pai (Lucas, 1. 30.31)*

### 2. 1 Das mulheres da Antiguidade à mãe virginal da Idade Média

Ao longo da história da humanidade houve inúmeras denominações que tentaram caracterizar o feminino. Deusas, bruxas, santas, prostitutas e mães foram algumas das denominações na cultura ocidental que retratavam, de acordo com o contexto de cada época, o universo feminino, seus mistérios e desdobramentos. A história da mulher, destarte, destaca não apenas as relações sociais e de poder, as quais tentaram subjugar-la e domesticá-la, como enfatizaram os movimentos feministas na década de 1960, mas também desvelam o que há de real, estrutural no feminino. Entretanto, antes de discorrer por meio do arcabouço teórico psicanalítico sobre a feminilidade, a maternidade e a mulher, faz-se mister descrever brevemente a trajetória do feminino na história.

A mulher surge como uma figura de destaque em todas as sociedades, desde as mais primitivas à pós-moderna. Nas sociedades primitivas, consideradas sociedades matricêntricas, as mulheres ocuparam um lugar de grande importância, mesmo não dominando essa organização social. Como ressalta Pinsky (1994), às mulheres das sociedades primitivas foi atribuído a responsabilidade do descobrimento da agricultura, o que possibilitou o desenvolvimento da raça humana. Destaca-se que o envolvimento da mulher com a coleta de alimentos e de seu cultivo estavam relacionados a rituais e elementos religiosos, denotando a íntima relação que era estabelecida entre a mulher com a mãe-terra, geradora de vida. Havia uma correlação entre a fecundidade da mulher e a fertilidade do solo, que era celebrada principalmente nas comemorações destinadas à colheita, na qual a Grande-Mãe, protetora do lar, responsável pelo sucesso da caça e reprodução, era venerada.

Para a manutenção dessas sociedades primitivas ocorreu a divisão de tarefas entre machos e fêmeas, sendo esta a principal diferenciação estabelecida entre homínídeos e primatas não-humanos. Devido a mulher não garantir sozinha sua sobrevivência e a de seus filhos e por ser considerada a geradora de vida, portanto, o instrumento vital para manutenção de seu grupo, foi delegada a ela o papel de cuidadora, enquanto o homem deveria manter a subsistência do grupo. De acordo com Badinter (1986)

[...] o dualismo dos sexos tem suas raízes na verdade do corpo. Depois a ideologia se apossa dessa dicotomia primeira, que exprime a supremacia do masculino, e a estende a todos os aspectos particulares do conhecimento. Além do mais, encontramos valorizada em toda sociedade esta classificação binária das aptidões, dos comportamentos e das qualidades segundo os sexos (BADINTER, 1986, p. 25).

Inicialmente essa separação entre os sexos, de acordo com Badinter (1986), estava calcada em um sentido de complementariedade e de uma dependência mútua. Esse nível de organização social exigia um nível de cooperação nas tarefas, que eram executadas pelo homem e pela mulher na busca pela sobrevivência, tanto individual quanto do grupo. No entanto, posteriormente essa organização primeva foi utilizada, conforme a autora, para legitimar a condição de inferioridade da mulher nas organizações sociais patriarcais.

Foi no início do período Neolítico (de 7.000 a 3.000 a. C), que a domesticação de animais e a agricultura tornaram-se mais importantes do que a caça. A mulher mesclada à simbologia de fertilidade passa a ser representada em estátuas de ancas largas e grandes seios. As deusas-mães tornaram-se imagens mais comuns nesse período, apresentadas por terríveis feições e outras vezes acompanhada de personagens masculinos ou de animais ferozes. Delineia-se, desse modo, uma simbologia feminina ligada à vida e à morte (BADINTER, 1986).

Beauvoir (1970, p. 90) relata que a mulher desse período era vista como, além da detentora da vida e da morte, uma personagem existente nas [...] regiões longínquas do céu e do inferno, ... cercada de tabus como todos os seres sagrados, ela própria é tabu. Em virtude dos poderes que detém olham-na como feiticeira, como mágica”. Contudo, o reinado da mulher residia fora desta terra, do domínio humano. Era o homem que detinha o poder político. A mulher era um ícone de adoração criado pelo homem, não por amor, mas pelo temor de sua natureza misteriosa. Sendo uma criação do homem, ela poderia ser substituída ou destruída por ele.



Na mitologia grega a figura da mulher, por sua vez, é apresentada, assim como nas sociedades primitivas, como um ser ligado à natureza, causadora de discórdias e conflitos. Salienta-se que a criação dos mitos traz consigo possíveis explicações para as questões ontológicas da humanidade. Campbell (1990) relata que os mitos são vias de busca por uma verdade, do sentido e do significado, que atravessam o tempo. Mesmo as sociedades compreendidas como primitivas tornaram a caça um ritual sacrificial, imbuído de simbologias, no qual os “[...] caçadores encenavam atos de expiação diante dos espíritos dos animais que partiam esperando coagi-los a retornar para serem sacrificados de novo” (CAMPBELL, 1990, p. 11).

A imperiosa necessidade de contar e registrar histórias, remonta à gênese da humanidade. Assim, surgem os mitos como uma resposta a angústia do ser humano de um não saber sobre sua existência, sobre a vida e a morte. A mulher, produto de um *não-saber*, também foi transportada ao mundo mítico, na qual destaca-se a figura de Pandora, a primeira mulher criada pelos deuses.

Em seu poema, denominado *Teogonia*, Hesíodo retrata as discussões entre os deuses com relação aos homens, que eram protegidos por Prometeu. Para dirimir a discórdia no tocante ao destino da humanidade, era necessário que se fizesse uma oferenda de sacrifício a Zeus. Prometeu, porém, com objetivo de beneficiar os mortais tentou enganar o pai dos deuses. O grande boi que seria utilizado no sacrifício foi dividido em duas partes: uma coberta com a pele do animal, contendo a carne e as entranhas e a outra tinha ossos coberto por gordura. Zeus escolheu a parte que continha gordura e ossos, que seria destinada aos mortais. Enfurecido por ter sido enganado, Zeus retirou o fogo dos homens, que significava a privação da inteligência. No entanto, Prometeu roubou uma centelha do fogo sagrado e reanimou os homens tirando-lhes de seu estado de ignorância. Zeus, como punição, lançou uma praga a Prometeu e a todos os homens.

O deus do Olimpo ordenou a Hefesto, seu filho, que modelasse uma mulher, denominada posteriormente de Pandora, a que possui todos os dons, mulher que se assemelhava às deusas virginais. A mitologia descreve Pandora como a primeira mulher, esculpida e animada pelas mãos de uma divindade, dotada de dons concedidos pelos deuses. Pandora seria aquela que puniria a humanidade com a desgraça.

A criação dos deuses foi enviada como um presente a Epimeteu, que mesmo sendo alertado pelo seu irmão Prometeu sobre o perigo de aceitá-lo, não conseguiu resistir aos encantos de Pandora. Antes da chegada da belíssima mulher, os homens não trabalhavam e

nem sofriam, viviam juntamente com os deuses. Todavia a curiosidade de Pandora, pôs fim à vida dos homens com os deuses. Pandora abriu um jarro trazido do Olimpo, um presente de núpcias, que continha todas as mazelas e desgraças. Os homens passaram a ser atormentados pelos males que foram libertos por Pandora, porém após a abertura do jarro, por recomendação de Zeus, ela o fechou imediatamente, onde a Esperança (*Elpis*) permaneceu presa em suas bordas.

Como é possível observar, Hesíodo apresenta a criação da mulher como uma existência ambígua, paradoxal, pois ela traz os males, mas desvela-se um instrumento necessário para perpetuação da raça humana. O mal libertado pela curiosidade feminina também trouxe esperança ao homens, como destaca Vernant (1990).

Os temas de prometeu e Pandora formam as duas partes de uma única e mesma história: a da miséria humana na Idade de Ferro. A necessidade de se cansar no trabalho da terra para se obter o alimento e também, para o homem, a de engendrar na mulher e por ela, de nascer e de morrer, de ter a cada dia angústia e ao mesmo tempo esperança de um amanhã incerto. A raça de ferro conhece uma existência ambígua e ambivalente (VERNANT, 1990, p. 48).

Ao passo que Pandora trouxe o declínio da humanidade, inaugurou um laço do homem com o trabalho, instaurando também a sexualidade, pois os seres humanos passaram a ser homens e mulheres. Em *Teogonia* o corpo feminino é inventado e em *Os Trabalhos e os Dias*, a partir da nominação de Pandora, a condição humana é definida.

A mulher no mito de Pandora e Prometeu é retratada como uma carcaça, um invólucro, contendo os mistérios do feminino, que deslumbram e aterrorizam o homem. Segundo Silva e Andrade (2009, p. 327), Pandora, além de figurar o feminino, representou a imposição de um outro corpo, diferente do masculino, instituindo, por sua vez, a injunção do casamento, “[...] pois é disto que se trata: a “coisa” dada aos homens pelos deuses reunidos é a esposa”.

O mito de Pandora trata-se, portanto, de um mito masculino criado para dar conta de um feminino incognoscível ao homem. Não seria essa mulher mítica a encarnar a causa do desejo no homem pela divisão que instaurou em uma existência única?

Outros mitos gregos, além do de Pandora, evocaram representações sobre o feminino, como o de Palas, Atena, Hera, Afrodite, Artêmis, entre outros. As tragédias gregas também contribuíram, a partir de uma perspectiva mitológica, para comunicar e encenar as acepções acerca da mulher e do feminino. Dentre elas considera-se pertinente destacar a Tragédia de Medéia.

A lenda da feiticeira de Cólquida foi objeto de inspiração de muitos dramaturgos, como Eurípedes (século V. a.C), Sêneca (século I), Cornalle (século XVIII). Segundo Junito Brandão (1987), a tragédia fala de uma mulher que se apaixonou por Jasão, filho de Esão, rei de Tessália. Na tentativa de recuperar o reino de seu pai, usurpado pelo seu tio Pélias, Jasão aceitou a proposta do novo rei de que se conquistasse o velo de ouro em um bosque de Cólquida, na Ásia Menor, teria a coroa de volta. Pélias acreditava que seria uma viagem sem volta, pois muitos perigos e armadilhas preparadas pelos deuses protegiam o velo. Essa busca heróica ficou conhecida como a saga dos Argonautas, em homenagem ao navio denominado Argo, que partira para expedição.

Para lograr êxito em sua jornada, Jasão teve auxílio de Medéia, filha de Eetes, por meio de suas poções e feitiçarias. Tendo conquistado o velocino, Jasão e Medéia partiram de Cólquida, levando consigo Apsirto, o filho mais jovem de Eetes, como refém. Na trajetória de Medéia e Jasão, porém, houve sucessivas transgressões das leis humanas e divinas. Para atrasar a perseguição de Eetes, Medéia esquartejou seu irmão e lançou os pedaços ao mar. A pedido de Jasão, que teve seu pai assassinado por Pélias, Medéia também lançou um feitiço sobre as filhas do usurpador, convencendo-as de que se esquartejassem e cozinhassem partes do Pai delas, restituiria a juventude do rei. Com a morte de Pélias, seu filho Acasto, assumiu o trono e passou a perseguir Medéia e Jasão, que se refugiaram em Corinto, na corte do rei Creonte. Por um período, viveram tranquilamente. Todavia, Creonte decidiu casar sua filha Creúsa com Jasão, o qual, por sua vez, expulsou Medéia da cidade. Como vingança, a personagem trágica, através de suas poções, matou Creonte e Creúsa, incendiando posteriormente o palácio real. Como castigo à Jasão, por tê-la abandonado e traído, matou os filhos que tivera com ele, Feres e Mérmero, servindo-os como iguarias em um banquete, onde Jasão se regozija e se farta sem saber sobre os ingredientes.

Eurípedes (480 – 406 a. C.), considerado um dos dramaturgos do feminino, traz na tragédia de Medéia um olhar sobre a mulher que insurge contra o lugar que lhe fora reservado nas diversas pólis gregas. Fustel de Coulanges (2004) descreve essa mulher grega como inicialmente submetida ao pai e depois ao esposo, o qual exercia total controle sobre ela, inclusive sobre suas crenças religiosas.

E um rapaz da família vizinha pede-a em casamento, para ela isso significa muito mais do que simplesmente passar de uma casa para outra. Trata-se de mudar de religião, praticar outros ritos e pronunciar outras preces. Trata-se de deixar o deus da sua infância para se submeter a um deus desconhecido. Ela não deve esperar manter-se fiel a um honrando o outro(COULANGES, 2004, p. 65).

A saída da casa paterna não significava a liberdade, mas outra forma de dominação da mulher, que além de ter que aceitar outro senhor, por meio de um casamento entre famílias sem o seu consentimento, tinha que abdicar de suas crenças, costumes e deuses.

Assim, o casamento era obrigatório. O seu objetivo principal não era o prazer nem a união de dois seres que simpatizavam um com o outro e queriam partilhar a felicidade e as agruras da vida. O objetivo do casamento, perante a religião e as leis era unir dois seres no mesmo culto doméstico para dali fazer um terceiro apto a continuar esse culto (COULANGES, 2004, p. 74-75).

Como o casamento tinha como fim último perpetuar a família havia a prática de rompê-lo caso a mulher fosse estéril. No entanto se a esterilidade fosse proveniente do marido, então um irmão ou parente próximo deveria substituí-lo, sendo a mulher forçada a manter relação sexual de modo a garantir a continuação da família. Assim, como não tinham o direito de professar suas crenças da família de origem, a mulher também não possuía o direito sobre seu próprio corpo. Fustel de Coulanges (2004, p. 76) ainda aponta que o nascimento de uma filha não cumpria o objetivo do casamento, pois ela “[...] não poderia continuar o culto porque, quando casasse renunciaria à família e o culto do pai, passando a pertencer à família e à religião do marido”.

À mulher, esposa, lhe era vetada a participação na vida política e social da cidade. Não tinha direito à educação, ficando restrita aos trabalhos manuais e a administrar as tarefas de suas escravas. A partir desse contexto vivenciado pela mulher grega, Eurípedes, por meio de Medéia, sinaliza a discriminação que ela sofre:

De todos os seres que respiram e pensam, nós, outras, as mulheres, somos as mais miseráveis. Precisamos primeiro comprar muito caro um marido, para depois termos nele um senhor absoluto da nossa pessoa, segundo flagelo ainda pior que o primeiro (EURIPEDES, 1980, p. 171).

O adultério cometido por Jasão não obliterou a sua imagem em uma sociedade onde repudiar a esposa era uma prática aceitável. Entretanto, sua falta de gratidão para com quem lhe ofereceu ajuda não foi negligenciado por Eurípedes. No decurso da tragédia, apresenta Medéia como uma mulher que foi capaz de enfrentar os deuses e os homens por amor e que tentou restituir sua honra e dignidade ao ser traída.

A cultura judaico-cristã também evocou a mulher nas figuras de Eva e Lilith como aquelas sobre as quais recaem os pesares da humanidade. A personagem Lilith retirada dos textos da tradição judaica, considerada a primeira esposa de Adão, é apresentada desde a Antiguidade como uma figura maligna, representante da subversão feminina. Todavia,

segundo Sicuteri (1998), ela foi retirada dos textos sagrados na transição da versão jeovística para a sacerdotal.

No Gênesis, primeiro livro do Pentateuco, há a narração da criação do homem, modelado a partir do pó para assemelhar-se à imagem do próprio Deus-Jeová. Ao perceber, porém, que sua criatura estava solitária, Deus fez para ele uma companheira, sendo Lilith a primeira na tradição judaica. Destaca-se que o homem, em um primeiro momento, apresentava-se com um ser completo, retratando assim sua condição divina. A criação de uma companheira, instaurou, entretanto, o encontro com o sexual.

Sicuteri (1998) comentando o nascimento da mulher relata que a primeira vez que Adão a viu cheia de saliva e sangue recuou diante dessa imagem, angustiado com o encontro com o outro sexo. A simbologia do sangue sugere o ciclo sexual e a saliva possui equivalência a atividade sexual. Tais elementos teriam causado no homem terror diante do feminino.

Feita do mesmo pó de Adão, Lilith, no entanto, queria igualar-se ao seu companheiro e não submeter-se a ele. Sua principal reivindicação, como menciona Sicuteri (1998), foi com relação a posição sexual que ocupara. Sugeriu a Adão que a posição fosse invertida, sendo que ela ficaria por cima. Lilith, de acordo com o autor, questionava Adão em sua tentativa de dominá-la:

‘ – Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita do pó e por isso sou tua igual’. Ela pede para inverter as posições sexuais para estabelecer uma paridade de uma harmonia que deve significar a igualdade entre os dois corpos e as duas almas. Malgrado este pedido, ainda úmido de calor súplice, Adão responde com uma recusa sua: Lilith é submetida a ele, ela deve estar simbolicamente sob ele, suportar seu corpo (SICUTERI, 1998, p. 35).

Contudo, devido a recusa, sua companheira afasta-se dele. Sentindo-se abandonado o homem faz queixas ao criador com relação a Lilith. Deus ordena que ela retorne a viver com Adão, mas ela se recusa, permanecendo na região dos demônios do Mar Vermelho. Assim, a primeira mulher tornou-se a mãe dos demônios.

Como Pandora, Lilith era um ser sedutor, criada pela mão de um deus, e que se mostrou perigosa ao criador e ao homem, pois queria igualar-se a eles. Para apagar a imagem de Lilith foi criada outra figura que fosse submissa ao homem. Ao ser excluída dos textos do Cristianismo, outra mulher ocupou o lugar de Lilith como companheira de Adão. Eva surge como o complemento do homem, feita de sua carne e ossos.

No Gênesis Deus disse a si mesmo que não era bom que o homem estivesse só, desse modo, decidiu, fazer para o seu Adão uma “auxiliar” que lhe correspondesse. A companheira idealizada pelo criador teria como fim último ajudar e servir ao homem. Essa nova mulher não foi feita do mesmo material do homem, mas de uma parte dele, como é apresentado no capítulo 2, versículos 21 à 23 do Gênesis<sup>4</sup>.

21: Então o Senhor Deus lançou sobre o homem um sono profundo, e o homem adormece. Tirou-lhe uma costela, e a partir de dentro cresceu carne. 22: Da costela, que tinha tirado do homem, o Senhor Deus formou uma mulher e a apresentou ao homem. 23: O homem exclamou: - Esta sim, é o osso de meus ossos, e carne da minha carne. Seu nome será mulher, porque a tiraram do homem. Por isso, um homem abandona pai e mãe, junta-se à sua mulher e se tornam uma só carne.

A nova versão da mulher fora criada para ser companheira e submissa. Atrelada a esses papéis fora apresentada como um ser fraco, suscetível às tentações e à vaidade. Eva, assim como no mito de Pandora, tornou-se um símbolo da perda do homem de sua condição semi-divina. Tentada pela serpente, ela desejou ser semelhante a Deus e ter o conhecimento do bem e do mal. Eva foi encarnada como a causa de desejo de Adão levando-o a desobediência, ao pecado. Nesse sentido Evaassemelha-se a Lilith, segundo Sicuteri (1998), ao confrontar o saberinstituído. Enquanto a primeira desobedece a supremacia de Adão a outra desobedece à proibição, ambas, portanto, assumem riscos mediante seus atos transgressores.

Como punição, Deus disse a Eva que ela daria luz aos filhos com dor e o desejo dela a impeliria ao marido, que iria dominá-la. Esse texto bíblico traz duas assertivas da sociedade patriarcal judaico-cristã: a de que a mulher estava destinada à maternidade e que seria subjugada pelo homem. Quanto ao homem, este foi condenado a viver do seu trabalho e a uma vida mortal.

Badinter (1985) destaca que outro importante texto exerceu um papel histórico importante no tocante à condição feminina: o de São Paulo à Epístola aos Efésios. Nesse texto o apóstolo expõe uma teoria da igualdade que distorce o pensamento de Jesus Cristo. Para Paulo tanto a mulher quanto o homem gozariam de direitos e teriam deveres a cumprir, mas a condição de igualdade não excluiria – uma hierarquia existente e que deveria ser salvaguardada, como expõe nos versículos 22 e 23: “As mulheres sejam submissas aos maridos como ao Senhor. 23: pois o marido é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja, ele que é o salvador do Corpo”.

---

<sup>4</sup> Os excertos das passagens bíblicas foram retiradas da BÍBLIA do Peregrino, indicada na utilização de pesquisas.

Nos versículos seguintes, há outro elemento que convém destacar. Quando Paulo se refere aos homens recomenda que eles amem suas próprias mulheres como ao seu próprio corpo, porém quando se refere à mulher, não há menção do amor, mas sim da obediência e respeito da mulher para com o homem. A ausência da menção de amor e do corpo no que concerne a mulher, são reflexos de uma sociedade na qual ela deveria estar à serviço do homem, ou seja, não lhe era permitido amar, explorar o seu sexo e a sua sexualidade. À mulher seria vetado a experiência da vivência do amor, sua existência estava atrelada a uma vida de serviços.

A imagem do pai e do marido, representado pela figura masculina de um Deus Pai todo poderoso, mantiveram as mulheres sob o seu jugo. Badinter (1985) menciona que as prescrições da moral eclesástica de subordinação da mulher predominaram até o século XVII. No entanto, segundo a autora, o Novo Testamento anunciou por meio de Jesus “[...] que a autoridade paterna não se estabeleceu no interesse do pai, mas no filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira (BADINTER, 1985, p. 85).

Badinter (1985) destaca que na Idade Média houve melhoras expressivas na condição de vida da mulher por influência da Igreja, não obstante essas mudanças restringiram-se as classes abastadas

Na prática, o marido conservava o direito de correção sobre a mulher e, apesar das palavras de Cristo sobre a inocência infantil, o destino dos filhos era pior do que o de sua mãe. Demasiados interesses e discursos abafaram a mensagem de Jesus. No século XVII, o poderio do marido e do pai predominava, de muito, sobre o amor. A razão era simples: toda sociedade repousava no princípio da autoridade (BADINTER, 1985, p. 30)

Para conservar a mulher abnegada e devota ao marido, à lei patriarcal, emerge na Idade Média a imagem sublime da mulher idealizada pelo Cristianismo na figura da Virgem Maria, mãe de Deus. Segundo Beauvoir (1970, p. 214), a mãe de Jesus “[...] é a imagem invertida de Eva, pecadora; esmaga a serpente sob o pé; é a mediadora da salvação como Eva foi a da danação”.

Paradoxalmente, segundo Beauvoir (1970), a maternidade exaltada da Virgem Maria, nega-lhe a vivência da sexualidade, pois era imaculada, transmitindo assim valores religiosos e morais de que a mulher para ser boa necessitava permanecer intacta. Negar a Maria o caráter de esposa seria um modo de glorificar a mulher-mãe.

O culto à virgem santíssima, todavia não impediu que a inquisição no século XIII, que estava sob o controle dos frades dominicanos levassem inúmeras mulheres à fogueira pública,

principalmente as viúvas, possuidoras de terras e propriedades, que foram confiscadas pela Igreja. À bruxa era atribuída uma ferocidade feminina que deveria ser contida e expurgada da sociedade. Essa figura emblemática permaneceu à margem da vida social por representar um perigo à sociedade patriarcal. De acordo com Zordan (2005) essa mulher fálica “[...] era efígie castradora que ameaça o masculino, sendo comum que a misoginia inerente à figura da bruxa seja interpretada dentro do binômio falo/ castração da tradição psicanalítica”.

Os inquisidores comparavam as feiticeiras como uma personificação de Lilith. A sexualidade feminina compreendida como lasciva, impura, ao ser manifestada denotava a influência da mãe dos demônios. O feminino deveria ser controlado, pois a partir dele tinha surgido o pecado e o declínio da condição humana, do homem.

## **2.2 Para uma criança, uma mãe: O surgimento da infância e da família**

A família tem se tornado alvo de pesquisas acadêmicas e de intervenções variadas, principalmente do âmbito jurídico e de políticas públicas, porém, antes de adentrarmos e explorarmos algumas dessas especificidades, convém refletir sobre o alerta que Casey (1989) faz aos estudiosos do tema “família”:

[...], o problema do estudante da família consiste em lembrar que está lidando com um conceito, uma criação da mente humana, da cultura – não com um objeto material. A família pode ser tão útil e problemática, como meio para entender a estrutura social, quanto o conceito rival de classe. [...] É natural que desejemos saber um pouco mais sobre a origem da família ocidental, centralizada no casal com seus filhos. Contudo, tomar categorias que hoje nos são familiares – a família conjugal, a relação marido-mulher, o relacionamento entre pais e filhos – e ordenar os dados sobre o passado em torno dessas categorias pode prejudicar os termos de referência da pesquisa. A compreensão do passado exige de nós um esforço para entendê-lo em si mesmo (CASEY, 1989, p. 195-196).

A partir dessas recomendações do autor, faz-se mister discutir alguns elementos históricos sobre a família, no intuito de a situarmos enquanto uma instituição que nasceu para responder a um contexto histórico, desempenhando uma função, reordenando, desse modo, as formas de relacionamento entre os seres humanos, principalmente entre o público e o privado.

A instituição familiar, de acordo com Roudinesco (2003), tem passado por intensas e profundas transformações, dentre as quais se podem destacar três grandes momentos: no primeiro, segundo Aríes (1962/2011, p. 271), a família medieval tinha como missão



primordial assegurar “[...] a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito na sensibilidade”. No segundo momento, a família compreendida como moderna, passa a se organizar em torno da criança, consolidando os limites entre o público e o privado, onde a necessidade de intimidade e de identidade colaborou para essa mudança. Os ideais do amor romântico, oriundo do final do século XVIII, legitimaram a construção de sentimentos e desejos carnavais, agora legitimados por meio do casamento. Por fim, com início da década de 1960, “[...] impõe-se a família dita “contemporânea” ou “pós-moderna” que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual” (ROUDINESCO, 2003, p.19).

No segundo momento da instituição familiar na história, destacado por Roudinesco (2003), a saída de uma vida densa e coletiva para uma vida familiar, trouxe outra organização, que só foi possível através dos sentimentos de coabitação e da identidade, cuja figura da mãe passou a representar a própria família. Entretanto, antes de caracterizar o perfil da família moderna e os papéis sociais a que a mulher foi convocada a assumir, principalmente com relação a maternidade, convém realizar algumas pontuações sobre a *invenção* da infância e da maternidade.

De acordo com Forna (1999), a maternidade teve seu delineamento, como compreende-se atualmente, por meio da obra de Jean-Jacques Rousseau denominada *Emílio ou Da Educação* (1762/ 2004). Contudo há, segundo a autora, controvérsias quanto ao mérito de Rousseau na mudança do conceito de maternidade. Os vitorianos, por sua vez, seriam os que “[...] aprimoraram e institucionalizaram a maternidade, cobrindo-a com torrentes de emoção” (FORNA, 1999, p. 35). Destarte, há um elemento de convergência entre os estudiosos desse período da história europeia: a obra *Emílio* traduz-se como um marco sobre o perfil da maternidade antes de 1762 e nos cem anos seguintes.

Rousseau (1762/ 2004) traçou em sua obra linhas educativas para pais, educadores e aqueles que lidavam com crianças, no intuito de que tais cuidados as tornassem adultos educados, ou seja, homens novos, naturais e equilibrados. Ao utilizar *Emílio* como exemplo em seu romance, retratando o desenvolvimento da criança desde o nascimento ao seu casamento, Rousseau tinha inaugurado um novo modelo de homem. Caberia, portanto, aos cuidadores da criança, entre eles a mãe, garantir seu pleno desenvolvimento e para isso seria imprescindível observar e educá-la desde tenra infância, preservando, desse modo, sua natureza boa das corrupções da sociedade.

Em Rousseau é possível observar o surgimento de outra concepção do desenvolvimento humano, na qual havia destaque com relação ao período denominado infância, já compreendido em seus ideais como desvinculado da vida adulta. A preocupação do autor na educação do homem emergia como uma resposta da corrente filosófica iluminista sobre a indiferença com que eram tratadas as crianças.

Segundo Ariès (1962/2011, p. 99), no entanto, o sentimento de infância era inexistente na sociedade medieval (V-XV), “[...] por essa razão assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes”. A sociedade medieval não reconhecia uma passagem entre a infância e a vida adulta e assim que a criança era desmamada ingressava na comunidade dos homens. Ao completarem sete anos eram deixadas nas casas de outras pessoas para realizarem trabalhos domésticos durante um período de sete a nove anos de idade, sendo chamadas, conforme Ariès (1962/2011), de aprendizes. O serviço doméstico misturava-se a aprendizagem como uma forma de prática habitual de educação.

Ainda no decurso do século XVI e início do século XVII, a idade da infância era tratada com indiferença. Os adultos dessa época, de um modo geral, tratavam as crianças com despudor e obscenidade. Ariès (1962/2011) ao descrever as brincadeiras com o pênis do infante Luís XIII, retrata que essas situações não divertiam apenas aos seus cuidadores, mas inclusive aos estranhos ao âmbito familiar. A idade de sete anos demarcava, não obstante, alguma diferenciação no que concerne à infância. Nessa idade iniciavam-se os treinos para a vida conjugal. Era comum as meninas se casarem aos treze anos e os meninos a partir dos 14 anos de idade.

De acordo com Ariès (1962/2011.) foi com a preocupação dada às crianças, que a visão sobre elas começou a se transformar. “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1962/ 2011, p. 277).

A escola aberta deu lugar à escola fechada e a família, por sua vez, deixava apenas de ser uma instituição do direito privado para transmissão dos bens e do nome para formar também os corpos e as almas, assumindo uma função moral e religiosa. A família e a escola retiraram a criança da sociedade dos adultos.

No século XVIII a família se organizava em torno da criança, consolidando os limites entre o espaço público e o privado. A necessidade de intimidade também colaborou para essa

mudança. Entretanto, nesse mesmo período ainda havia um distanciamento entre as crianças e suas famílias de origem, sinalizado pela prática do uso de amas-de-leite.

Era costume mandar os bebês para serem alimentados por mulheres que residiam em zonas periféricas ou no campo. Após o nascimento os bebês eram prontamente retirados, sem ter sido amamentados uma única vez, e levados para a casa de uma mulher de classe baixa, onde permaneciam por pelo menos dois anos. Segundo Forna (1999) as mães raramente visitavam ou mantinham contato com seus filhos nesse período. A amamentação era compreendida como uma prática fisicamente danosa à mulher. Segundo Badinter (1985, p. 94) as mulheres da época “[...] não hesitavam em dizer que, se amamentassem o seu bebê, privar-se-iam de um suco precioso, absolutamente necessário a sua própria conservação”. Declarou-se ainda, de acordo com a autora, que a amamentação era uma prática “ridícula e repugnante”, destinada apenas aos seres inferiores, e por isso, havia o costume de encaminhar as crianças para amas-de-leite.

O percurso que as crianças realizavam até as amas-de-leite não raramente resultavam em uma fragilização de sua saúde ou as levava a óbito. De acordo com Forna (1999, p. 38) “[...] se a criança sobrevivía à viagem, e muitas não sobreviviam, ou por serem muito fracas ou porque – e há exemplos abundantes disso – caíam do carro ou eram esmagadas pelo peso dos outros, uma amarga recepção as aguardava”.

Essa recepção, segundo a autora, compreendia as condições em que as amas-de-leite se encontravam. Essas mulheres, geralmente viviam em situações de extrema pobreza, sendo que se dispunham a alimentar e cuidar dos bebês de outras mulheres para garantir sua sobrevivência em troca de um irrisório pagamento.

Em muitos casos era comum as amas-de-leite aceitarem vários bebês, mais do que poderiam alimentar. Mais crianças representava a possibilidade de melhor pagamento, portanto, o desmame rápido era de vital importância para que pudessem pegar outros bebês. Conforme Forna (1999) há relatos de que as amas forçavam os bebês a aceitar alimentação sólida, antes que seu sistema digestivo estivesse preparado para recebê-la. Além dessa prática, os bebês viviam em condições de higiene precárias, agravadas pelo costume do uso de enfaixamentos, que consistiam, de acordo com Badinter (1985), em vestir a criança com uma pequena camisa de material grosseiro, na qual era feita dobras e sobre ela era colocada um cueiro. Em seguida os braços eram colocados contra o peito, e as crianças eram envolvidas com uma faixa sobre as axilas, que imobilizavam braços e pernas.

Esse enfaixamento trazia graves complicações à saúde da criança, pois o corpo ficava ferido e o acúmulo de fezes e urina formavam irritações e doenças dermatológicas. No entanto, Badinter (1985) faz uma ressalva quanto a essa prática, utilizada comumente pelas amas:

Ninguém pode culpar as amas por esse costume. Há séculos, e até o século XIX, os bebês eram assim enfaixados por medo de que sua moleza provocasse algum acidente e, para que crescessem retos e formados. Tampouco acompanharemos os moralistas do século XVIII que fustigaram a ama madrasta. Se elas penduravam a criança num prego durante horas, pela roupa, é com boa intenção de evitar que seja comida ou ferida pelos animais da fazenda. Não há nenhuma maldade nesse gesto, mesmo que os resultados sejam cruéis para a criança cujo sangue circula (BADINTER, 1985, p. 125).

Forna (1999) descreve que a prática das amas-de-leite se espalhou na Europa e na América do Norte, sendo que das 21 mil crianças nascidas em Paris em 1780, apenas mil não foram enviadas para o aleitamento. Essa prática teve início com a aristocracia no século XVI, foi adotada pela burguesia no século XVII e em um século depois, por qualquer família que pudesse pagar por uma ama-de-leite.

Convém aqui realizar um adendo quanto ao contexto em que as amas-de-leite viviam. A priori a imagem dessas mulheres evoca a figura de uma cuidadora, mãe, que tratava as crianças como mercadorias, objetos dos quais poderiam auferir lucros, não importando a qualidade do serviço prestado, mas a quantidade que poderiam manter sob seus cuidados. Como mulheres também foram marcadas pelas crenças, costumes e desigualdades sociais de sua época, que as impulsionavam recorrer a práticas que aparentemente disseminavam a figura de uma mãe cruel e indiferente. Entretanto, essa não seria uma forma possível para que as amas garantissem a sobrevivência delas e de seus filhos? A miséria em que viviam, as precárias condições de higiene, a luta pela vida, criavam um quadro propício para o surgimento de outras formas de cuidado, olhada atualmente com horror pela sociedade moderna e que faz uso direto dos bens de consumo.

E quanto às mulheres da época? Estas não queriam cuidar do filhos? De acordo com Badinter (1985), principalmente as mulheres da alta sociedade, que estavam envolvidas com temas intelectuais, artísticos e políticos. Nesse sentido, a autora discute, a partir de uma perspectiva histórica, o amor incondicional e instintual que fora concedido à mulher na condição de mãe. Esse amor para Badinter (1985) seria o produto resultante das condições sociais, históricas e culturais de cada época.

Os comportamentos e distanciamentos das mulheres do século XVIII eram reflexos das relações, crenças e condições próprias do contexto cultural em que estavam. Desse modo, nem todas as mulheres estariam inclinadas a desfazer-se da relação mãe-filho, mas devido às crenças e costumes que circunscreviam e ditavam os valores da sociedade, viam-se obrigadas a corresponder às expectativas culturais.

Outro dado importante refere-se aos altos índices de mortalidade infantil decorrentes das condições precárias de higiene e, além disso, a medicina ainda desconhecia vários fatores patogênicos que representavam riscos à vida das crianças recém nascidas. A morte de uma criança era um acontecimento pertencente ao cotidiano, portanto havia escassos eventos ou rituais fúnebres.

O infanticídio, segundo Forna (1999) , geralmente ocasionado por abandono, também era um método comum de “planejamento familiar”. Foi a visão dos bebês mortos ou agonizantes empilhados que levou Thomas Coram a fundar um hospital para enjeitados no século XVIII.

A infância dos séculos XVII e XVIII possuía inúmeras fragilidades, porém no fim do XVIII, no qual houve divulgação dos ideais humanitários de John Locke, as crianças passaram a ser mais consideradas (surgiram brinquedos e escritos produzidos especialmente para esse público). Além disso, como sinalizado, Rousseau, um dos filósofos do Iluminismo, disseminou uma nova visão de infância e dos cuidados para com este período do desenvolvimento humano.

### **2.3 A produção do mito do amor materno: um destino para o feminino?**

O surgimento do materno teve como mola propulsora o movimento do Iluminismo, escola filosófica que defendia e disseminava a ideia do direito do homem à felicidade, ao amor romântico, à liberdade e à natureza. O amor materno foi construído a partir desses ideais, tendo Rousseau como um dos principais personagens para o modelamento de uma outra mãe.

Rousseau criticava a prática das amas-de-leite e a indiferença com que as mães tratavam seus filhos. Recomendava que as próprias mães criassem e amamentassem seus filhos, recriminando-as quando se desviavam das responsabilidades que lhes estavam sendo

atribuídas enquanto mães. Por meio de sua obra *Emílio ou Da Educação* (1762/2004) dizia que era obrigação da mulher a maternidade e a educação dos filhos.

Mas que as mães se deem ao trabalho de amamentar seus filhos, e os costumes se reformarão por si próprios, os sentimento da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará [...] assim, da correção desse último abuso resultaria em breve uma reforma geral, logo a natureza readquiriria todos os seus direitos. E se as mulheres voltassem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos (ROUSSEAU, 1762/2004, p. 18).

Rousseau (1762/2004) criou um laço entre a maternidade e a moralidade, que se tornou um dos maiores emblemas da ideologia materna. Quanto ao repovoamento indicado pelo filósofo, trata-se de uma referência ao crescente interesse na demografia, cuja ótica iluminista denunciava um eminente perigo de desaparecimento das raças europeias. A infância e a maternidade, nesse sentido, foram conceitos formulados, inclusive sociopoliticamente, para o desenvolvimento da sociedade, que estava se esfacelando devido as altas taxas de mortalidade, principalmente a infantil. Além disso, era necessário a criação de mão-de-obra para o trabalho nas indústrias que emergiam juntamente com o sistema capitalista.

Cambi (1999) destaca três significados diferentes para o romance de Rousseau:

1. como oposição àquilo que é social; 2. Como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. Como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não urbano e por isso considerado mais genuíno. Trata-se, desse modo, de operar uma ‘neutralização’ do homem, capaz de renovar a sociedade europeia moderna, que chegou a um estado de evolução (e de corrupção), que torna impossível a sua reforma política, segundo o modelo republicano-democrático do pequeno estado (CAMBI, 1999, p. 346).

O caráter político e pedagógico da obra de Rousseau ganhou popularidade em toda Europa, tornando-se, de acordo com Cambi (1999), um texto da moda que passou a educar comportamentos, inclusive os das figuras parentais. Em Rousseau (1762/2004) para que os pais assumissem seus papéis deveria ser inaugurada uma nova forma de conceber e tratar as crianças, diferenciando suas peculiaridades do mundo adulto, longe do trabalho e confiada às escolas. Entretanto, esse modelo chegou primeiramente para as classes privilegiadas, pois a exploração das crianças pobres nas fábricas perdurou até os meados do XIX, onde, posteriormente, houve lutas contra o trabalho infantil.

Até mesmo no que tange à higiene do bebê, Rousseau (1762/2004) descrevia como deveria ser esse procedimento. Defendia a ideia de que o banho deveria ser um hábito e que nunca deveria ser interrompido. Com relação ao choro da criança, dizia que era preciso diferenciá-lo do choro com objetivo de chamar atenção e do choro proveniente de algum tipo de sofrimento que ele poderia estar sentindo.

As ideias de Rousseau se popularizaram na França, influenciando no comportamento das mulheres, que passaram a amamentar e a se “interessar” por seus filhos. No entanto, conforme Forna (1999) a prática das amas-de-leite persistiu na França até o ano de 1820. Paulatinamente a mãe foi sendo modelada pelos ideais roussonianos, porém, a maternidade que conhecemos ainda estava sendo desenhada.

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, seguida pela Alemanha e França e o pós-guerra civil nos Estados Unidos, contribuíram para consolidação da família nuclear, isto é, a unidade familiar composta por homens, mulher e prole, estrutura essa que propiciou alimentar a ideia de um amor materno, inerente à mulher. Motta (2008), discorre que os mitos, como o do amor materno, são produzidos para atender os interesses econômicos e sociais hegemônicos de uma determinada época, sendo influenciado pelas políticas de gênero vigentes..

Ora, a Revolução Industrial na primeira metade do século XIX trouxe contundentes mudanças sociais, principalmente no tocante à vida doméstica que encontrou inúmeras dificuldades para se conciliar com a vida de trabalho.

A crise entre o público e o privado estava instaurada. Quanto às mulheres, estas foram diretamente afetadas por essas mudanças, pois aparentemente não conseguiam conciliar as atividades domésticas com as atividades remuneradas. A ausência da figura paterna, que se restringia a assumir o papel de provedor do lar, implicava na redução na participação da criação e socialização dos filhos, cabendo à mulher assumir o papel da cuidadora e da “rainha do lar”. Segundo Motta (2008) a privatização das atividades e a industrialização contribuíram para criação de um outro modelo de divisão sexual do trabalho, na qual foi prioritariamente delegada às mulheres as tarefas de gerar, criar e educar os filhos.

Progressivamente até mesmo a responsabilidade dos ensinamentos morais, antes delegada ao homem, foi conferida às mulheres. De acordo com Forna (1999, p. 49) “[...] realizou-se então a metamorfose da mãe indiferente absorvida na política e na cultura, descrita

por Rousseau, para o ideal materno vitoriano, a boa mulher em casa com seus filhos, seu piano e seus princípios”.

A valorização da educação dos filhos também creditava status à família burguesa, segundo Badinter (1985):

Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesia melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava-se o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe a sagrada, a rainha do lar (BADINTER, 1985, p. 222).

Lasch (1999), porém, coloca em questão a ideia de que a vida das mulheres orbitava inteiramente ao redor do trabalho doméstico e da maternidade antes da revolução sexual da década de 1960.

Na verdade, a maternidade em tempo integral cuja rejeição foi o ponto de partida da mais recente onda de agitação feminista nos anos 60, era algo novo e historicamente sem precedentes. Tratava-se em grande parte do resultado do rápido crescimento dos subúrbios após a Segunda Guerra Mundial e o renascimento feminista iniciado pelo livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, originou uma resposta direta embora geralmente muito tímida, não à antiga opressão contra as mulheres, mas à “suburbanização” da alma americana. Só depois o movimento feminista passou a entender a condição que tentou mudar - a divisão do trabalho que confinava as mulheres em casa – como um “sistema patriarcal” que poderia ser encontrado, com algumas variações, em todos os momentos e lugares (LASCH, 1999, p. 113-114).

Lasch (1999) corrobora que em todas as sociedades há alguma espécie de distinção entre o trabalho feminino e o masculino, que geralmente demonstram-se intoleráveis e são utilizadas para manter as mulheres em um estado de subordinação. O autor ainda destaca que o século XIX pressupôs uma radical separação entre a vida doméstica e o mundo relacionado ao trabalho, no qual tornaram possível conceber a família como um lugar de refúgio do “[...] mundo exterior cada vez mais dominado pelos mecanismos impessoais do mercado” (LASCH, 1999, p. 144). Essa nova imagem de família ajudou os norte-americanos a administrar as emoções ambivalentes suscitadas pela nova ordem mundial, como destaca Lasch (1999):

Por um lado, eles queriam o conforto e as conveniências fornecidas pelo progresso industrial e, por outro, a instituição do progresso – o mercado capitalista – parecia nutrir um tipo de individualismo consumista que não deixava espaço para as boas coisas da vida: bondade, afeto espontâneo e o que John Stuart Mill chamava de “cultura de sentimentos” (LASCH, 1999, p. 144).



O culto à domesticidade e a glorificação da maternidade cresciam com a valorização da família como um refúgio de sentimentos. Entretanto, Lasch (1999) pontua que o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos não minou as possibilidades de convívio e atividades das mulheres. Pelo contrário, o aparente recolhimento das donas-de-casa e mulheres em seus lares, descritos pelos historiadores, negligenciaram as diversas atividades que organizaram, como: sociedades beneficentes, sociedades femininas de reforma e missões estrangeiras, as cadeias de ligas antialcoólicas, instituições filantrópicas e de caridade. Além disso, muitas delas participavam de lutas abolicionistas, de movimentos de paz, pela reforma de prisões e pela própria libertação das mulheres. No entanto, essa parte da história permaneceu oculta.

De acordo com Lasch (1999) o trabalho por ser compreendido como algo que deva ser dignificado por um salário ou remuneração, obliterou a imagem da mulher trabalhadora, criando uma impressão de que as mulheres do século XIX estavam reclusas no trabalho doméstico. Destaca-se que a participação voluntária das mulheres no mundo político teve sua maior expressão entre 1890 e 1920, que coincidiu com as fases finais da campanha pelo direito de voto das mulheres.

Apoiado pelo discurso médico, no entanto, o qual apelava para a função biológica da maternidade, a privatização do trabalho doméstico e da maternidade foram incorporados pelos ideais culturais. Além disso, faz-se mister destacar que após a Guerra de 1914-1918, houve uma iniciativa de compensar o despovoamento ocorrido devido a baixas de soldados por meio de uma política que incentivava o aumento dos índices de natalidade, por conseguinte, havia uma valorização da maternidade. As práticas de aborto passaram a ser repudiadas e a proibição da publicidade quanto às práticas anticoncepcionais eram reforçadas.

O início do século XX foi marcado pela exaltação de uma família numerosa e da “dona de casa”. Segundo Motta (2008), a política de natalidade, o discurso médico e a “vulgarização de certas asserções psicanalíticas” engendraram a criação das figuras da boa mãe e da mãe má. O instinto materno e o amor materno, alimentado pelo imaginário social, passaram a ser objetos de estudo de pesquisa, que ora estabelecem suas correlações e ora enfatizam suas diferenças a partir de uma leitura não apenas restrita ao âmbito biológico, mas também tendo como referência a influência da evolução cultural e das experiências individuais. Até mesmos as histórias infantis como a Branca de Neve, tiveram suas histórias alteradas, valorizando assim a imagem da maternidade. Nos contos de origem alemã, posteriormente compiladas e alteradas pelos Irmãos Grimm, a vilã da história é a própria mãe e não a madrasta.

A ciência, não obstante, representada principalmente pelo discurso médico, trouxe modificações substanciais à vida da mulher. O parto antes realizado por parteiras, foi sendo substituído por médicos, homens, que detinham o conhecimento sobre a vida e a morte, sobre os corpos. Forna (1999) descreve os impactos dessas transformações:

No princípio, porém, os médicos matavam mais mulheres e crianças do que salvavam, transmitindo-lhes doenças de seus outros pacientes. Utilizavam instrumentos não esterilizados e provocavam mortes horríveis por febre puerperal. Aos poucos, com o descobrimento das bactérias, o desenvolvimento das vacinas e a introdução das normas de higiene, os médicos consolidaram e mantiveram seu poder na sala de parto (FORNA, 1999, p. 55).

A figura materna, por sua vez, passou a representar a família, onde o bem-estar, fazendo referência a Julien (2000, p. 15), “[...] depende da maravilha deste ‘ninho’ que constituem o corpo e o coração da mãe: paraíso originário que se deve perder, por certo, mas cuja experiência inapagável dá ao adulto equilíbrio e estabilidade”.

Os homens da burguesia passaram a tratar as mulheres como se fossem seus troféus, bonecas de porcelana, que eram enfeitadas e ostentadas. Tratadas como as “rainhas”, santas mães de família, as mulheres passaram a ser negligenciadas e impedidas de exercerem sua sexualidade. Quanto aos homens, estes satisfaziam-se com as prostitutas, salvaguardando a imagem imaculada da mãe naturalmente boa e santa de suas esposas.

A mulher, a mãe, passou a ser encarnada na cena familiar como a cuidadora, a guardiã da educação das crianças e da ordem moral, sustentando no imaginário social uma possível prevenção dos problemas inerentes e externos ao âmago familiar (LASCH, 1999). Entretanto, a valorização da instituição familiar engendrou um fenômeno inverso ao da sua privatização. A ordem pública passou a interferir nas questões familiares, principalmente no tocante aos cuidados dispensados à criança, que não poderiam ficar mais sob a égide dos pais.

Conforme Lasch (1999), por meio desse contexto, a mãe se torna alvo de uma série de projeções imaginárias, que transitam de um amor incondicional e/ou fusionante a uma relação odiosa e devastadora. Nessa perspectiva, o vínculo mãe-criança ao mesmo tempo que é considerado essencial para o desenvolvimento subjetivo do infante, pode representar uma ameaça iminente à sua constituição. As identificações desses supostos perigos, provenientes do âmbito familiar, passam a justificar a intervenção do Estado, da ordem pública, sobre o privado, representado pela intervenção de um terceiro social, de um *especialista*. Professores, assistentes sociais, psicólogos, juízes, entre outros, passam a ser educadores e normatizadores de condutas.

A própria psicanálise passou a evocar em seu arcabouço teórico um lugar para a mãe na constituição subjetiva do sujeito. No texto de Freud (1914/ 1996), “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, o ser humano é compreendido enquanto tal na medida em que ele se relaciona com os outros, na medida em que ele precede do narcisismo dos pais, que o situam no centro da criação, eis “Sua Majestade o Bebê”. O nascimento da criança em Freud implica no renascimento do narcisismo parental, cuja tendência reside em perceber suas produções, filhos e filhas, como seres perfeitos, ignorando suas possíveis falhas. À criança é conferida a missão de realizar os antigos sonhos, tanto do pai quanto da mãe. Esses aspectos, por sua vez, serão descritos no capítulo seguinte.

### 3 AFEMINILIDADE E A MATERNIDADE EM FREUD

*O encontro do objeto é, na realidade um reencontro*

(FREUD, 1905/1996, 229)

#### 3. 1 A histeria e o surgimento da psicanálise

As discussões psicanalíticas, principalmente referentes ao Édipo, trazem consigo uma concepção da mulher calcada na diferenciação dos atributos do masculino e do feminino e da separação das características inerentes de cada sexo. O complexo de Édipo representa essa diferenciação ao atribuir à mulher uma falta constituinte.

A compreensão da organização da subjetividade masculina e feminina originou-se a partir dos discursos sobre a diferença sexual, fomentadas no final do século XVIII e início do século XIX, principalmente pela biologia ao enfatizar as especificidades dos aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo humano. Convém salientar que até esse período os sexos eram referenciados estritamente pelo sexo masculino, entendido como o sexo perfeito, representante do poder, da lei e do patriarcado, cujo sexo feminino seria sua sombra disforme e imperfeita. Além dessa aceção de um sexo incompleto, falho, o feminino

[...] revestia-se do significado de uma injúria e era associado a fantasias de devoramento e de submersão por uma Eva tentadora, conhecedora de táticas de estimulação do desejo masculino, capaz de desencadear o inusitado pelo fato de ela identificar-se com a natureza e ameaçar revelar, a qualquer momento, sua animalidade (LOBO, 2008, p. 68).

A mulher praticamente não existia até o século XVIII separada do homem, era uma parte da costela de Adão, um fragmento da carne, do corpo masculino. O feminino poderia ser masculinizado, mas a relação inversa não poderia acontecer. As diferenciações biológicas, destarte, passaram a situar uma ontologia da diferenciação sexual, na qual a psicanálise contribuiu para redesenhar e desconstruir as fronteiras entre o masculino e o feminino.

A perspectiva psicanalítica sobre a feminilidade insere outro discurso sobre a anatomia dos corpos, não se limitando a um corpo sistêmico, biológico, mas pensa em um corpo clínico, um corpo sintoma, um corpo imaginado, representado por uma imagem inconsciente

que perpassa a história do sujeito. A mulher e seu corpo passam a ser considerados nessas acepções nos estudos freudianos. A própria teoria psicanalítica foi impulsionada e contornada pela clínica com as histéricas, a qual foi norteadada pela teoria da sedução precoce (1895/1996), utilizada para explicar em um primeiro momento a etiologia das neuroses.

A escuta clínica de Freud às pacientes, classificadas pela psiquiatria como histéricas, possibilitou uma expressão do mal-estar das mulheres que estavam inseridas em um contexto cultural cuja educação se fazia no sentido de não despertar nelas excitação sexual antes do matrimônio. As inibições não se restringiam ao campo sexual, mas se estendiam ao campo do conhecimento, às vias de sublimação, restando-lhes a neurose como o único caminho possível para lidarem com as pressões que lhes eram impostas.

A histeria, segundo Kehl (1998), tornou-se o baluarte de salvação para as mulheres, por ter sido um meio de expressão em um período em que os ideais tradicionais de feminilidade entraram em conflito com os ideais sociais burgueses.

Ao atender mulheres diagnosticadas como histéricas, que apresentavam sintomas físicos sem explicação orgânica, Freud (1895/1996) associou, por meio do relato delas, esses sintomas a experiências traumáticas de cunho sexual na infância. Assim, elabora a teoria de que traumas vividos na infância são potenciais causadores de sintomas neuróticos na vida adulta. Tais traumas seriam um confronto devastador em uma idade precoce, eliciada por um adulto. Segundo as pacientes ouvidas por Freud, a figura masculina, e na maioria das vezes o próprio pai, era o sujeito responsável pela violência sexual.

Entretanto, por meio da escuta clínica de vários pacientes, Freud (1905/1996) percebeu que os relatos de violência sexual pertenciam ao plano da fantasia e não tinham se consumado na realidade. Os sintomas histéricos não seriam derivados das lembranças das experiências traumáticas da infância, mas produtos das ficções mnêmicas e das fantasias das pacientes. Com a teoria da sexualidade infantil, onde a criança é vista como ser desejante e sexuado a teoria da sedução precoce é abandonada. Ao afirmar que a criança é perversa polimorfa, pois faz uso sexual de qualquer parte de seu corpo, Freud concebe a sexualidade humana não simploriamente com um fim de procriação, a serviço da natureza, mas como uma via fundamental de prazer. A sexualidade humana apresenta-se, desse modo, desvinculada da genitalidade e da reprodução da espécie, onde a pulsão sexual liga-se nos mais variados e inusitados objetos que podem lhe proporcionar prazer.

O sintoma histérico, por meio de uma leitura ampliada da sexualidade, passa a ser interpretado por Freud não mais como trauma causado por uma violência sexual real, mas como fruto de um desejo infantil recalcado, que faria força para ser realizado, e que encontraria uma parte dessa realização nos sintomas.

### **3.2 O Édipo produz o homem, mas não a mulher**

No Édipo a criança sente um desejo sexual pelo objeto de seu afeto, originalmente pela mãe que satisfaz todas suas necessidades, e ao mesmo passo é coagida e proibida de consumir plenamente este desejo com a entrada de outro adulto, em geral o pai. A essência do Complexo de Édipo, portanto, está em impor à criança a entrada na cultura e a saída do mundo da natureza.

De maneira geral, são duas as relações que confluem para a realização do complexo: de um lado, um investimento libidinal à mãe. De outro, uma identificação ambivalente ao pai, pela rivalidade que ela representa em face dos cuidados da mãe, junto a uma fascinação pelo fato de ser tomado como objeto de escolha da mãe, tornando-se ideal (MENA, 2004, p.66).

O amor sexualizado e objetal pela mãe e a relação ambivalente com o pai terá sua resolução, conforme Freud, com o complexo de castração. O menino se coloca dentro de um caminho bifurcado, onde deve escolher apenas uma direção. De um lado está a mãe que deseja apenas para si e do outro lado seu falo, ameaçado por uma destruição imaginária, sendo o pai o executor, caso não renuncie ao investimento objetal em relação à mãe. Dentro do desenvolvimento proposto por Freud o menino renunciará à mãe e se identificará com o pai, reconhecendo nele a Lei, que será introjetada, barrando os impulsos libidinais incestuosos. Ao introjetar a Lei do pai, sob o medo da punição, configura-se o ideal do ego.

O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Erigindo esse ideal do ego, o ego dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao id (FREUD, 1923c/ 1996, p. 51).

Freud (1933/1996) traz outra contribuição no tocante à subjetividade feminina ao retratar o tempo de entrada e saída do menino e da menina no Édipo. Para o menino o complexo de Édipo surge como uma evolução singular da fase fálica, dissolvida

posteriormente em decorrência da ameaça de castração, permitindo surgir o seu herdeiro, o supereu.

Na menina, porém, há uma inversão. O complexo de castração a prepara para o ingresso no complexo de Édipo, ao invés de destruí-lo. A menina se vê forçada a abandonar a ligação com a mãe através de sua inveja do pênis e entra na situação edipiana como se esta fora um refúgio. Na mulher, há para Freud (1933/ 1996) uma dissolução apenas parcial do complexo de Édipo.

Nesses escritos freudianos dos anos de 1920-1930, postula-se a ideia de que a distinção entre o homem e a mulher se dá no plano inconsciente, entre o falo e o não-fálico. A mulher em alguns textos da teoria edipiana é marcada, de acordo com Emídio (2008) por um *a-menos*, sendo este outro ponto controverso na teoria freudiana, por referir-se ao falo como ordenador tanto da sexualidade do homem quanto da mulher.

Kehl (1998, p. 240) destaca com relação ao primado do falo que se a criança apenas reconhece um órgão sexual, o pênis, e infere a diferença entre homens e mulheres como sendo uma oposição entre aqueles que possuem o falo e os que são castrados, “[...] o desenvolvimento da sexualidade infantil para a adulta depende de que se possa vir apenas esta oposição como entre dois sexos diferentes, o masculino e o feminino”.

Com relação a essa formulação freudiana do reconhecimento de apenas um sexo, o pênis, Serge André (2011), destaca que há um deslizamento na teoria de Freud acerca desse tema. A tese de Freud de 1908 em seu texto *Sobre as teorias sexuais das crianças* mencionava que só há um sexo, o pênis, que sempre se faz presente, desenvolvido nos meninos e por se desenvolver nas meninas. Em 1923, porém, essa tese é modificada. “Enquanto em 1908 o menino não constata absolutamente a falta, como se a percepção não funcionasse, em 1923 ele a constata (pois que a nega e sente uma contradição), mas vai encobri-la, fazendo da falta um modo de existência do falo” (ANDRÉ, 2011, p. 13).

Desse modo, a falta do pênis, quando reconhecida, é enquanto um falo *a menos* e não como a existência de um outro sexo, ou seja, o feminino. A castração surgiria como uma exclusão, que faz da sua ausência um resto de presença, ou seja, em um primeiro momento a menina reconhece seu sexo como uma falo diminuído que crescerá, seu reconhecimento, portanto, se dá com o auxílio do significante fálico. Entretanto, de acordo com Serge André (2011), a menina ao perceber que seu órgão não está em um processo de vir-a-ser, que é castrada, o sexo feminino se mantém não descoberto.

Enquanto na vivência do Édipo o menino defronta-se com o temor da castração, com o horror da possibilidade de perder seu pênis-falo, a menina, conforme Freud (1925/1996) é acometida de inveja por não tê-lo.

O primeiro passo na fase fálica iniciada dessa maneira não é a vinculação da masturbação às catexias objetais do complexo de Édipo, mas uma momentosa descoberta que as meninas estão destinadas a fazer. Elas notam o pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, notavelmente visível e de grandes proporções, e imediatamente o identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis (FREUD, 1925a/ 1996, p. 280).

No texto *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1924/ 1996) destaca a gravidez como uma saída considerada normal para o Édipo na menina. Para o autor a descoberta da menina quanto à sua falta estruturante a lança no desejo de dar bebês para o seu próprio pai como um modo compensatório de renúncia ao pênis, substituindo simbolicamente o pênis pelo bebê. Essa trama permaneceria registrada no inconsciente da mulher, repercutindo, segundo Freud(1924/1996, p. 198) na relação que ela estabelecerá com o materno ao “[...] assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina para com o pai”.

Em seu texto a Sexualidade feminina (1931/ 1996), Freud apresentou três saídas do Édipo para a mulher: a masculinidade, a inibição sexual e a maternidade, sendo que esta última pode fornecer a ilusão de preencher o que lhe falta enquanto mulher, uma forma de recusa à castração, porém, mesmo estando recoberta, essa falta não se extingue.

Dessa atitude, dividida, abrem-se três linhas de desenvolvimento. A primeira leva a uma revolução geral à sexualidade. A menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com seu clitóris, abandona sua atividade fálica e, com ela, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. A segunda linha a leva a se aferrar com desafiadora auto-afirmatividade à sua masculinidade ameaçada. Até uma idade inacreditavelmente tardia, aferra-se à esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança se torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem, apesar de tudo, frequentemente persiste como fator formativo por longos períodos. Esse ‘complexo de masculinidade’ nas mulheres pode também resultar numa escolha de objeto homossexual manifesta. Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo(FREUD, 1931, p. 238).

A partir do excerto do texto de Freud, a castração é apresentada como um acontecimento não superado totalmente na mulher. Desse modo, a fase pré-edipiana, onde há um estreito relacionamento com a mãe, se desvela como um momento importante no



desenvolvimento feminino, que trará repercussões nas ligações construídas com a própria mãe.

É importante destacar que Freud em seu texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925a/1996, p. 280) indicava no complexo de Édipo das meninas “[...] um problema a mais que nos meninos”. Em ambos os casos, a mãe é o objeto de amor primevo, a qual os meninos retêm esse objeto no complexo de Édipo. Como uma das consequências da inveja do pênis, Freud aponta para um afrouxamento da relação da menina com seu objeto materno. A menina passa a culpabilizar a mãe por sua falta de pênis.

Segundo Emidio (2008) para a compreensão da feminilidade, por meio da concepção psicanalítica, é importante investigar essa mudança de objeto de amor nas meninas e por que as meninas se afastam e passam a ter uma atitude agressiva e hostil para com suas mães, sendo que esse tipo de relação não ocorre com os meninos, que se mantém próximos das mães, mantendo-as como objeto de amor.

Freud (1931/1996) ressaltou que a hostilidade dirigida à figura materna não é um produto da rivalidade vivenciada no complexo de Édipo, mas que tem sua gênese na fase pré-edipiana. O afastamento, portanto, estaria ligado à descoberta da castração na menina, que culpa a mãe por não ter pênis e por estar nessa condição de “inferioridade” feminina.

Além da culpa atribuída à mãe pela ausência do pênis, Freud (1931/1996) também apontou outro motivo para o distanciamento da menina em relação a sua mãe: a proibição da masturbação clitoriana. Tal impedimento, realizado geralmente pela mãe ou pelo sujeito que encena esse papel, desencadearia uma atitude hostil contra a figura que imporia esta norma. O ressentimento vivenciado pela menina “[...] por ser impedida de uma atividade sexual livre desempenha um grande papel em seu desligamento da mãe. O mesmo motivo entra em funcionamento após a puberdade, quando a mãe assume seu dever de guardiã da castidade da filha” (FREUD, 1931/1996, p. 40-41).

Ao final dessa primeira fase de ligação à mãe, de acordo com Freud (1931/1996), surge como motivo para a menina se afastar de sua mãe a censura que esta última impõe ao não lhe conceder um pênis apropriado, ou seja, tê-la trazido ao mundo como mulher.

A desvalorização da mãe pela menina, a perda do valor do clitóris perante a impossibilidade de ostentá-lo como objeto fálico na mesma proporção que o pênis ocupa para o menino, bem como a inibição de grande parte de suas inclinações sexuais, podem contribuir para o complexo de masculinidade. Nele há uma recusa pela menina em reconhecer a falta de

um pênis materno e, conseqüentemente sua própria falta, já que acreditava fantasiosamente ser um menino com um pênis menor, que posteriormente cresceria. Essa falta poderá ser combatida ao acentuar sua masculinidade prévia, apegando-se a uma atividade clitoriana e refugiando-se na identificação com uma figura materna fálica ou com uma figura paterna.

Outra censura destacada pelo autor remonta à fantasia por parte da menina de que sua mãe não lhe deu leite, não a amamentou o suficiente. Sobre esta segunda censura, Freud (1931/1996) faz algumas considerações ao correlacionar as condições da civilização moderna com os povos primitivos. Na primeira, destaca por meio de suas análises que há uma aparente insatisfação dos filhos da civilização monogâmica por serem desmamados após seis ou nove meses, enquanto que nos povos primitivos a mãe se devota exclusivamente ao filho por dois ou três anos. Contudo, Freud (1931/1996) enfatizou não estar seguro de que se analisasse as crianças que tivessem sido amamentadas por um extenso intervalo de tempo, como o dos povos primitivos, iria se deparar com a mesma queixa de amamentação insuficiente, devido a voracidade da libido da criança.

A falha em fornecer o único ou órgão genital correto, a amamentação insuficiente, a falha no atendimento das expectativas de amor da menina, o despertar da atividade sexual, seguida de sua proibição, são alguns dos motivos elencados por Freud, que se revelaram para ele como insuficientes para justificar a hostilidade final da menina para com sua mãe. No entanto, essa fase de ligação exclusiva da menina com a mãe, de acordo com Freud (1923b/1996), possui maior relevância para o sexo feminino do que para o masculino, pois poderá ensejar diversos fenômenos relacionados a vida sexual da mulher e de suas relações objetais.

Na leitura psicanalítica, a vivência da feminilidade, do ser e tornar-se mulher, por conseguinte, possui uma íntima ligação da mudança de objeto de amor nas meninas, da mãe para o pai. Nesse contexto, pode-se formular o seguinte questionamento: o que a filha deseja de sua mãe na fase pré-edipiana?

Segundo Emídio (2008), as análises realizadas por Freud indicam que a menina possui objetivos tanto ativos quanto passivos no que concerne à sua mãe, cujas primeiras relações são sinalizadas como de caráter passivo, uma vez que é a mãe quem exerce a maternagem, porém, há um esforço por parte da criança para transformar em atividade através da sucção ativa do seio ou por meio das brincadeiras.

Birman (1999) enfatiza que mesmo sendo a inibição sexual, virilidade e maternidade as três possibilidades apresentadas por Freud para as meninas ao se defrontarem com a ausência do falo, a pretensão e busca pelo falo é algo que continua perene no desejo feminino. Entretanto, a modernidade, o mundo pós-patriarcal, suscita outras formas de subjetividade. A mulher teria apenas acesso à feminilidade caso se torne mãe? Não seria esse um dos imperativos sociais, construídos pelo imaginário social, que confere e define um lugar para a mulher?

O que está empauta é a positividade do puro desejo da mulher, que pode se desdobrar ou não noser da maternidade. Com isso, ser mãe não é condição *sinequa non* para ser umaverdadeira mulher, o traço definidor de sua identidade sublime. Isso é indecível, pois depende do desejo das diferentes singularidades femininas arroladas. Dessamaneira, o ser femininamente mulher não passa mais agora pelo ranço obscuro da obrigatoriedade e da impossibilidade de ser mulher, sem que esta sofra as penas, dores e delícias da maternidade (BIRMAN, 1999, p. 934).

Há um desvencilhamento da mulher na contemporaneidade da obrigatoriedade criada socialmente para tornar-se mãe. No entanto, ainda observa-se uma exaltação da figura materna tanto nos núcleos familiares e comunitários quanto nos veículos midiáticos que alimentam essa imago. Mesmo que haja outras configurações subjetivas, decorrentes dos processos históricos, culturais e sociais os enlaces entre o materno, o feminino e a mulher não foram desfeitos.

Parker (1997) afirma que para ter acesso a uma identidade feminina, tendo como base uma leitura freudiana, é de vital importância que a menina, em resposta à castração, distancie-se da mãe, de sua posição ativa, com a qual poderá ter acesso ao amor do pai.

A maternidade em Freud configura-se como uma etapa primordial para o tornar-se mulher. O desejo materno estaria ligado a uma ideia de completude, totalidade, na qual segundo Parker (1997) há uma imagem dupla da mãe: em primeiro lugar como uma mãe castrada em busca de um falo e outra como uma mãe fálica, plena e onipotente com seu filho-falo.

## 4 A MÃE E A FEMINILIDADE EM LACAN

*Qual é, pois, esse outro a quem sou  
mais apegado do que a mim, já que, no seio  
mais consentido de minha identidade  
comigo mesmo, é ele que me agita*  
(LACAN, 1957/ 1998, p. 528).

### 4.1 A mulher e o não-todo do gozo feminino

A teorização psicanalítica freudiana aponta a feminilidade como um enigma, cuja pergunta célebre realizada por Freud a Marie Bonaparte atravessou seus estudos: o que quer uma mulher? Nos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade infantil (1905), Freud assinala a vida sexual da mulher como uma escuridão impenetrável, *dark continente*, inacessível à investigação. No seu texto *Organização genital infantil* (1923b) acrescenta que o sexo feminino nunca será descoberto em virtude do desconhecimento de sua realidade anatômica, na qual as diferenças entre os sexos não podem ser representadas psiquicamente.

A feminilidade é descrita na teoria freudiana como uma das vias possíveis para que a mulher seja lançada para fora do Édipo. Entretanto, a complexidade de como a lei do falo atuaria sobre o sexo feminino não foi aprofundada por Freud. O autor compreendia o homem como um ser revestido, detentor de um falo, a mulher, por sua vez, seria entendida a partir da ausência do falo, ela não o teria. Lacan (1953/ 1998), no entanto, retoma os questionamentos freudianos ao dizer que não há um conceito, um significante, que represente o sexo feminino, a mulher, no inconsciente.

A concepção falocêntrica acerca da sexualidade humana foi criticada pelo movimento feminista, o qual se aferrou à compreensão superficial do postulado lacaniano sobre a inexistência das mulheres, que não versava sobre uma discussão a qual buscava diminuir ou desvalorizar a condição feminina, “[...] mas de um tratamento para o gozo que fixa o sujeito ao seu corpo, ..., a que homens e mulheres estão submetidos desde que se consinta com a inscrição do significante fálico no inconsciente” (FUENTES, 2009, p. 104).

Enquanto o Édipo freudiano está restrito a questão do ter ou não o falo, produzindo desse modo, o homem e não a mulher, em Lacan, segundo Soler (2005), há a formalização de um além do Édipo por meio da referência à lógica.

Se o inconsciente decorre da linguagem, decorre também da lógica da linguagem. Daí a formulação: o inconsciente é pura lógica. Só o puramente lógico regula o que é totalmente diverso, ou seja, o gozo vivo dos corpos. Não é de admirar, portanto, que Lacan reformule a diferença entre os sexos, ao mesmo tempo, pela oposição de duas lógicas – a do todo-fálico nos homens e do não-todo fálico nas mulheres – e de dois tipos de gozo, um fálico e outro chamado suplementar (SOLER, 2005, p. 17).

A mulher, no entanto, não se situaria completamente fora do gozo fálico, em um aquém, mas o seu outro gozo, suplementar, do não-todo, estaria em um além. Devido a essa especificidade ao dizer que A mulher não existe, Lacan (1972-73/ 2008), ressalta que só é possível escrevê-la como não-toda. Desse modo, Lacan pensará a condição feminina correlacionada a um gozo: “Quando digo que a mulher é não-toda e que é por isso que não posso dizer a mulher, é precisamente e porque ponho em questão um gozo que, em vista de tudo que serve na função x, é da ordem do infinito” (LACAN, 1972-73/ 2008, p. 140).

Grant (1998) ao discorrer sobre a possibilidade de um gozo feminino próprio, ressalta que

[...] m dos aspectos que ressalta neste "não-toda", é o de uma divisão: parte está inscrita na função fálica, aquela que permite a um ser estar inserido no mundo simbólico, poder falar, comunicar-se numa dada ordem cultural. Outra parte, está fora da ordem fálica, fora do simbólico e com isto queremos ressaltar o que é da ordem do impossível de se dizer, do buraco, da falta. Esta partição feminina relativa ao gozo, aponta pois, um gozo dual: gozo fálico, da ordem do possível de ser dito; Outro gozo, aquele que a mulher guarda consigo por efeito de estrutura, uma vez que é da ordem do não dito (LACAN, 1972-73, p. 03).

Lacan (1972-73/ 2008) situou na mulher, ou seja, do lado feminino, a noção de um gozo suplementar ao gozo fálico, para além dos imperativos desse último. O posicionamento feminino seria algo da ordem de um não recalcado, que implica na ausência de um significante capaz de nomear a mulher. Esse profundo vazio, suscitará outros objetos, cuja função será de tentar escamotear esta falta estrutural.

Sanada (2006) diz que a partir do quadro de sexuação, a posição feminina é caracterizada por sua capacidade de se remeter ao Outro inominável “[...] presentificado pelo que há de divino ou de demoníaco no universo feminino e que possibilita à mulher se

satisfazer com um gozo suplementar, ao voltar-se para si mesma ou para o místico, ao mesmo tempo em que pode lançar seu olhar para o campo masculino, à procura do falo” (p. 22).

A posição feminina impõe uma contínua busca da conquista de um objeto que sustente a ideia de possuir um pênis, o qual segundo Sanada (2006), possibilita que no encontro enganoso com este objeto a relação com o pai possa ser situada em um segundo plano.

A autora ainda ressalta que na própria posição dos parceiros, no quadro de sexuação, não há encontro possível entre o que se colocaria como sendo o sujeito mulher e o sujeito homem. Para Lacan (1968/ 1988, p. 197) “[...] no psiquismo não há nada pelo que o sujeito se pudesse situar como macho ou fêmea (...) a que se deve fazer, como homem ou como uma mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça No Outro!”. Ambos, portanto, estariam separados, não existe relação sexual nesse sentido, conforme a máxima lacaniana.

Fuentes (2009, p. 92) pontua que o recurso da lógica não obstante, não dispensa que se verifique em cada caso e em função da sexuação, de que modo mulheres e homens são implicados por essa ausência, na qual “[...] Lacan escreveu  $S(A)$  – o que pode ser avaliado em função dos impasses e das soluções que um sujeito encontra como suplência para tampar o furo da não relação sexual e dar existência ao laço entre os parceiros e à realidade humana como tal”.

Para a psicanálise a realidade sexual só pode ser compreendida pela linguagem, ou seja, o sexo não se reduz à natureza e a seus componentes biológicos, anatômicos, ou mesmo às práticas sexuais. O olhar psicanalítico está voltado para uma sexualidade representada no psiquismo pela pulsão sexual, não pela sexualidade em si, mas por outra coisa que ultrapassa as conceituações biologizantes.

A leitura lacaniana acerca do primado do falo como significante da metáfora paterna, segundo Neri (2005), pretendeu dirimir os possíveis vínculos entre o falo e o pênis, enquanto órgão anatômico, destacando a metáfora estruturante da castração, a qual aponta para a não relação sexual. A autora ainda questiona a tentativa de Lacan de retirar a sexualidade humana sob o crivo de determinantes biológicos no campo da psicanálise “[...] pelo viés do redimensionamento do falo como significante da metáfora paterna e como o operador único e exclusivo que desde o início funda a subjetividade humana, representa um avanço ou um fechamento em relação à formulação do monismo fálico” (NERI, 2005, p. 200).

Uma compreensão eminentemente simbólica abstrata poderia, segundo Neri (2005) incorrer no risco de transformar-se em uma explicação inquestionável, análoga a uma crença

religiosa, desconsiderando, portanto, os aspectos históricos e culturais. Além disso, essas proposições trariam implicações diretas à sexualidade feminina. Contudo, a releitura da dialética fálica freudiana em Lacan, por meio de seu texto *A significação do falo*, traz uma outra concepção sobre o feminino. Em Lacan, a mulher por não ter o pênis, torna-se o falo.

O feminino em Lacan se desloca da concepção freudiana de mulher castrada e invejosa para a de fetichista do objeto fálico do desejo masculino. Nesse sentido, segundo Neri (2005)

[...] homens e mulheres se relacionam com o falo e não com a diferença sexual. Se a lógica é considerada como pilar de sustentação da não relação sexual ao formular que o feminino não existe como diferença, por outro lado coloca o masculino e o feminino se relacionando de forma fetichista com o referencial fálico, o falo determinando também a mulher de se colocar como objeto fetiche do desejo masculino – ser um falo misterioso na mascarada fálica (NERI, 2005, p. 202).

Lacan (1964/1988) vê na falta uma via para que a sexualidade se instaure no campo do sujeito, no qual duas faltas se recobrem.

Uma é da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante que está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retornar a outra, que é a falta real. A falta real é o que vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir pela via sexuada. Esta falta é real, por que ela se reporta a algo de real que é o que de vivo, por ser sujeito ao sexo, caiu sob o golpe da morte individual (LACAN, 1964/1988, p. 194).

Segundo Harari (2006), Lacan descreve uma teoria dos gozos para tentar explicar as diferentes maneiras pelas quais o sujeito enfrenta a inexistência da relação sexual, as distintas formas que ele usa para suprir essa ausência.

Dizemos então: gozo do Outro, gozo fálico e (na confluência dos três registros) o *a*, denominado inclusive “plus-de-gozar”. Desde logo, um *plus* que pode ser um *minus*. *Plus* ou *minus*, porque Lacan quer dizer outra vez que não há adequação. Essa é a insistência que a ação do significante nos indica: não há adequação. Temos, então, gozo do Outro – plus-de-gozar, gozo fálico (HARARI, 2006, p. 26).

Harari (2006) percebe essa inadequação como proveniente da maneira macho ou maneira fêmea de falhar a relação sexual, onde não há encontro complementar entre homem e mulher. Esse modo de falhar funciona como ato falho. “O ato falho, sob a perspectiva de eficiência, é fracassado” (HARARI, 2006, p. 26).

Quando há referência ao gozo fálico, indicador de um gozar de uma parte do corpo, esta é inerente à maneira macho de falhar a relação sexual. Ao destacar o texto *Mais, ainda* de

Lacan, Harari (2006, p. 27) faz uma leitura da pontuação lógica lacaniana com relação à falha do lado masculino: “[...] quantificador universal ( $\forall$ ): para todo o  $x$  ( $\forall x$ ) se cumpre a função fálica ( $\Phi x$ ) – o falo ele escreve assim:  $\Phi$ . Contudo Lacan acrescenta depois existe ( $\exists$ ) pelo menos um  $x$  ( $\exists x$ ) tal que diz não à função fálica ( $\Phi x$ )”.

Essa colocação é a função paterna, a castração. A negação apresentada pelas barras, de acordo com Harari (2006) pode ser um dos símbolos possíveis para o que ocorre com a maneira macho de falhar a relação sexual, que não se refere à maneira dos homens, única e exclusivamente, pois uma mulher biológica também pode ser colocada nesse modo de falhar a relação sexual, do mesmo modo como um homem biológico pode se colocar na maneira fêmea de falhar a relação sexual.

Sobre essas proposições lógicas, Harari (2006, p. 27) traz outra questão: “[...] para todo ( $\forall x \Phi x$ ) e para não-todo ( $\exists x \Phi x$ ) se cumpre a função fálica. Se não se cumpre para todos, cumprir-se-á nem que seja para um. É o que a lógica formal indicaria”. Eis o problema, pois a mulher é não-toda, portanto, há um outro gozo, que não o fálico, um gozo feminino.

A mulher estaria conectada a um gozo complementar - gozo do Outro, que está para além de um gozo orientado falicamente. Contudo, segundo Lacan (1972-73) o gozo do Outro não existe. Não existe, porém possui estatuto de existência.

Para a mulher seria possível gozar com todo corpo e não apenas localmente. Esse complemento, suplemento, extravasa o gozo fálico, para um mais além, “[...] que se trata de outra dimensão que a psicótica, ou seja, que aí não haveria forclusão do Nome-do-pai e seria um tipo de gozo mais feminino, mas não da mulher, feminino no sentido de invocar o suplemento fálico” (HARARI, 2006, p. 29). Por ser não toda a mulher é dividida em uma parte fálica e uma outra que escapa à ordenação fálica.

O homem, por sua vez, encontrará, segundo Neri (2005, p. 20), seu gozo fálico com relação à mulher enquanto objeto *a*: “[...] para um homem, uma mulher, só vale como objeto parcial fálico, é de um olhar, de uma voz fetichizada que o homem goza e jamais do feminino como outra em sua radical alteridade”.

A falta fálica da mulher em Lacan, faz com que ela se posicione como o falo, o qual tenta cobrir o que falta ao Outro. Esse lugar é do objeto, de acordo com Soler (2005), apresenta-se restrito ao nível da relação da mulher com o homem, ou seja, a definição do feminino necessariamente deveria passar pela mediação do sexo oposto.



Todos fazem dela o parceiro do sujeito masculino: ser o falo, isto é, o representante do que falta no homem, depois ser o objeto causa de desejo e, por fim, ser o sintoma que em seu gozo se fixa. Todas, como vemos, definem a mulher como relativa ao homem e não dizem nada sobre seu possível *ser em si*, mas apenas sobre o seu ser para o Outro (SOLER, 2005, p. 29).

Soler elucida que a posição ocupada e conferida à mulher, para além de uma definição diferencial dos significantes, está relacionado ao corpo a corpo sexual, o qual o desejo do homem é apresentado pela ereção. Nesse sentido, a denominada relação sexual, o desejo masculino, representado pela sua condição fisiológica, o colocaria em uma condição dominante, sendo assim a mulher só pode inscrever-se nessa relação sendo o correlato desse desejo. “Não admira, portanto, que tudo o que se diz da mulher seja enunciado do ponto de vista do Outro e mais se refira a sua aparência que o seu próprio ser, permanecendo este como o elemento “forcluído” do discurso” (SOLER, 2005, p. 29). Com efeito, a posição do homem e da mulher no quadro de sexuação indica o impossível da relação sexual, da não complementaridade entre os sexos, ou seja, a relação não se dá entre os sujeitos, mas de cada sujeito com o falo.

A relação que a mulher estabelece com o falo, sua inscrição fora da castração, segundo Serge André (2011), porém, não permite falar em um grupo fechado que se atribua uma lei comum. Os sujeitos que se encontram desse lado estão em um caminho bifurcado, no qual podem recusar essa falta ou aceitá-la. A aceitação implica em consentir serem castradas como o homem. A segunda via, por outro lado, refere-se à constatação lacaniana de que A Mulher não existe, na qual se compreende que as mulheres não são um conjunto aberto, devendo ser contadas uma a uma. Não fazem Um, no sentido que os homens se agrupam, mas permanecem sem sua infinitude.

Diante da castração, a feminilidade se revela como dividida. A mulher, portanto, desdobra-se mais do que se unifica, sob o significante “mulher”. Tal divisão exerce influencia, não apenas na identidade feminina, mas também ao plano de seu gozo.

Nesta posição, uma mulher sente que uma parte de si mesma está presa no gozo fálico, situando-se a outra, naquilo que Lacan chamou de “gozo do Outro”, ou “gozo do corpo”. Eis então situado – de maneira mais seguro que no conflito entre clitóris e vagina – este famoso gozo feminino que tanta tinta fez correr! (ANDRÉ, 2011, p. 261).

Contudo, em Lacan não houve a pretensão de fazer esse Outro gozo, um gozo feminino por excelência. Esse gozo, que não o fálico, se encontra fora da linguagem, sendo relativamente suplementar ao gozo fálico. Nesse sentido, para o homem a parceira-mulher se reduz à fantasia, ou seja, estaria para ele como objeto *a*.

É de um olhar, de uma voz, de um apele, de extremidades do corpo mais ou menos fetichizadas que o homem goza e jamais (a menos que se coloque em posição feminina) do corpo feminino como tal, em sua radical alteridade. Não será motivo de espanto pois, a satisfação que ele tira disso seja sempre misturada a uma certa ansiedade: mesmo quando ele gozou e fez gozar sua parceira, jamais tem a certeza de tê-la possuído ou seja, de ter participado do gozo dela (ANDRÉ, 2011, p. 264-265).

Em Freud, a mulher também compensaria sua falta fálica através de um filho. Entretanto, de acordo com Soler (1998), Lacan desvencilhou-se dessa possível saída. O filho a partir das considerações de Lacan seria um objeto *a* para uma mulher, no entanto, situa a posteriori o mais gozar concernente ao feminino.

O filho intervém, como tampão do não-toda e a partir daí há um hiato entre a mãe e a mulher, cuja clínica está para ser desenvolvida. Se a criança fálica é suscetível de tamponar, de fazer calar a exigência propriamente feminina, vê-se em todo caso que o dom de um filho, que um homem faz a uma mulher está longe de ter um sentido unívoco. De todo modo, ainda que a criança como resto da relação sexual bem possa obstruir parcialmente a falta fálica na mulher, ela não é a causa do desejo sexuado feminino (SOLER, 1998, p. 201-202).

Fuentes (2009, p. 116) menciona que Lacan não tardou em denominar o gozo feminino de “louco e enigmático”, pois assim como na psicose, desconhece os limites impostos pela função fálica, “[...]permanecendo fora do tratamento que a linguagem propicia em termos de castração e localização do gozo. Embora se localize no corpo, o gozo feminino não é experimentado no corpo como próprio, como possessão, mas no corpo como uma exterioridade que não faz todo”.

Entretanto, de acordo com a referida autora, a simbolização do falo, a função fálica não poderia exercer uma função de limite ao gozo feminino, tornando possível um tratamento para o gozo como semblantes a partir desse significante? Nesse sentido, o falocentrismo tornar-se-ia uma garantia para a mulher, “[...] segundo a contestação de Lacan à crítica feminista, não é de se estranhar que as mulheres se agarrem à função fálica muitas vezes para evitar a emergência desse Outro gozo” (FUENTES, 2009, p. 116). No entanto, aderir àquilo que é propriamente de ordem fálica em detrimento do feminismo traria outros impasses a clínica.

## 4. 2 A mascarada

Como tudo que é específico do feminino está ordenado para fora da organização fálica, a mulher precisa valer-se de um véu que cubra sua falta para melhor mostrá-la. Esse véu pode ser a mascarada, uma das vias possíveis de acesso à feminilidade.

No Seminário 20, Lacan (1972-1973) ao discutir a problemática peculiar da condição feminina, afirma que devido a impossibilidade da representação da Mulher no inconsciente, ela encontraria como solução possível para este impasse a partir de uma máscara. Fuentes (2009), ressalta, porém, que essa consideração lacaniana, contrariamente às críticas que lhe imputaram, principalmente os movimentos feministas, não condena as mulheres a se refugiarem como histéricas ou mães, na tentativa de obliterar o impasse de sua inexistência. “Ao contrário, Lacan aponta a importância dos semblantes que podem recobrir o furo da mulher que não existe a partir de uma máscara” (FUENTES, 2009, p. 92).

O termo mascarada, por sua vez, foi empregado por Joan Rivière no final da década de 1920 em seu artigo intitulado *A feminilidade como máscara*, no qual a autora apontou para um tipo particular de mulher, a intelectualizada e/ou masculinizada. Entretanto, esse modelo de mulher não se sustentou com o transcorrer do tempo, segundo Rivière. Mesmo que as mulheres ocupem lugares ou posições histórica e socialmente legadas ao universo masculino, não há uma condição *sinequa non* de que elas se tornarão mais masculinas ou femininas. A mulher traria consigo um caráter de desdobramento. Pelo fato da mulher não ser não-toda, desdobra-se, valendo-se de várias posições (esposa, mãe, profissional, amante).

De acordo com Rivière (1929/1994), citado em Lima (2006), as mulheres que se revestem de uma identidade masculina, podem valer-se de uma máscara de feminilidade, no intuito de não sofrerem retaliação dos homens por estarem ocupando o lugar construído para eles na própria organização social patriarcal.

Para explicitar essa formulação conceitual Rivière descreve o caso clínico de uma mulher bem sucedida profissionalmente, casada, cujo relacionamento com o marido e com as pessoas com as quais convivia não apresentava conflitos aparentes. Essa paciente seguiu a mesma carreira de seu pai, algo incomum para a época: era propagandista militante, profissão que exigia escrever e apresentar-se em público.

Contudo, mesmo ocupando uma posição de renome nos círculos literários e políticos, a paciente sofria de ansiedade, um sintoma que se instalava após suas apresentações públicas.

A ansiedade era originária da dúvida de haver feito algo impróprio, equivocado. O impróprio, sentido pela paciente, era oriundo do temor de ter usurpado o poder fálico do seu pai.

O temor proveniente das possíveis retaliações que pudesse vir a sofrer das figuras masculinas a impulsionava, compulsivamente, a procurar atenção dos homens ao término das suas palestras, com expectativa de que eles manifestassem interesse sexual, mais do que um mero reconhecimento de sua intelectualidade ou habilidades profissionais. Apresentava-se aos homens após suas palestras como uma mulher desamparada e inocente. Seus jogos de sedução no decorrer da análise surgiram como um modo de afastá-la das atividades que remetiam a identidade masculina, que havia assumido ao mascarar-se como mulher.

Não convém retomar detalhadamente a análise de Rivière referente a essa paciente, porém o que se destaca do texto produzido acerca desse caso é que para a autora não se pode estabelecer uma distinção entre a verdadeira feminilidade e o disfarce que o conceito de mascarada acarreta: “[...] que a feminilidade seja fundamental ou superficial é sempre a mesma coisa” (RIVIÈRE, 1929/1994, p. 203 *apud* Lima, 2006, p. 129 ). A mascarada seria, portanto, o próprio feminino, pois o que está por trás da máscara é o vazio. A feminilidade seria sempre um disfarce, uma mascarada.

Lacan retomando o texto de Rivière, atribuiu a essa formulação conceitual de mascarada um lugar de destaque na constituição da sexualidade feminina. Em seu texto *A significação do falo*, contido nos Escritos, Lacan (1958/ 1998), discorre sobre o conceito de mascarada discutindo sobre suas implicações para a feminilidade.

[...] dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada. Mas ela encontra o significante do seu próprio desejo no corpo daquele a quem sua demanda de amor é endereçada (LACAN, 1958/ 1998, p. 701).

A mascarada na perspectiva lacaniana é utilizada como um recurso para esconder a falta dessa identidade específica e, ao mesmo tempo, contribui para conferir-lhe uma. Na ausência do pênis, o falo agirá como máscara da falta-a-ter, para a mulher, sendo que ela irá ocupar o lugar de ser o falo do homem.

Ao pretender ser o falo do homem, significante do desejo do Outro, ela rejeita uma parcela essencial da feminilidade dos seus atributos na mascarada. A mascarada, nesse sentido, “[...] indica à mulher que ela é tanto mais desejável quanto sua falta, coberta por um véu, sugere mais do que mostra” (ZALCBERG, 2003, p. 172).

No texto *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, de acordo com Zalcberg (2003), Lacan já havia mencionado de outra forma a ideia da criatividade em relação à questão feminina, ao abordar a maneira pela qual o significante recorta as bordas do real e o produz com seu exterior.

Esse paradigma lacaniano se tornará importante para a abordagem do furo simbólico, na referência à castração na mulher, na abordagem do que, nela, permanece não simbolizado, isto é, mais-além do falo. Sempre ameaçadas de algo sem inscrição simbólica irromper em seu corpo, as mulheres precisam ser constantemente resgatadas do domínio do real, do que fica fora do significado. É o que pode trazer à mulher uma cobertura protetora para o nada com o qual ela se confronta no espelho inacabado de sua definição feminina. Se for seguida essa indicação sem que o falo e a castração não mais são considerados obstáculos à feminilidade, mas, ao contrário, condições para toda feminilidade possível, delimita-se o significante em sua função criadora (ZALCBERG, 2003, p. 172).

Outro ponto destacado pela autora com relação ao desenvolvimento da identificação feminina na mulher refere-se às suspeitas de Freud de que as mulheres em sua constante busca por serem amadas mais do que amar, encontram no narcisismo uma compensação. O narcisismo feminino despertaria o interesse e desejo dos homens em Freud (1914/1996).

Rigorosamente falando, tais mulheres amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor do homem por elas. Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas; e o homem que preencher essa condição cairá em suas boas graças... Tais mulheres exercem o maior fascínio sobre os homens, não apenas por motivos estéticos, visto que em geral são as mais belas, mas também por uma combinação de interessantes fatores psicológicos, pois parece muito evidente que o narcisismo de outra pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetual (FREUD 1914/1996, p. 95-96).

Em seu texto *Feminilidade*, Freud (1933/1996) percebe a vaidade física nas mulheres como um elemento importante na identificação feminina. Em seus desdobramentos, ao cobrir seu corpo com sinais, objetos e adornos a mulher busca uma solução para lidar com a sua condição de indefinição. “Através do narcisismo pelo qual a mulher encontra uma compensação para sua falta de identificação propriamente feminina, ela enraíza parte da sua estrutura simbólica no imaginário” (ZALCBERG, 2003, p. 173).

O recobrir-se com esses acessórios e o mistério que circunda a mascarada é que torna possível à mulher sustentar sua existência, por isso, segundo Zalcberg (2003), a mulher tem uma íntima ligação com o semblante, conceito formulado por Lacan para dar conta do fazer-se crer que há algo onde nada existe. Com o nada, a mulher faz algo. Ser mulher, por sua vez,

de acordo com a autora “[...] é, acima de tudo, ser mulher na aparência: a identidade feminina é estabelecida em uma estrutura de ficção” (ZALCBERG, 2003, p. 174).

Soler (1998) compreende que a mascarada ainda é mais notória uma vez que a mulher se junta ao homem. Contudo, refuta a partir de Lacan, a concepção do masoquismo feminino, distorcida por alguns psicanalistas, a qual um sujeito, principalmente no caso da mulher em sua relação com o desejo do homem, não poderia oferecer-se como objeto sem ser masoquista.

Sem dúvida o masoquista, na cena de seu cenário, empenha em fazer uma mostração (*mostration*) “irônica” de um faz de mim o que te dá prazer. As mulheres, de seu lado, deploram com alarde o que faz a alienação própria à sua posição as faz suportar. Ao ponto de nos perguntarmos com efeito, o que pode impeli-las a assumir esta posição, uma vez que nada as obriga a isso se elas não o querem (SOLER, 1998, p. 205).

Não seria, portanto, a ultrapassagem dos limites do princípio do prazer que faz o masoquista, mas sim, de acordo com Soler (1998), o masoquismo universal do ser falante que não possui uma correlação intrínseca com o feminino. O masoquismo, o verdadeiro, segundo a autora, “[...] visa no Outro o ponto onde os semblantes desfalecem, justamente aquele onde em geral cada um recua, pois ninguém se instala de bom grado sobre as bordas da angústia pura” (SOLER, 1998, p. 207). Nesse sentido, as mulheres não seriam masoquistas, pois elas estão distantes de visarem mais-além do semblante, ao qual seus charmes tanto devem, quase tudo.

Conforme Harari (2006, p. 30), outro remédio para a mulher, para o “ser-não-toda”, é um *a* particular. “Esse seria um filho. O filho é esse obturador que a mulher põe no mundo, é um filho in-mundo, que faz às vezes de tampão para a sua não toda”. A partir de sua posição não-toda, a maternidade surge para a mulher como um gozo suplementar, o que é abordado por Freud como o ódio da mãe, um resíduo inassimilável, seja na relação com a mãe, seja ódio da mãe pela filha, ou da filha em direção à mãe (GRANT, 1008).

Em Lacan, de acordo com Lima (2006), a questão da sexualidade feminina tem-se deslocado do tema mãe-criança para a questão da feminilidade. O ensino de Lacan (1972-1973) em seu seminário *Mais, Ainda* faz uma substituição da mãe para A mulher que não existe. Segundo Grant (1998), uma das maneiras de compreender essa sentença é dizer que o lugar da mulher permanece vazio. Contudo, há máscaras que se propõem a tamponar estes vazios.

Decorrente deste fato é que tão frequentemente vemos a associação entre mulheres e semblantes. “Ela finge, finge que ama...” O semblante é algo cujo objetivo é a de velar o vazio, vazio presentificado no real do corpo em parte dos seres humanos e que aponte para castração (GRANT, 1998, p. 04)

Seguindo a trajetória freudiana, Lacan (1957-58/ 1995) indica que entre as faltas de objetos essenciais para a mulher, está o falo, intimamente vinculado à sua relação com o filho: “[...] se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, na medida, em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que sature (ibidem, p. 71).

Há em Lacan (1957-58/ 1995) uma compreensão acerca da mãe como um correlativo de falta, pois no cerne da relação mãe-criança, reside a relação com a falta. Desse modo, não é possível pensar em uma relação dual, mas sim a partir de uma relação triangular mãe-filho-falo. Nessa relação, por conseguinte, existe um conjunto de frustrações, onde, de acordo com Lacan (1956-57/ 1995) a criança é frustrada não só do seio materno, mas também é frustrada pela mãe como objeto. Tanto a mãe quanto a criança sofrem com a operação da castração, pois a criança é frustrada do seu objeto-mãe, como a mãe é privada do seu objeto-falo.

A mãe tem com o filho uma relação demarcada pela falta, por isso “[...] a mãe, em Lacan é insaciável por seu poder sem lei. Esta insaciabilidade refere-se ao modo próprio da mulher tentar tamponar a falta substituindo o falo pelo filho, operação que vai fracassar, pois vai sempre haver um resto irreduzível de insatisfação” (LIMA, 2006, p. 05).

#### **4.3A devastação na relação mãe-filha**

Em Freud a relação pré-edípica, principalmente da mãe com a filha, era compreendida como uma catástrofe, a qual estava ligada ao destino do falo na menina e ao *penisneid*. A sexualidade feminina, de acordo com a perspectiva freudiana estava ligada a inveja do pênis que deixava marcas, consequências, em seu desenvolvimento.

A primeira consequência é a “cicatriz” é a marca do narcisismo feminino. Pode-se enxergar aí a marca de fábrica da relação que uma mulher mantém com o corpo feminino, colocando a ferida, a chaga, no coração da imagem sob a forma do que a satura. A segunda é a “inveja” segundo Freud, é a marca de fabricada fantasia “Uma criança é espancada”, atribuída por ele nesse texto ao sujeito feminino como “resíduo da fase fálica”. Segundo ele, o ponto reconstruído na análise é o pai como espancador e, por conseguinte, a fantasia passa da mãe para o pai. A terceira consequência diz respeito à relação com a

mãe designada como responsável pela falta da filha e supostamente capaz de gozá-la: é a devastação. A quarta é a reação contra o onanismo, que, segundo Freud, abre caminho para a sexualidade feminina, segundo famoso deslizamento dos objetos femininos (BROUSSE, 2004, p. 58-59).

A relação da criança ao desejo da mãe em Lacan, por sua vez, relida a partir das considerações de Freud, possuem caráter de *devastação*. Convém ressaltar que o termo devastação possui origem no latim, cujos significados atribuídos a ele são: despovoar, causar dano, arruinar. Segundo Miller (2003) a devastação se refere a uma depredação, uma dor sem limites. O termo *ravage* é derivado do verboravir, arrebatado, cuja origem reside no latim popular, que significa apreender violentamente.

O termo *devastação*<sup>5</sup> foi utilizado pela primeira vez no texto *O aturrito* de Lacan:

Por essa razão, a elucubração freudiana do complexo de Édipo, que faz da mulher peixe na água, pela castração ser nela ponto de partida (Freud *dixit*), contrasta dolorosamente com a realidade da devastação que constitui, na mulher, em sua maioria a relação com a mãe, de quem como mulher, ela realmente pareceu esperar mais substância do que pai – o que não combina com ele ser segundo, nessa devastação (LACAN, 1973, p. 465).

A devastação é a própria relação da criança com o desejo da mãe, o qual, segundo Lacan (1969), se assemelha a um grande crocodilo, que está com a boca aberta, ou seja, “[...] a devastação designa, portanto, um sujeito à mercê da vontade de gozo do Outro” (LIMA, 2006, p.200), trata-se de um resto, de um resíduo da relação originária da menina com a mãe. Retomamos aqui o momento da constituição do sujeito, cuja mãe ocupa para o filho e para filha, o lugar do Outro primordial, o Outro da demanda, a própria linguagem.

Lacan (1957-58/1999) descreve a relação primordial com a mãe da seguinte forma:

O importante, com efeito, não é apenas a frustração como tal, ou seja, um mais ou menos de real que tenha ou não tenha sido dado ao sujeito, mas é aquilo pelo qual o sujeito almejou e identificou o desejo do Outro, que é desejo da mãe. E o importante é fazê-lo reconhecedor, em relação ao quem é um X de desejo na mãe, de que modo, ele foi levado a se tornar ou não aquele que atende a esse desejo, a se tornar ou não o ser desejado (LACAN, 1957-58/1999, p. 283).

Lima (2006) destaca que a criança tem que entrar no sistema significante, fazendo-se objeto nas correntes de trocas, renunciando ao pai e à mãe, ou conservando tais objetos. O que irá barrar a relação primeva com a mãe é o falo como terceiro elemento, funcionando como uma barreira à satisfação do desejo da criança. Aferrar-se ao desejo materno, sem a mediação

---

<sup>5</sup> O termo utilizado em francês por Lacan foi *ravage*, traduzido em português como devastação.



de um terceiro, lançaria tanto a mãe e a criança em uma relação mortífera. Todavia, a metáfora paterna não consegue separar totalmente mãe e filha, há um *resto* não simbolizado dessa relação que permanece em um nível edípico.

Zalcborg (2003) retoma a discussão da relação mãe e filha, na qual a menina após ter pedido uma imagem antecipada de seu corpo à mãe, sendo posteriormente confirmado como dela mesma, volta-se para a mãe para encontrar um sentido no “[...] seu ser mulher a partir do seu corpo, já que o menino, à saída do Édipo, recebe do pai, pela identificação fálica, um reassuramento do seu corpo masculino” (ZALCBORG, 2003, p. 168).

A identificação feminina não surge para a menina como uma via de acesso a uma identidade feminina, pois a mãe não pode oferecer um significante especificamente feminino. A menina inicia seu processo de constituição a partir de sua falta constituinte e pela impossibilidade de se descobrir o sexo feminino. Zalcborg (2003), porém, pontua que a mãe só terá condições de conceder o reconhecimento do corpo feminino à filha, se ela própria tiver se reconciliado com o seu e tiver constituído uma identidade feminina para si.

Caso a mãe sinta-se inconscientemente inadequada em virtude da impossibilidade de fornecer um traço identificável do sexo feminino poderá recorrer a uma solução fálica para sua filha, como adotou para si mesma, não abrindo espaço para uma identificação no campo para além do falo, no qual reside tudo o que concerne ao feminino.

Assim, o nascimento de uma filha pode deixar a mãe confrontada com questões que quisera poder evitar; um filho não confronta uma mãe com a sua condição feminina com a mesma intensidade. Mesmo que tenha resistido a repensar essa questão para si mesma, que a remete à própria mãe, o nascimento de uma filha pode reavivar questões aparentemente superadas ou apenas, adormecidas em uma mãe (ZALCBORG, 2003, p. 169).

Embora o Édipo deixe sua marca na menina e ela adquira seu status de sujeito, ela se mantém não completamente separada da mãe. Esse empreendimento ocorrerá de forma progressiva para que a menina/adolescente possa tornar-se mulher, assumindo, desse modo, uma identificação feminina distinta da de sua mãe.

Zalcborg (2003), a partir de uma leitura lacaniana, afirma que da experiência da separação com a mãe, a filha obtém uma consistência como mulher. Contudo, a filha esperaria mais substância enquanto mulher de sua mãe. “Isso, por que o resto do Édipo na menina é vazio, sem substância, exceto justamente quando recebe uma substância advinda de sua

relação com a mãe, pela qual a filha se constitui como semblante (ZALCBERG, 2003, p. 180).

Tanto a mãe quanto a filha deverão estar dispostas quanto ao luto que deverão realizar de sua separação no âmbito da feminilidade, no que representam uma para outra. A importância que a mãe adquiriu para a filha, porém, impõe o temor de que nunca conseguirá separar-se de sua mãe para ser ela mesma. Esse sentimento de aprisionamento na relação com a mãe pode incorrer em uma catástrofe e/ou em uma devastação.

Por causa desse anseio de separação da filha, ocorrem mudanças inesperadas, em determinado momento da relação mãe-filha. Aquela relação, originalmente marcada por uma paixão de exclusividade, por um *elán* de um amor sem limites, transforma-se, não poucas vezes, em rancor. Ao mesmo tempo, aquela filha tão dócil e próxima revela-se aos poucos pendular; em um momento procurando proximidade, em outro, o distanciamento da mãe; ora tenra e carinhosa, ora rebelde e agressiva (ZALCBERG, 2003, p. 181).

Segundo Drummond (2011) a devastação pode retornar ao sujeito feminino em sua relação com seu corpo ou com a perda do corpo, podendo ainda surgir em suas parcerias amorosas, onde se manifestam ou reatualizam a relação pré-edípica. Com relação ao corpo, a devastação surge como um deslumbramento, configurando, desse modo, os impasses para se ter um corpo.

No amor, o homem pode inscrever-se como uma devastação para a mulher “[...]” a partir do que se revela para ela como engano do amor. A relação da mulher com o falo é contingente e decorre da certeza do amor que vem fixar a deriva pulsional” (DRUMMOND, 2011, p. 10). Miller (1998), por sua vez, definiu a devastação como a outra vertente do amor, refere-se a um gozo que se propõe a substituir a demanda de amor.

De acordo com Drummond (2011), a devastação implica nas dificuldades do sujeito nas relações de troca, principalmente amorosas, experienciadas no relacionamento sexual e na própria maternidade.

## 5. APRESENTAÇÃO DAS MULHERES

Tendo apresentado uma contextualização sobre a história da mulher na cultura Ocidental, bem como as conjecturas teóricas psicanalíticas sobre a maternidade e a feminilidade, a seguir serão expostos os relatos e os resultados provenientes das sessões com as mulheres que participaram da pesquisa. Os recortes das sessões e suas possíveis conjecturas com o referencial teórico psicanalítico, remontam a história de vida de quatro mulheres que se propuseram a participar desse estudo, cujas sessões eram realizadas semanalmente no CREAS, por um período que variou de cinco meses a um ano. Para salvaguardar os preceitos éticos foram utilizados nomes fictícios e ainda foram suprimidas informações que pudessem de alguma forma identificá-las. Os relatos e os conteúdos referentes à história de vida são variados, porém os casos são atravessados por uma questão comum: o que é ser mãe?

Para melhor identificar as falas das mulheres, estas foram destacadas em *itálico*, entrelaçando-as com o referencial teórico psicanalítico no processo de construção da análise do material coletado, cujo objetivo não é corroborar o que apresenta a teoria, mas sim de apreender as singularidades, particularidades concernentes à relação transferencial entre o pesquisador e as participantes da pesquisa na busca de um saber sobre o desejo. Foram nas falas desinteressadas dessas mulheres, onde elas perceberam mais do que pretendiam dizer, que foi possível a escuta transferencial desses conteúdos.

Em alguns momentos os relatos podem não apresentar uma linearidade, isso se deve as próprias rupturas ocorridas no decorrer das sessões dos conteúdos (re)encontrados pelas mulheres, as quais buscavam em si mesmas, repostas, sentidos, para o desejo. Nesse sentido, a utilização das falas também possuem como finalidade tornar visível a história dessas mulheres e de suas subjetividades, que nem sempre são demonstradas, mas sim escamoteadas por saberes que tentam defini-las e intervir em suas escolhas e relações.

Destaca-se que a produção escrita também está implicada ao mundo interno do pesquisador e de suas experiências cotidianas, reatualizadas nas sessões por meio da transferência com os sujeitos da pesquisa. Como pontua Fédida (1991) o caso publicado também é uma produção do analista. Nessa perspectiva, na pesquisa psicanalítica o caso também é um produto do pesquisador.

**Charlotte**

“Amar é dar o que não se tem a quem não o quer”  
(LACAN, 1964-65/2000, p. 224).

### A filha espera mais substância da mãe

O primeiro contato com Charlotte<sup>6</sup> ocorreu no segundo semestre de 2013 em uma audiência concentrada realizada em uma unidade de acolhimento anstutucional na cidade de Porto Velho. Nesta audiência fora determinado judicialmente que tanto ela quanto sua filha, que estava acolhida por motivo de conflito no ambiente familiar, deveriam participar de um grupo de mediação e fortalecimento de vínculos familiares oferecido pelo CREAS, sendo esta uma condicionalidade para reintegração da adolescente sob a responsabilidade de Charlotte.

Ao término da audiência atendi concomitantemente Charlotte, uma mulher de 39 anos, solteira, mãe de três filhos, e sua filha de 16 anos, que será denominada neste trabalho de Eva. No decorrer do atendimento ambas não se comunicavam, sendo que Eva saiu da sala antes do término do atendimento, sob a justificativa de que não *suportava* ficar no mesmo ambiente que sua mãe. Charlotte após a saída de sua filha da sala, relatou que *estava exausta com toda aquela história*, perguntando se eu também utilizaria *aquele papo* de que tinha que levar em consideração a adolescência da filha, acrescentando ainda que não participaria de nenhuma atividade em grupo, destacando que só iria ao atendimento se fosse individual.

Nesse primeiro contato, Charlotte queixou-se das situações de conflito que estava vivenciado, reiterando o relato de uma *vida de dedicação* aos filhos, principalmente a Eva, a qual mencionou que para cuidar dela teve de *abrir mão de tudo*. Em suas falas, Charlotte trazia uma forma de protesto quanto às imagens e/ou atribuições vinculadas ao materno: *desprezo essas mães que baixam a cabeça, que são coitadinhas, que amam incondicionalmente os filhos, como se isso existisse. Nunca conheci esse tipo de mãe... Se ela reclama que sou difícil é por que exijo as coisas certas, eu sei o que é certo para ela... Ela venera um pai que nunca ocupou seu lugar. (recorte de algumas sessões).*

Charlotte dirigia a mim suas frustrações e angústias com relação à vivência do materno, questionando-me dos possíveis saberes que teria em como lidar e cuidar de uma

---

<sup>6</sup> Os nomes fictícios escolhidos foram baseados no filme *Sonata de Outono*, cujo roteiro e direção foi realizado pelo Sueco Ingmar Bergman (1978), tendo como atrizes principais Ingrid Bergman (representando a mãe Charlotte) e Liv Ullman (representando a Filha Eva).

filha adolescente. Sua posição agressiva trazia mais conteúdos do que gostaria de comunicar, como se já desconfiasse que havia sentidos ocultos em suas falas ao destacar seu questionamento sobre o materno e o que ele representava em sua vida.

Ao término do atendimento, destacou que mesmo sendo de ordem do juiz e do promotor de justiça, não iria participar das atividades de grupo, mas mencionou que queria ser atendida individualmente, salientando que precisava *cuidar* dela e não mais *devotar* uma vida ao cuidado dos filhos.

Depois do primeiro contato com Charlotte, transcorrido o período de um mês, ela compareceu ao CREAS para falar comigo sem prévio agendamento. Assim como no primeiro momento, adentrou a sala de atendimento de forma abrupta, verbalizando que estava ali para *entregar essa menina*, que segundo ela, *não suportava mais*. Charlotte constantemente dizia: *estou exausta, farta, vim aqui para te dizer que não aguento mais*.

A expressão *vim aqui para te dizer* constituía uma sentença na qual se formulara um pedido de escuta, instituindo uma relação transferencial e uma possível demanda de análise. Não era a ordem do juiz que a mobilizava ao atendimento, mas sua busca por uma ressignificação, simbolização, de sua relação com a filha e das escolhas que fizera em sua vida. A partir desse segundo contato, convidei Charlotte para participar da pesquisa, a qual anuiu com sua participação.

No decurso das primeiras sessões, Charlotte enfatizava que os conflitos com a filha permaneciam, mesmo tendo seguido, conforme destacado por ela, as orientações do juiz, do promotor e do assistente social. Tais discursos não trouxeram resolutividade ao mal-estar existente entre ela e sua filha.

As queixas de Charlotte com relação aos saberes dos especialistas sobre o materno, sinalizam, de acordo com Soler (2005) discursos prévios sobre a mãe, que faz dela um objeto vital por excelência, bem como alvo de recriminações.

[...] o pólo das primeiras efervescências sensuais, a figura que cativa, a nostalgia essencial do ser falante, o próprio símbolo do amor. Ecos disso ressurgem, é claro, nos ditos dos analisandos, mas em essência, estes acentuam outra coisa: a angústia e recriminação (SOLER, 2005, p. 90).

O declínio da primazia do pai, o enaltecimento da família e da figura da mulher enquanto mãe, trouxeram consigo uma outra ordenação social e subjetiva. Mesmo as tentativas históricas de substituir a mãe, como se pôde observar em Rousseau, por meio de seu romance Emílio, o qual descrevia a mãe como um perigo eminente a criança caso não

fosse educada no exercício da maternidade, as práticas de ama de leite, a adoção e as tentativas de educação não maternal do século XIX não puseram fim a importância da mãe ou de seu substituto na constituição dos vínculos sociais.

Soler (2005) acrescenta que há múltiplas configurações familiares, porém as mobilidades dos laços sociais e amorosos concedem um outro peso à relação da criança com a mãe, o qual não deixa de ter suas consequências subjetivas e de ser pesquisada e controlada pelos especialistas.

As representações das mulheres, conforme Colling (2004) perpassaram a história, contada principalmente por homens, e estabeleceram uma diferenciação não apenas biológica, como também simbólica da diferença entre os sexos. Às mulheres caberiam a função de procriar, cuidar de sua prole e de seu lar. No espaço público representavam um perigo ao patriarcado, por isso, segundo a autora, passaram a ser confinadas no espaço privado. “Foi em nome da alteridade feminina em nome da oposição masculino/feminino que as mulheres se viram confinadas em seu papel maternal e doméstico” (COLLING, 2004, p. 16).

A história das mulheres recai sobre o gênero feminino como um destino construído pelo universo masculino, sendo irrefutável não considerar na contemporaneidade os impactos de séculos de subjugação na constituição subjetiva da mulher. Entretanto, essa mesma história tem pontuado outras possibilidades de subjetivação. A mulher passou a ser considerada como sujeito de direitos, conquistando espaços de equivalência com relação ao gênero masculino, porém, tais conquistas não a eximiram de serem confrontadas pelo materno como um imperativo social oriundo do patriarcado, que ainda exerce um poder simbólico sobre o seu corpo.

Na história, as mulheres foram elevadas a posição de deusas, rainhas, mães de nações, no entanto, segundo Colling (2004), ao se recusarem a assumir seus deveres e papéis são prontamente ameaçadas e rotuladas como incapazes, doentes e desequilibradas. Não estar encaixada nos padrões da maternidade, causava em Charlotte mal-estar, com o qual lidava por meio de protestos e questionamentos com relação a posição que estava sendo obrigada a aceitar por meio das orientações dos especialistas e principalmente do poder judiciário. *Querem me ensinar a ser mãe*, essa era uma sentença constante nas falas de Charlotte. Caso não correspondesse a essa expectativa poderia ser punida com uma nova retirada de sua filha de seu contexto familiar.

Cuidados, amor e devoção são alguns dos elementos atrelados à maternidade. Para Charlotte a vivência do materno com sua filha remetia a uma história que lhe era conhecida e que por isso, segundo ela, sabia *quenão daria certo*. Após Evater sido reintegrada houve conflitos entre Charlotte e ela, que repercutiram na saída da adolescente de sua casa, sendo que ela passou a conviver maritalmente com seu namorado, solicitando posteriormente emancipação junto ao poder judiciário. Entretanto, para conseguir se emancipar era necessário o consentimento dos pais, desse modo, Eva necessitou contatar Charlotte e seu pai para que formalizassem o processo.

A decisão pelo pedido de emancipação, já sinalizado por Eva no período em que ela esteve acolhida, despertou em Charlotte uma série de questões referentes à maternidade e à sua relação com a própria mãe. Havia algo conhecido, que se reatualizava. Esse reconhecimento, representou uma visitação de Charlotte a sua história de vida.

Charlotte consentiu com a emancipação de Eva, destacando que não iria *perder mais tempo com essa história*. O tempo perdido era uma fala constante. Os esforços na vivência da maternidade eram trazidas por ela como um *fardo*, uma condição que excluía outras possibilidades em sua vida, como emprego, amigos e relacionamentos amorosos.

Em uma das discussões entre Charlotte e Eva, esta última mencionou que a partir do momento em que saísse de casa, Charlotte deveria esquecer que ela era sua filha. A rejeição pronunciada dessa filiação por parte de Eva, acarretou em momentos de sofrimento à Charlotte, que foram vivenciados nas sessões. A racionalização surgiu como uma forma de Charlottelidar com o rompimento verbalizado por sua filha.

*Pois que assim seja, se ela não quer uma mãe não irei mais me esforçar para fazer essa cena. Cuidarei de mim agora, irei investir em meus negócios, cansei. Se ela não quer uma mãe, tudo bem. Se ela tivesse uma mãe como eu tive me daria valor (Charlotte).*

Sobre o relacionamento com sua mãe, Charlotte o definiu como *complicado*, relatando situações de agressões mútuas, as quais nem sempre tinham uma origem, bastavam estar no mesmo lugar para as discussões começarem.

*A minha mãe era muito difícil, nunca me apoiou em nada. Eu era respondona, queria ter mais liberdade, mas ela sempre encontrava uma forma para nós brigarmos. Além disso, mentia demais. Até hoje mente, fazendo a família passar por situações constrangedoras... Eram muitas mentiras, muitas agressões, ela era muito exigente. Quando eu vou na*

*casa dela nunca consigo ficar uma semana inteira sem discutir (Charlotte).*

Soler (2005) pontua que na associação livre os analisantes, independente de suas variações individuais, trazem conteúdos de acusações às mães:

Imperiosa, possessiva, obscena ou, ao contrário, indiferente, fria e mortífera, presente demais ou ausente demais, atenta demais ou distraída demais, quer cubra de mimos, quer prive, quer se preocupe, que se mostre negligente, por suas recusas ou por suas dádivas ela é, para o sujeito, uma imagem de suas primeiras angústias, lugar de um enigma insondável e de uma ameaça obscura. No cerne do inconsciente, as falhas da mãe sempre têm lugar, chegando até à “devastação”, às vezes, quando se trata da filha diz Lacan (SOLER, 2005, p. 91).

Seria a mãe de Charlotte a mesma anunciada em suas falas? Há uma diferença substancial da mãe de quem se fala e da mãe que fala. Segundo Soler (2005), a primeira é objeto, um dos produtos da fantasia do falante. A segunda, por sua vez, é sujeito. Contudo, as fantasias manifestadas não deixam de estar relacionadas à subjetividade, à falta e sua forma de obturá-la.

Assim como tinha um relacionamento *complicado* com Eva, Charlotte tinha um relacionamento *complicado* com sua mãe. Esses relacionamentos *complicados* se estendiam aos seus relacionamentos amorosos, que em suas falas precediam os relatos sobre a relação com sua mãe: *meus relacionamentos também tiveram algumas complicações. Com o meu primeiro relacionamento sofri muito, gostava muito dele, era apaixonada, mas não deu certo por causa das mentiras também* (Charlotte).

Da mesma forma que a menina busca na mãe vias de acesso à feminilidade e encontra nela uma referência para possíveis relações amorosas, Charlotte ao destacar o *também*, enlaça por meio da linguagem a vivência com a mãe à seus companheiros. O *também* remete a algo da ordem da repetição. As mentiras de sua mãe *ão odiadas* por ela, foram recorrentes em seus relacionamentos.

Charlotte não estaria repetindo a relação devastadora que manteve com sua mãe em suas relações amorosas e com a própria filha? Considerando que devastar é tornar deserto, despovoar e aniquilar, as relações de Charlotte assumiam essas dimensões.

A devastação estaria ligada à impossibilidade de uma troca fálica, na proporção em que algo da mãe escapa à lei simbólica. As demandas de amor, nesse sentido, impossíveis de serem correspondidas, de Charlotte à Eva aprisionavam sua filha no lugar de um objeto único



para uma filha única? Não seria Eva o “parceiro-devastação” de Charlotte, como propõe Miller (1998)? Esse parceiro - o qual pode ser um homem, os filhos e a mãe - seria o Outro a quem a mulher direciona uma demanda infinita e insaciável do seu amor.

Charlotte teve outros dois filhos homens, sendo Eva a única filha. Seu primeiro filho permaneceu sob os cuidados do pai, cuja união não se sustentou, segundo ela, devido as *constantes mentiras* que criava. Charlotte teve um novo relacionamento no qual foi gerado Eva, porém, os conflitos existentes na vida conjugal, não permitiram que essa união se mantivesse. A criança, fruto de uma nova tentativa de amor, atuaria para Charlotte como uma suplência, uma forma de preencher aquilo que tinham lhe tirado?

*Depois que tive meu primeiro filho eu queria muito outro, até para tampar o buraco que tinha ficado em mim. Fiquei feliz quando Eva nasceu. Ela ia substituir a falta do meu filho. Por um tempo até que foi assim, mas depois as coisas mudaram (Charlotte).*

A mãe goza de forma fálica ao conferir ao filho um lugar de objeto do seu gozo, sentindo-se completa com o seu filho-falo. Entretanto, ao passo que a criança preenche, segundo Fangman (2010), ela divide:

A criança além de saturar como substituto fálico à mãe, também divide o sujeito feminino que está tendo acesso a função materna, a mãe e a mulher. É o mesmo que afirmar que o objeto criança não é todo para essa mulher, ..., a mulher deseja mais além do falo, é não-toda nesse sentido, é isso também que permite ao filho se separar, e vai mais além da função paterna, via metáfora, é uma operação que provém do desejo da mãe: desejo de outra coisa (FANGMAN, 2010, p. 3).

As mudanças relacionadas por Charlotte poderiam referir-se à recusa de Eva em permanecer no lugar de objeto do desejo materno. A sensação de completude descrita por ela foi apagada pela sua impossibilidade, relacionada ao modo de gozar feminino, o qual transpassa o gozo eminentemente fálico. Ser não-toda é não ser preenchida por um gozo totalmente fálico, portanto, um filho(a)-falo não satisfaria o seu ser mulher.

Para a psicanálise a mãe, ou o sujeito que exerça essa função, ainda oferece a sustentação da imagem especular da criança. Tanto a menina quanto o menino passam por esse processo. Enquanto o menino identifica-se falicamente com a figura paterna e conserva o amor materno, a menina, por sua vez, “[...] tornará a se voltar para mãe para certificar-se de que a mãe reconhece a especificidade de seu corpo feminino; este marcado da falta de uma definição clara” (ZALCBERG, 2003, p. 168).

Diante do impasse da ausência de um significante específico que represente o feminino, caberá à menina tomar outros caminhos para construir/ inventar uma identidade feminina. No entanto, este empreendimento está vinculado a como Charlotte nomeou o feminino para si. A solução para o feminino evocada por ela situava-se predominantemente em uma ordem fálica na relação com sua filha. Charlotte revestia-se de uma posição autoritária, gostava de que tudo estivesse em *ordem*. Na ausência ou fragilidade da figura paterna, valia-se do revestimento de pai, obliterando, por conseguinte, o acolhimento da demanda de sua filha de uma identidade feminina.

*Fui mais pai do que mãe. Nunca gostei dessas coisas de contato, carinho abraço, de brincar de boneca. Quando ela era criança e queria usar maquiagem eu dava tarefas da escola para ela fazer. Ela tinha que ser alguém na vida. Não uma lavadeira que eu fui. Só isso que eu queria, que ela estudasse e não cometesse os mesmos erros que eu. Tentei fazer diferente da minha mãe, que nem estudo me deu (Charlotte).*

Charlotte teve dificuldades em auxiliar Eva em seu processo de invenção de uma feminilidade possível, pois ao recorrer aos referenciais de sua relação com a própria mãe não encontrou recursos, uma linguagem, para recobrir a marca da falta do corpo feminino da filha. De acordo com Zalcberg (2003):

[...] a mãe, para quem a experiência da falta de definição feminina é uma fonte de inquietude, transmitirá essa inquietude a sua filha. Não conciliada com seu corpo feminino e, portanto, também não com o da filha, uma mãe pode oferecer a esta uma forma de recorrer a um artifício para criar uma feminilidade para si mesma (ZALCBERG, 2003, p. 170).

Estas cenas trazidas por Charlotte em suas falas remetem a algumas cenas do filme **Sonata de Outono**, no qual a atriz que representa a figura materna constantemente demonstra seu descontentamento em relação as filhas, que não conseguiam corresponder aos seus ideais narcísicos. Uma por possuir uma doença degenerativa, sendo caracterizada pela mãe como um **corpo mole e deformado** e a outra como um ícone do fracasso enquanto mulher, esposa e profissional.

Cabe destacar que Eva em sua infância teve complicações em sua saúde que, segundo Charlotte, lhe dera  *muito trabalho*, não lhe *permitindo mais viver*. Nesse aspecto, Charlotte ainda comparou Eva com os outros dois filhos homens: *essa menina me deu mais trabalho do que os outros filhos, acho que é porque é mulher, elas dão mais trabalho*.

No que concerne à tentativa de emancipação de Eva, Charlotte ora apontava essa possibilidade como sua libertação, mas ao mesmo tempo uma perda da condição de ser mãe:

*Não percebi que ela tinha crescido e quando eu falo que não vai dar certo esse namoro deles é porque já vivi isso. Casei muito nova, tinha quase 17 anos quando casei para sair da casa da minha mãe, pois não aguentava viver com ela e com todos aqueles problemas (Charlotte).*

Após essa fala Charlotte fez silêncio, como se tivesse encontrado com algo que lhe causara espanto. Antes que eu fizesse alguma intervenção ela se antecipou e disse que os contextos eram diferentes como uma tentativa de justificar algo (re)conhecido, que se repetia, permanecendo em silêncio.

Passou-se um mês até que Charlotte entrasse em contato novamente, perguntando-me se seu horário ainda estava livre, pois precisava *escutar suas dores*. A fala de Charlotte trazia consigo outros sentidos e significados, os quais ela se propunha a desvelar. Charlotte adentrou a sala lentamente, reclamando das dores em suas articulações, aparentando estar muito cansada e debilitada. Antes de sentar-se com dificuldade, disse que tinha perdido o sentido da vida depois que Eva saíra de casa, que se sentia inútil, pois não podia cuidar de sua filha e que queria que ela retornasse para casa:

*Fico torcendo para que ela quebre a cara, que dê tudo errado e que volte para mim, para minha vida. Sei que é egoísmo, que ela não é minha propriedade, mas ainda sinto como se fosse, afinal ela é minha carne. E foi isso que a sufocou, esse meu jeito. Eu nunca perguntei o que ela sentia, eu pensava que já sabia, eu sempre falava por ela (Charlotte).*

Charlotte passou a explorar a relação com sua mãe com mais constância, como se tentasse reparar algo *quebrado* no passado e que se reatualizava no presente. Em um dos encontros perguntou-me quando iria desfazer esse vínculo de mágoa com sua mãe:

*Minha vida está uma repetição. Estou vivendo com Eva a mesma coisa que vivi com minha mãe. O mesmo jeito rebelde de Eva era como eu agia com minha mãe e por muitas vezes eu nem sabia de onde vinha essa raiva toda. Estou com medo. Isso me dói muito, pois tudo que eu fiz para ser diferente, parece que não deu muito certo. A história se repete, apenas tem alguns detalhes diferentes, mas a essência é a mesma. Diga-me o que faço? Estou com um choro atravessado em minha garganta.*

O choro, as dores, as palavras não nomeadas, atravessaram o corpo de Charlotte: *Estou cansada, minhas dores estão misturadas. Além das inflamações nas juntas, sinto uma dor*

*aqui dentro... Minha mãe dizia que eu não devia ter nascido, devia ter sumido. Lembro que fiz algumas tentativas de morar com ela, mas nenhuma deu certo. Agora lembrando da minha relação com ela, sinto muito, muito mesmo.*

Os medos destacados por Charlotte se referiam a ficar sozinha e doente, assim como sua própria mãe: *Queria ser liberada desse fardo, dessas coisas, dos meus erros, dessa dor. Eu sempre quis me refugiar nessa coisa de ser boa mãe para não ser como minha mãe, mas os esforços foram meio inúteis.*

O encontro com o *passado esquecido* produziram dores em Charlotte, mas também trouxeram outros sentidos, possibilidades as quais não se permitiu viver por ter se esforçado em *assumir a maternidade*. Ao falar sobre as dores de sua infância e adolescência, relacionadas às experiências e contato com o materno, Charlotte começou a se permitir explorar uma feminilidade possível. Nos primeiros encontros pronunciava-se de forma agressiva, se revestindo de uma postura masculinizada. Charlotte não se revestia de atributos femininos.

Após sete meses de sessões começou a se apresentar maquiada, usando brincos, demonstrando-se mais atenciosa quanto a sua aparência. Seu tom de voz e expressões também estavam mais suaves. Em uma das sessões, Charlotte me fez uma pergunta em tom retórico, como se pedisse que eu validasse suas novas conquistas: *Vamos, me pergunte como estou?* Segundo Charlotte, as dores estavam desaparecendo, as do corpo e as do passado:

*Não vou mais perder tempo com Eva. Se ela quer continuar seguindo a vida dela, pois que siga, vou seguir a minha ... minha faculdade está rendendo, minhas dores diminuíram... ando tendo apenas um contratempo com o meu outro filho, mas eu já disse a ele que não irei mais perder tempo, que não vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com a outra.*

Abrir mão da maternidade permitiria outra narrativa para a história de Charlotte? Como abrir mão de algo que a acompanhou por tantos anos de sua vida? Charlotte relatava que nenhum dos dois filhos que permaneceram com ela foram planejados:

*Nenhum dos dois foi planejado, queridos, pelo menos não no início. Tive que aprender a querer, se é que aprendi. Tenho percebido nesses atendimentos que ser mãe me incomoda. Não suporto que me cobrem as coisas. Quando me cobraram no conselho tutelar que eu devia educar e cuidar dos meus filhos de um modo menos agressivo, fiquei com muita raiva, já que eles acham que é fácil e que tudo vai pelo diálogo, então que leve os dois.*

Esse modelo de maternidade era desconhecido e/ou aceito por Charlotte. A maternidade que conhecia não era tolerante, nem oferecia uma amor incondicional, mas não deixava de ser para ela um contato com o materno, vivenciado como um *fardo*, um *equívoco*, mas também que encerrava uma promessa de uma outra maternidade.

*Ela era minha menininha até certo ponto, até começar a me confrontar, a alegar coisas para mim, a exigir coisas. Nunca me senti mãe, mas parece que eu só vivi para isso (Charlotte).*

Ser mãe para Charlotte, exclui o ser mulher: *antes era tudo muito bom na minha vida, tinha emprego fixo, não dependia de ninguém, era muito feliz. Sempre me cuidava, me preocupava com minha aparência. Era muito vaidosa. Depois que me tornei mãe perdi tudo que eu tinha.*

Charlotte trazia em suas falas um lamento, pois mesmo tendo se esforçado muito, repetiu o modelo materno que conhecia. Uma das preocupações de Charlotte nas últimas sessões era de não conseguir reatar os laços com a filha: *agora eu fico pensando em quando ela vai poder me perdoar pelas coisas que eu fiz. Eu não perdoei a minha mãe apesar de ter voltado a falar com ela. Será que ela vai precisar de vinte anos também?*

### ***As ligações amorosas e a devastação: efeito da ausência de um significante da mulher?***

A nomeação lacaniana devastação refere-se a um endereçamento de demanda infinita de amor, na qual a menina pode ficar aprisionada em uma relação fusionante com a mãe na tentativa de se construir como mulher. Essa condição pode estender-se às relações amorosas.

O amor e a devastação possuem uma íntima relação, pois ambos estão sob a insígnia do sem limite e da falta de significante no Outro. Charlotte em suas falas trazia uma constante demanda de amor e reconhecimento por parte de sua mãe, filha e relações amorosas que não eram minimamente satisfeitas, causando-lhe sentimentos de rejeição e desamparo. Acreditara que doara tudo de si: seu corpo, seu tempo e seu amor, mas não sentia que o doar-se era correspondido.

No tocante às relações amorosas, estas eram caracterizadas como *complicadas*, impossíveis de sustentar devido ao seu excesso de amor e falta de amor correspondido por

parte das pessoas por ela amadas. Charlotte estava há dez anos sem manter um relacionamento amoroso, relatando estar *desacreditada*, pois nunca fora amada como gostaria.

Em Lacan (1975-76/ 2007) o lugar que uma mulher ocupa na fantasia de um homem é a de *objeto a*. No entanto, uma mulher também busca uma identificação na posição de ser amada. Essa busca, segundo Drummond (2011), pode desencadear uma demanda de amor sem limites, sem fim, quando não barrado pelo Nome-do-Pai.

A ausência de um significante que represente a mulher no inconsciente, possibilita a mulher um mais gozar para além da ordem fálica. A devastação, portanto, seria resultante da ausência desse significante, sendo que essa condição pode, por sua vez, aprisioná-la em um deslumbramento, reforçado pela demanda de ser amada ou levá-la a devastação, “[...] a uma despersonalização ou ainda uma ameaça de auto-desaparecimento” (DRUMMOND, 2011, p. 9).

Charlotte considerava-se intensa em tudo que realizara: no trabalho, nos cuidados da casa, dos filhos e em suas relações conjugais. No que concerne às suas relações amorosas relatava sempre assumindo um estado limite, nas quais doara-se por completo, porém sem receber essa entrega na mesma proporção: *Vivi para os filhos e uma me deixou e o outro está no mesmo caminho. Com homem, só tive tormento.*

As falas de Charlotte apontavam para um relacionamento no qual de dois se fazia um, ou seja, havia uma busca de uma relação consigo mesma por meio de um outro, seja um filho ou um parceiro conjugal. Discorrer sobre o amor e sobre as escolhas objetais, nos situa, segundo Freud (1914), no campo de uma relação narcísica em que o sujeito mesmo ao investir no Outro o faz por meio de uma escolha objetal, cujo foco é um investimento no seu próprio eu.

Se em Freud (1905) encontrar o objeto é na verdade reencontrá-lo, as relações amorosas, podem por equivalência, referir-se ao reencontro da relação pré-edípica com a mãe. Na perspectiva freudiana, há mulheres que têm como referência da escolha de seu objeto amoroso o próprio pai, mas há alguns casos em que essa escolha tem como referência a herança da relação primeva com a mãe. “O marido de tal mulher destinava-se a ser o herdeiro de seu relacionamento com o pai, mas na realidade, tornou-se herdeiro do relacionamento dela com a mãe” (FREUD, 1931/ 2006, p. 239).

Para Freud (1931) os objetos sexuais da menina para com a mãe são concomitantemente passivos e ativos. Por um lado, a posição ativa impele a menina a ter a

mãe como objeto de seu amor e por outro em ser objeto passivo do desejo da mãe. Ao distanciar-se da mãe, a menina vivencia um rebaixamento dos impulsos ativos, desligando-se da inclinação de ter sua mãe como objeto amoroso. Esse afastamento, com o auxílio das tendências passivas, fazem com que a menina transite para o objeto paterno, escapando à catástrofe. “O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se ache restrito pelos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação que superou” (FREUD, 1931/ 1996, p. 247). É a posição do pai na ordem simbólica, de acordo com Lacan (1957-98/1999) que permite à criança ser significada perante o desejo do Outro materno. Desse modo, a menina poderá separar-se da mãe.

A mãe evocado por Charlotte nas sessões, no entanto, aparentemente não possibilitou a mediação paterna. Charlotte no decurso de aproximadamente um ano de sessões trouxe poucas referências sobre a figura paterna, descrevendo-a nesses momentos como uma *sombra* de sua mãe: *Eu nem sei o que te falar sobre o meu pai, ele não decidia e fazia nada. Minha mãe era a estrela da casa.*

Em Lacan (1957-58/1999), caso a mãe não se divida pela troca fálica, não encontrando-se satisfeita no lugar de mãe e de mulher, esta não possibilitará que sua filha se desprenda da posição de preencher sua falta, além de não possibilitar que ela se dirija ao pai. A ausência da substituição da metáfora paterna, quando não há um corte na relação mãe e filha por parte do pai, a menina poderá apresentar-se à mãe na condição de objeto do Outro materno, o que poderá repercutir, futuramente, de acordo com Soler (2005), em um assujeitamento do desejo do Outro em suas relações amorosas.

O doar-se sem medidas de Charlotte a despersonalizava em suas relações com os filhos e com os companheiros. Ser tudo para o outro, o objeto que tampona a falta do Outro, repercutiam em sua identificação com o objeto *a*, a qual produzia uma relação de assujeitamento. Os mal-entendidos, os conflitos e as acusações eram constantes em suas relações, pois o outro nunca estava à altura de sua dedicação. A coexistência com sua mãe, embora desejada, paradoxalmente, era sinalizada por ela como impossível. Essa realidade estendia-se aos seus companheiros, com os quais reproduzia uma relação que a devastava.

No que tange ao pai de Eva, o descrevia como *inútil incapaz* de assumir compromissos, ainda endereçava a ele a culpa por não conseguir estabelecer um bom relacionamento com a filha: *essa menina ama quem nunca se importou com ela. Eu que dei e mantive a vida dela, só fiquei com a parte ruim, de torná-la gente.* Na relação com esse companheiro, Charlotte relatara sentir-se subjugada, pois durante muitos anos teve de se

submeter às vontades dele por ser o provedor da casa: *ele fazia questão de me humilhar por que pagava as contas.* Além dessa situação, havia outros conflitos, como ciúmes e traições, que repercutiram na separação do casal: *Nunca ouvi da boca dele um eu te amo, mas eu sempre fui muito besta, vivia dizendo que amava, que morreria por ele. Para quê? Sabe para que? Nada. Eu cuidava dele para as outras da rua.*

André (2011) diz que uma mulher apresenta ciúmes de outra como teria de um homem. Desse modo, ela não teria ciúmes devido a sua conclusão de que a outra possui, ou parece possuir, o traço de eleição de amor que ela inveja.

O que torna a mulher ciumenta é menos que seu amante deseje outras mulheres além dela, do que ele pense. A respeito de outra mulher, que ela tem “um que” que a torna irresistível. Esse “que”, esse índice de um signo que captaria “magicamente” o desejo do Outro, as mulheres não cessam de rastreá-lo nas outras (ANDRÉ, 2011, p. 177).

Lacan (1972-73/2008) pontua que o homem ama de uma forma fetichista e a mulher de forma erotomaníaca. O modo de gozo da mulher exige que seu parceiro sempre reitere que a ama, é preciso falar. Como a mulher é não-toda, não se submete totalmente ao gozo fálico, seu gozo é infinito e não localizável. Nesse sentido, Lacan utilizou o termo erotomania para designar essa demanda de contínuo reconhecimento por parte da mulher. Com relação ao homem, seu gozo é limitado e localizável, apontando apenas para uma direção, que é o *objeto a*, a qual objetiva unicamente ao gozo fálico.

O que a mulher deseja é ser amada. No homem o desejo passa pelo gozo, enquanto na mulher o desejo passa pelo amor. Charlotte demandava esse amor pelo pai de Eva. Doara tudo de si, seu corpo e sua alma, de modo sacrificial com a intenção de receber o investimento na mesma proporção, porém nunca ouviu um *eu te amo* de seu parceiro. A demanda de amor endereçada e não correspondida retornara a Charlotte em forma de devastação, a qual significa, a ausência extrema do Outro. Entretanto, por mais de cinco anos manteve esse relacionamento, o qual fora sustentada por conflitos e ofensas por parte de seu parceiro. Ele a recriminava, humilhava, sustentava a relação por meio dessas falas, pois ainda falava com ela.

O pai de Eva, a partir dos relatos de Charlotte, não a abordava como objeto causa de desejo à medida que a substituíra por outras mulheres, mas a tratava como objeto do seu gozo. Ele não era um homem de uma mulher, mas utilizava Charlotte para o seu prazer.

Para causar o desejo a esse parceiro, Charlotte se fazia de falo, mascarava-se, fazia semblante, velava a falta e se identificava com ela. Ao demonstrar-se frágil, dependente,



sofredora, assumia “ares de masoquista” sendo complacente com os semblantes, ou seja com o fazer parecer (SOLER, 2005).

Freud (1920) em seu texto *Além do princípio do prazer* descreve que todos somos masoquistas, desse modo, contrapõe a ideia de que o masoquismo faz parte da estrutura feminina. A mulher sofre com a falta fálica e o homem com a ameaça de castração. O masoquismo feminino, portanto, trata-se de uma fantasia masculina com a qual a mulher se identifica. Quando há sacrifícios e entrega por parte da mulher não quer dizer que há um prazer mórbido em seu padecimento, salvo as possíveis perversões, que ocorrem tanto do lado feminino quanto do masculino, mas podem referir-se a uma busca de reconhecimento, de amor.

O falo enquanto operador simbólico, significante por excelência, ordena essas configurações subjetivas do homem e da mulher. No texto *A significação do falo*, Lacan (1957-58/1999) diz que a mulher pretende ser amada e desejada pelo que ela não é. Na relação sexuada, por intermédio do falo, a mulher é convocada ao lugar do objeto causa do desejo. O homem, por sua vez, busca em sua parceira o falo, já que também é castrado. Eis a problemática do amor, segundo Lacan (1957-58/1999, p. 364): “O problema do amor é o da profunda divisão que se introduz no interior das atividades do sujeito. A questão de que se trata, para o homem, segundo a própria definição do amor – dar o que não se tem –, é dar aquilo que ele não tem, o falo, a um ser que não o é”.

A mulher dá o que falta ao homem, mas ela oferece o que não tem. O homem sustenta imaginariamente algo que não tem, o falo, para dá-lo a mulher. Assim, de acordo com Soler (2005), temos uma cena cômica, ou trágica, entre os sexos em sua relação com o amor:

[...] comporta imposição para quem nela ingressa. Em especial dirige o que bem poderíamos chamar de comédia dos sexos, que obriga cada um dos parceiros a ‘banciar o homem’ ou ‘banciar a mulher’. No baile do Outro, a mascarada feminina e a parada [parade] viril respondem uma à outra com passos marcados. Em benefício do riso, sem dúvida mas sem simulação. O recalçamento do falo, que ordena a relação entre homem e mulher cava um lugar em que o parecer é mestre” (SOLER, 2005, p. 31).

Nas sessões, as demandas de reconhecimento também eram dirigidas a mim por parte de Charlotte. Em algumas sessões, solicitava que eu pontuasse sua evolução, ressaltando os aspectos positivos que observara. Além disso, quando estava acometida de dores do corpo mostrava suas articulações com aparência de inchaço, como se quisesse me presentear com o seu sofrimento: *Olhe como estou de novo... Às vezes quando venho aqui parece que piora ...*

*Você anda bagunçando minha vida... Tenho vontade de não vir mais* (falas de Chalotte em sessões diversas). O que se reatualiza na transferência eram suas demandas de amor, marcadas pelas frustrações do relacionamento pré-edipiano e de suas relações objetais posteriores.

Mesmo após a separação, Charlotte continuou mantendo contato com o pai de Eva, pois recebia pensão de sua filha. Embora Charlotte relatara que este era um direito de Eva, sentia-se subjugada e humilhada por depender financeiramente de seu ex-companheiro: *esse dinheiro me sufoca, é como se estivesse ainda com ele. Eu me sinto uma incapaz.*

Charlotte nas últimas sessões acrescentara que a relação complicada com seus parceiros acentuaram após ter se tornado mãe: *eu já não era fácil, depois que tive filho, relacionamento com homem ficou complicado. Sou ciumenta demais, não dava certo cuidar de menino e de marido, coisa demais.*

Em suas relações amorosas, Charlotte não conseguia, conforme seus relatos, ser mãe e mulher, tornando-se nas trocas amorosas apenas mãe. Ao tornar-se mãe, o resto da relação com a mãe de sua infância compareceu, suscitando uma relação devastadora com os filhos e intensificava a que mantinha com seus parceiros. Charlotte questionava-se constantemente sobre a possibilidade de mudar o destino que parecia estar sentenciada a repetir: *nenhuma relação que tive deu certo, estou ficando velha e sozinha, será que ainda dá para mudar?*

Freud (1914/1996, p. 95) ao falar sobre o amor das mulheres destaca “[...] sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas; e o homem que preencher essa condição cairá em suas boas graças”. Charlotte, no entanto, ainda não havia encontrado um homem que “caíra em suas graças”. As figuras masculinas que fizeram parte de sua história de vida também a marcaram com o abandono: um pai ausente, que não lutou pelos filhos, um parceiro que a substituiu por outras mulheres, que a subjugava e inferiorizava pela sua condição de mulher, além de outros relacionamentos que representaram outras *decepções*. Quando foi preciso recorrer às políticas públicas deparou-se ainda com outros homens (juiz, promotor, conselheiro tutelar), que tentaram educá-la no exercício da maternidade, reafirmando o lugar que deveria ocupar como mãe e não como mulher.

As condições socioculturais e a própria subjetividade de Charlotte, implicavam na dificuldade de ela se dividir por meio da troca fálica, não conseguindo ficar satisfeita com a posição de mãe e de mulher. De um lado era cobrada pelos dispositivos políticos para que exercesse uma exímia maternidade e por outro lado, quando situava-se na posição de mulher era devastada por suas relações. No decorrer das sessões, no entanto, Charlotte começara a

escrever outras cenas para sua vida, na tentativa de conciliar aquilo que a dividia: ser mãe e mulher.

*Para mim foi uma conquista me libertar daquele dinheiro maldito. Agora eu sei que posso viver do meu trabalho. Vir aqui, me ajudou nisso. Agora vou lutar pelos meus filhos. Não vou acabar como minha mãe (Charlotte).*

Charlotte, no início das sessões relatara que desistiria de estudar, pois não estava conseguindo acompanhar sua turma, devido às dificuldades de relacionamento com a filha e as *dores do corpo*. Trabalhava com a produção de gênero alimentício, porém não a compreendia como trabalho, mas como um *bico*. Nas últimas sessões todavia, passou a trazer os estudos, o *trabalho* e os *nossos encontros*, como alguns dos fatos que contribuíram para ter outras perspectivas de vida: *Você sabe como é se sentir liberta? Eu vivo do meu dinheiro agora, do meu trabalho. Pensei que não viveria sem a pensão, pensei errado, vivo melhor.*

No tocante a possíveis relações amorosas, Charlotte mencionou que seria mais cuidadosa com suas escolhas, porém relatou se sentir mais aberta a *amar* novamente, como destaca em uma de suas falas: *hoje eu me permito arrumar o cabelo, fazer as unhas, me maquiar. Recebi até uma cantada nessa idade. Ainda tenho chance...*

Charlotte passou a se revestir dos atributos femininos. Iniciara um processo de reinvenção do seu ser feminino? A última sessão fora definida por ela: *então, acho que já estou muito bem, posso me arranjar sozinha? Se tiver alguma recaída te procuro..*

## Catarina

*A doença, a morte, a renúncia ao prazer,  
restrições à sua vontade própria não a atingirão;  
as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor;  
ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação*  
(FREUD, 1914/1996, p. 98)

### “Toda-mãe”? – *é preciso dar conta*

Catarina era uma mulher de 56 anos de idade, solteira, funcionária pública, mãe de três filhos, sendo duas mulheres e um homem. Catarina era acompanhada pelo CREAS desde 2011, período no qual sua neta, denominada nesta pesquisa de Fernanda, fora acolhida institucionalmente. No segundo semestre do ano de 2013, a convidei para participar da pesquisa, a qual consentira, relatando que estava precisando ser *atendida também*.

Nas sessões iniciais demonstrava-se física e emocionalmente fragilizada por ter que lidar com todos os procedimentos jurídicos, encaminhamentos, e principalmente com suas filhas, as quais segundo ela, eram a razão de seu *viver e sofrer*.

Fernanda estava em seu segundo acolhimento, sendo que o primeiro ocorrido em 2012 foi motivado por situações de conflito no ambiente familiar e por ela se encontrar em situação de rua. Catarina relatou o primeiro ingresso de sua neta/filha enfatizando os sofrimentos provenientes desse período, pois não teve apenas Fernanda afastada de seu convívio, como também perdeu sua casa, sua *história*, em um incêndio iniciado por sua filha, denominada neste trabalho de Maria, mãe de Fernanda, em um momento de surto.

*Quando vi minha casa queimando, caindo aos pedaços, era como se fosse uma parte de mim indo embora. Toda uma vida perdida. Depois que tudo aconteceu fiquei perdida, transtornada, tive medo de enlouquecer, mas eu precisava ficar inteira para cuidar de Fernanda e Maria. Como elas iriam ficar sem mim (Catarina).*

Maria fora diagnosticada durante a infância de Fernanda com esquizofrenia paranoide. Devido a condição psiquiátrica de Maria, Catarina encaminhou Fernanda para atendimento médico desde a infância. Salienta-se que Fernanda também fora diagnosticada com transtorno mental, ainda não especificado devido a sua condição de desenvolvimento. No entanto,

conforme Catarina, o médico que a acompanha mencionou que o transtorno de sua neta possui as mesmas características do de Maria.

Catarina sempre reiterava o quanto era difícil para ela *dar conta* das duas sozinha. Acrescentava ainda que ambas eram agressivas, sendo que em algumas situações conflitantes chegavam a agredi-la fisicamente.

Catarina considerava-se uma mulher sofredora, que viveu exclusivamente para os filhos, porém, segundo ela, algo deu  *muito errado*, pois parece não ter conseguido o amor deles. Antes mesmo de Maria apresentar as sintomatologias do transtorno mental, o relacionamento entre elas era permeado de conflitos. Catarina destacou que a doença de sua filha foi desencadeada após uma desilusão amorosa: *Quando o pai de Fernanda a deixou, ela mudou completamente, ouvia vozes que a perseguiam, não confiava mais em ninguém, passou a ficar enclausurada em casa. E às vezes, no momento de surto, pedia para dar de mamar à Fernanda, mesmo sabendo que ela já era adolescente. Parecia que esquecia (Catarina).*

Maria foi internada diversas vezes, segundo Catarina, devido aos surtos que a acometiam. Sua condição psiquiátrica inviabilizava o cuidado materno que deveria dispensar à sua filha. Desse modo, Catarina cuidou de Fernanda desde a infância: *desde que ela ficou doente passei a cuidar de duas crianças.*

Após o incêndio de sua casa, Catarina continuou residindo no mesmo local, nos apartamentos que construía para alugar. Maria passou a morar sozinha em um apartamento, Catarina e Fernanda moravam juntas ao lado e sua outra filha no apartamento localizado aos fundos. Catarina relatava o desgaste que tinha por viver ao lado de suas filhas, destacando sempre a possibilidade de mudar de residência, porém ao mesmo tempo, questionava-se quem cuidaria de sua família a não ser ela.

Catarina colocava-se como alguém que faria tudo para fazer seus filhos felizes. Entretanto, a partir das sessões começou a se questionar sobre as implicações de seus esforços:

*Sempre me dediquei, fiz de tudo por meus filhos. Minha casa foi queimada, mas perdoei, sei que ela estava doente. Até mesmo o maior apartamento eu cedi para Maria, sendo que eu fiquei com o que estava inacabado. Quando eu perdi tudo, nenhum dos meus outros filhos me ajudou, pelo contrário, disseram que era minha culpa por não ter cuidado direito de Maria e Fernanda. Eu não entendo que mal eu fiz?(Catarina).*

Catarina aparentemente cumpriu a missão historicamente delegada às mulheres de mãe devota aos cuidados de seus filhos. Contudo, uma vida de dedicação aos filhos não garantiu o “sucesso” almejado pelos imperativos sociais acerca da maternidade. Em suas falas trazia constantemente conteúdos que remetiam à culpa de não ter sido uma mãe suficientemente boa e dedicada. Sinalizava que não sabia mais como proceder, principalmente no que se referia a Fernanda. Havia uma preocupação contínua em relação a saúde mental de sua neta, a qual remontava sua história com sua filha Maria.

*Maria começou desse jeito, desde a infância dela eu percebia algo errado. Sempre foi rebelde e distante de mim, fazia tudo para me irritar, depois que ela começou a namorar, melhorou, mas depois que foi abandonada arruinou de vez. Tenho medo que Fernanda acabe assim (Catarina).*

As falas de Catarina orbitavam em torno de si mesma enquanto figura materna, apresentada por ela como fracassada, pois não conseguiu ter filhos que não fossem *cheio de problemas*, chegando ao ponto de destacar que *desconfiava ser um defeito de fábrica*. As dificuldades de relacionamento apresentavam-se mais intensa no relacionamento com as filhas.

Segundo Catarina, Maria em momentos de crise ou mesmo nos surtos culpava-a pela impossibilidade de ter se tornado mãe, de ter roubado a filha dela. Essas falas se intensificavam nos acolhimentos de Fernanda, na qual Maria, segundo Catarina, questionava a intervenção do juiz ao dizer que nada neste mundo lhe dava o direito de prender e tomar sua filha.

Em seus momentos de surto, os delírios de Maria apontavam para questões como: O que dava o direito de tomarem sua filha? Um discurso médico? Jurídico? Ou um discurso materno, que não lhe possibilitou ser mãe?

Catarina relatava se sentir agredida ao ouvir de Maria que ela havia tomado Fernanda como sua filha, justificando-se ao mesmo tempo, que apenas assumiu essa função, pois ninguém podia cuidar de Maria e Fernanda como ela. Ninguém poderia entender o fardo e sofrimento que sentia. Catarina buscava afastar a ideia de que Fernanda ou Maria conseguiriam viver sozinhas, sem seus cuidados. *E se eu morrer o que será dessas meninas? Quem irá se preocupar com elas, se nem os técnicos dão conta?(Catarina).*

A dor e o amor confundem-se e se equivalem nas palavras de Catarina. Ser mãe para ela trazia o significado de padecer e, além disso, representava tudo que ela poderia ser. A

posição materna convocada por Catarina remete ao seu próprio narcisismo, na qual há um intenso investimento libidinal para com suas filhas ao expressar *como elas poderiam viver sem mim*? Não seria a relação ambivalente amor-ódio com suas filhas, resquícios de uma relação imaginária de um Édipo primitivo?

André (2011, p. 216) nos convida a repensar a relação mãe-filha, uma vez que para a menina “[...] a mãe se apresenta ao mesmo tempo como um objeto de amor (um Outro) e como um polo de identificação (um outro)”.

Para o menino, essas duas vias poderão ser cindidas pela entrada do pai em cena, no qual há a identificação com o paterno e a mãe permanecerá como objeto de amor. Com relação a menina, porém, a identificação com a mãe parece tornar-se uma condição para não mais amá-la, desvelando o paradoxo dessa relação.

André (2011) acrescenta que esse paradoxo não explica tudo, retornando, portanto, à discussão da dialética freudiana atividade/ passividade da relação primária mãe-filha. Na ligação exclusiva com a mãe, os objetivos sexuais da filha são de ordem tanto passiva quanto ativa, estando em constante conflito.

No contexto a que Freud nos refere aqui, ou seja, no seio da relação ao primeiro Outro, isso significa que a dialética atividade/ passividade equivale a uma oscilação entre ser o objeto da mãe e tomar a mãe por objeto: é uma luta em torno do objeto, do lugar do objeto, onde vão se distribuir as posições subjetivas (ANDRÉ, 2011, p. 219).

Para que a menina possa assegurar sua posição de sujeito ela precisa desvencilhar-se da posição de objeto do Outro, de objeto da mãe, tornando o próprio Outro o seu objeto. Nesse sentido, não seria a agressividade de Maria e Fernanda uma via de se desfazerem do laço do Outro materno que as a-sujeita? Suas queixas não estariam direcionadas à figura materna encarnada por Catarina?

Em Lacan (1969/2003) a criança satura a falta da mãe ao colocar-se no lugar de objeto e também pode dividi-la entre ser mãe e ser mulher. Entretanto, caso a criança não consiga desvencilhar-se esta poderá ser situada como objeto-dejeto do par familiar ou ficar presa como objeto do fantasma materno.

Miller (1998), ao realizar uma releitura de Lacan, ainda acrescenta que a criança não deverá representar tudo para a mãe, pois esta deverá encontrar o significante do seu desejo no corpo de um homem. A história de vida de Catarina, no entanto, apresenta alguns impasses quanto aos constructos teóricos apresentados. Catarina situava-se nas sessões como apenas mãe em detrimento do seu ser mulher. Suas filhas (Maria e Fernanda) representavam sua

felicidade e sofrimento, revestindo-se de um sintoma, o qual não conseguira se desvencilhar. As consequências de ser mais mãe do que mulher repercutiram em mal-estares a ela e suas filhas, traduzidas pelos constantes conflitos e agressões.

A criança ao nascer, de acordo com Soler (1998), presenteia no real o que é impossível de dizer no desejo parental em relação ao evento do seu nascimento. Ao passo que encarna a substituição do objeto para sempre perdido, o seu aparecimento no real oferece à mãe um gozo a mais, não relacionado à mulher, mas à própria mãe. A criança fornece a fantasia de que ela tampona o falta-a-ser da mãe. De acordo com Lacan (1969/2003, p. 5), “[...] a criança, na sua relação dual com a mãe, lhe dá imediatamente acessível, o que falta mesmo ao sujeito masculino o objeto mesmo de seu fantasma, o que aparece no real”.

Catarina, após seis meses de sessões, começa a desconfiar que havia um desconforto em sua vivência da maternidade e de sua função de cuidadora. Passou a trazer elementos indicativos dessas implicações nas relações com as filhas.

*Quando a Fernanda está no abrigo, ela é uma pessoa, quando está comigo é outra totalmente diferente. Me agride, me manipula. Quando quer algo basta dizer que não gosto dela e que por isso deixei que a levassem para o abrigo. Eu sinto pena dela. Quem poderia amá-la? Com as outras pessoas ela obedece, se comporta, atende a pedidos. Quando é comigo tenho que provar que a amo de tudo que é jeito (Catarina).*

André (2011, p. 221) vê nessa relação primária com a mãe, reatualizada em outras relações, não a partir de uma comunhão ou fusão: “[...] ao contrário, é uma luta ferrenha cujo objetivo em última instância é o de determinar quem vai devorar o outro (...). O destino da menina, aparece assim, como o de uma metáfora impossível ou de uma luta permanente para se elevar do registro da metonímia para a da metáfora”.

O amor de Catarina delineava-se como exclusivista, não permitindo a entrada de um terceiro, bem como denotava uma tentativa de reparar os equívocos nas relações primevas com suas duas outras filhas, principalmente com a mãe de Fernanda.

*As pessoas pensam que é fácil lidar com duas pessoas que são assim, difíceis. Elas são como crianças. O médico mesmo disse que elas têm idade mental de crianças. Às vezes tenho que dar comida na boca. O remédio eu tenho que implorar para usarem. Eu tento fazer diferente com a Fernanda para que ela não fique como a mãe dela. Levo ao médico, oriento, levo no CAPS, mas mesmo assim é a terceira vez que ela vai para o abrigo por me desobedecer (Catarina).*



Ao falar de Fernanda, Catarina sempre evocava como referência a vivência com Maria, como se tentasse elaborar situações dessa relação. No entanto, suas ações, orientações dos técnicos do CREAS e do juizado, não lograram, segundo ela, *dar conta de Fernanda*.

Durante o desenvolvimento infantil uma série de significantes são ofertados à criança, no intuito de que ela corresponda à ideologia narcísica dos pais, ou pessoas que façam essa função, a qual deseja que ela aceite a identidade para ela tecida antes mesmo de seu nascimento.

Qual seria, a partir dessa perspectiva, o lugar concedido a Fernanda e Maria no desejo de Catarina e qual os efeitos da relação primordial que elas estabeleceram com a figura materna? Seria a maternidade uma via de feminilidade possível para Catarina lidar com sua falta?

No segundo acolhimento de Fernanda, Catarina visitava-a diariamente, faltando inclusive ao trabalho. Trabalhava como auxiliar de serviços gerais em uma instituição pública. Relatava sua preocupação do que poderia acontecer à Fernanda na unidade, já que ela era em algumas situações agredida pelas outras adolescentes.

*Toda vez que chego no abrigo, ela me diz que sofre ameaça, que bateram nela e que eu não gosto mais dela, pois não estou me esforçando para tirá-la de lá. Sempre penso no pior. De que podem fazer o pior para ela. Quando ela saía pela rua eu entrava em desespero, pensava que não iria vê-la nunca mais (Catarina).*

As preocupações de Catarina traziam consigo possibilidades diferentes de interpretação no que concernia aos conteúdos que suscitava no decorrer de suas falas. A morte e o cuidado eram palavras que geralmente surgiam articuladas em suas falas, destacando um paradoxo dos sentimentos em relação a Fernanda. O sentimento de culpa de Catarina não seria proveniente desses sentimentos/conteúdos ambivalentes?

A culpa concedida às mulheres historicamente pelo insucesso da educação dos filhos (as) implicaria em um sentimento de desvalia por parte da mãe? Cabe aqui realizar um adendo quanto ao mal-estar sentido por Catarina em relação às cobranças de uma maternidade perfeita, exigida pelos dispositivos governamentais que a atenderam.

No mês de fevereiro de 2014, Catarina compareceu ao CREAS para falar comigo sem termos previamente combinado, demonstrava-se ansiosa. Relatou que um técnico de um CRAS encaminhara um relatório ao Ministério Público, o qual constava que ela era negligente e omissa e que não oferecia condições materiais e psicológicas para exercer o papel de

cuidadora. Mencionou ainda que fora intimada a prestar esclarecimentos ao referido órgão público.

*Fiquei com muita raiva e triste quando soube disso. Logo eu? O que querem mais que eu faça?...* A insatisfação de Catarina com o conteúdo desse documento trouxe outros desdobramentos em seus relatos em relação as intervenções dos especialistas. Além dos médicos que ela constantemente consultava, Catarina foi atendida e orientada por assistentes sociais, psicólogos, promotores e juízes, sendo que cada um desses autores sociais evocavam um olhar e saberes distintos no tocante a sua vida familiar.

### **Que lugar para o pai no discurso materno?**

O universo masculino tinha até então sido representado por figuras ligadas à posições de autoridade, as quais Catarina sinaliza dificuldades nessa relação por se sentir *inferior, diminuída* em sua função de cuidadora. Ao relatar sobre os contatos que manteve com Cezar, nome fictício utilizado para denominar o pai de Fernanda, Catarina pontuava que essa relação foi permeada de conflitos, principalmente após o adoecimento de Maria e do nascimento de Fernanda.

Catarina destacara que Cezar não assumiu sua responsabilidade enquanto pai e companheiro, não ajudando-lhe a cuidar de Fernanda e de Maria: *Fiquei com toda responsabilidade de cuidar das duas, não que eu reclame, mas homem parece que é assim mesmo.*

Em um ano de atendimentos a Catarina foram poucas as falas que remetiam aos seus contatos com as figuras masculinas. Sobre o seu pai destacou que *era um homem do seu tempo*. Não houve outra referência ao seu genitor. No tocante as relações amorosas, Catarina mencionou que fora casada há mais de 20 anos e que seu companheiro havia falecido há quatro anos. No entanto, não trouxe elementos referentes a sua relação conjugal. Após o falecimento de seu companheiro, Catarina teve outro relacionamento amoroso, porém devido a denúncia de um suposto abuso sexual por parte deste companheiro à Fernanda, Catarina rompeu com essa relação, não mantendo, segundo ela, nenhum outro compromisso, além do que mantinha com seus filhos.

No que se refere a Cezar, Catarina o situava como uma pessoa difícil de lidar e que nunca se comprometera a acompanhar o desenvolvimento de Fernanda. Quando ele foi contatado pela equipe do juizado para prestar esclarecimentos, Catarina demonstrou-se receosa com a possibilidade de que ele assumisse a guarda de Fernanda, pois esta já tinha sido acolhida pela terceira vez estando sob sua responsabilidade.

A figura do pai de Fernanda, surgira para Catarina como uma ameaça ao lugar de mãe/cuidadora que ocupava para filha dele. Caso houvesse a possibilidade de Fernanda ser reintegrada ao convívio do pai, o que restaria a Catarina, considerando que os cuidados dispensados a sua neta/filha era um modo de reviver e reparar o relacionamento com sua filha, Maria?

*Desde que ela nasceu, era apenas eu, ela e Maria. Sempre cuidei das duas* – essa era uma das falas trazidas por Catarina nas sessões. Salienta-se, que o parceiro de Catarina convivia com elas nesse período, porém ele não surge como um personagem que se destaca em seus relatos. Eram apenas elas.

A teoria psicanalítica atribui à figura paterna, ou ao sujeito que realiza essa função, o papel de limitador do gozo materno. Todavia, quando há forclusão do nome-do-pai, a função de operador lógico não poderá ser assegurada, deixando o campo livre ao significante da mulher, na qual a mulher não se divide. A forclusão do nome-do-pai poderá incidir em distintas psicoses. Contudo, cabe aqui realizar um adendo quanto à constituição de um sujeito e de suas possibilidades estruturais. Para a psicanálise, não há, de acordo com Lima (2002, s/n), uma equação, na qual um determinado tipo de mãe, de pai, de filho/a ou de uma cena familiar irá produzir um determinado tipo de sujeito. “[...] O que importa é o nome e sobrenome de cada sujeito, o mais particular dele, que é o seu gozo, de como esse gozo particular faz enigma para cada um”.

Lima (2002) ainda acrescenta:

[...] na clínica com crianças, se a criança é um suposto sujeito, é importante localizar qual é a sua resposta de sujeito à verdade do casal parental e ao fantasma materno, qual é a sua versão em relação à versão de pai e mãe com as quais ela tem que se haver. Não se trata de calcular o que é uma criança a partir do que ela é para o pai ou para a mãe, interessa como a criança se situa aí (LIMA, 2002, s/n).

A resposta do sujeito diante dessas vicissitudes é o que importa à psicanálise. Entretanto, não se pretende desconsiderar as cenas familiares de Catarina, na qual o homem e o pai se fazem ausentes e/ou representaram sofrimento à ela: um pai considerado *um homem*

*do seu tempo*, sobre o qual não tinha nada a dizer; um companheiro com o qual convivera por vinte anos, mas que nas sessões não trouxe cenas de convivência ou de investimento amoroso para com ele; um parceiro que suspostamente abusara de sua neta/filha; e o pai de Fernanda, o qual, segundo Catarina, não assumiu o seu lugar.

O silêncio proveniente por parte do universo masculino, sua ausência e, paradoxalmente, sua presença devastadora não teriam contribuído para a construção de uma relação exclusivista de Catarina com suas filhas? Se historicamente foi construído na cultura ocidental a imagem da mulher do lar, que se sacrifica pela família, como ela poderia dividir a responsabilidade dos cuidados das filhas com a figura masculina?

O diagnóstico de esquizofrenia paranoide de Maria e o possível transtorno mental de Fernanda estaria relacionadas ao fracasso da metáfora paterna, onde não há um corte feito pelo pai, ou aquele que o representa como função, entre mãe e filha? Não estariam elas ligadas à Catarina na condição de objeto do Outro materno?

A mãe ou a pessoa que exerce a função materna é a responsável para convocar o pai para que ocupe seu lugar no psiquismo da criança. Entretanto, quando não há castração no nível simbólico há forclusão, ou seja, a rejeição do Nome-do-Pai.

A importância que a mãe dá à fala do pai, a sua autoridade, é que irá imprimir no simbólico da criança o medo da castração que se configura sob a forma da Lei. Caso o discurso do pai real e simbólico falhem, o pai imaginário atuará, permitindo que a criança permaneça alienada no desejo da mãe, ou seja, continuará sendo o falo dela. E esse lugar que o pai ocupa na estrutura do filho “determina o tipo de organização psíquica que a criança ou o adolescente está desenvolvendo, de padrões mais normais até quadro psicopatológicos severos” (ROSA, 2004, 176).

O que é ser pai? Dor (1991, p. 13-14) vem nos dizer que sob o prisma psicanalítico, a noção de pai intervém como “um operador simbólico a-histórico”, que não implica em um pai encarnado, mas a existência de uma “entidade essencialmente simbólica que ordena uma função”. Nenhum pai para Dor (1991) é um fundador da função simbólica que representa, mas é o seu vetor.

Sendo assim, a presença de um terceiro, mediador do desejo da mãe e do filho, é suficiente para dar base à função do pai. Por meio dele é que é possível a operação simbólica, denominada por Dor (1991) de metáfora do Nome-do-Pai. Conforme Dor (1991), é durante essa operação simbólica que a criança substitui o significante do desejo da mãe pelo significante Nome-do-Pai.

Hurstel (2004) sublinha que a noção de função paterna foi teorizada por Lacan no campo do psiquismo entre 1956 e 1958, mas que também depende do corpo social, sendo que suas mutações são mais patentes no próprio campo da sociedade. “Efetivamente, as transformações atuais da paternidade são localizáveis antes de tudo no campo social (o do estatuto jurídico, econômico ... e do papel do pai)” (HURSTEL, 2004, p.105).

Lacan (1957/1998) no Seminário 5 em seu texto *Metáfora paterna*, diz que a discussão ambientalista, que se preocupa com a ausência do pai do ambiente, não é uma preocupação da teoria psicanalítica, no que tange ao pai do Édipo.

Falar da carência de Pai na família não é falar de sua carência no complexo. De fato, falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir uma dimensão que não é a dimensão realista, definida pelo modo caracteriológico, biográfico ou outro de sua presença na família (LACAN, 1957-58/1999, p. 174).

Lacan entende a queda da posição paterna como sendo singular de cada ser, antes de ser um fenômeno social. No texto *Mito individual do neurótico* (1953/ 2008), diz ainda que mesmo com a degradação da imagem do pai nas sociedades tradicionais, a função paterna continuaria agindo no seio familiar, tirando a criança do estado de natureza, do gozo materno, para inseri-la no mundo simbólico. O essencial, segundo Lacan (1958/ 1998, p. 197) “[...] é que a mãe funde o pai como mediador, daquilo que está para além da lei, dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal”.

A interdição do pai, além de fazer com que haja por parte da criança reconhecimento de limites, que há leis, regras e normas, promove sua saúde psíquica, quando o interdita de um gozo autístico, impedindo-o de “gozar indefinidamente, à sua própria sorte, com o próprio corpo, com o corpo da mãe, com o mundo, como se fossem objetos a seu dispor, extensões do seus corpo” (MENA, 2004, p.134).

Por meio das sessões, Catarina ainda questionava-se sobre a “escolha” de ser mãe, passando a trazer mais cenas de sua vida sem ter a presença de Maria e Fernanda. Essas cenas, segundo ela, proporcionavam-lhe ambivalentemente alívio e desconforto. O alívio residia na diminuição de suas responsabilidades e desgastes físico e emocionais, o desconforto, por sua vez, se ligava à desvinculação de sua função de cuidadora, de mãe.

O que significaria para Catarina se reinventar aos 56 anos? Quais seriam os outros desejos que poderiam ter para si? Catarina apresentava-se presa a uma compulsão a repetição, não apenas ligados à sua posição subjetiva, mas à própria história da mulher, a qual foi delegada a missão de cuidadora da prole, missão esta que atribuía sentido a sua vida, mas que lhe causava proporcionalmente sofrimento.

Havia uma constante busca por Catarina de um saber sobre como deveria proceder com seus filhos, sobre como ser mãe. Suas contínuas visitas/consultas aos especialistas produziam respostas que não a satisfaziam. Contudo, ela continuou atrás de respostas e alívio para os seus sintomas. Com relação as sessões ela mencionou que não queria encerrar, mesmo com o término da pesquisa.

## Glória

*Os objetos que a criança quer reter consigo  
não são mais tanto objetos de satisfação,  
e sim a marca do valor dessa potência que podem não responder,  
e que é a potência da mãe*  
(LACAN, 1956/1995, p. 69).

### Uma mulher que *cria*, mas não ama como mãe?

Glória era uma mulher de 33 anos que *criava* um filho e duas filhas, sendo que no período da pesquisa estava solteira e trabalhava em *casa de família*. Seu filho fora acolhido institucionalmente por estar em situação de risco social, fazia uso contínuo de substâncias psicoativas e vivia em situação de rua. Ele fora encaminhado para tratamento fora do estado em uma clínica especializada para usuários de substâncias psicoativas, na qual ficou em regime de internação por aproximadamente um ano. A partir do retorno de seu filho, Glória teve dificuldades em lidar com ele, sendo orientada pela equipe técnica do SAIN a dar continuidade aos atendimentos no CREAS.

Glória antes de participar da pesquisa requentava um grupo de familiares de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, o qual eu coordenava. Com o passar dos encontros relatou que necessitava ser *ouvida em particular*, pois o que dizia no grupo *incomodava as outras mulheres*.

A partir do convite realizado à Glória para que participasse desse estudo, foi agendada a primeira sessão, na qual ela se apresentou como uma mãe distante dos filhos, principalmente no que se referia à afetividade: *nunca deixei faltar o que comer, o que vestir e as outras coisas, mas eu não sou dessas mães que abraçam os filhos e diz que os ama. Talvez isso de alguma forma tenha contribuído para que eles fossem rebeldes, mas foi assim que fui criada*.

Segundo Glória, desde os doze anos de idade ela trabalha em *casas de família*, não conhecendo o amor dos pais, mas apenas a responsabilidade e o trabalho desde sua infância. Relatava ter uma *mãe indiferente, fria*, que apenas a *colocou no mundo*. Com relação ao seu pai, essa era uma figura ausente em suas falas, obsoleta na presença de sua mãe.

Nas sessões seguintes, Glória relatara o relacionamento com sua mãe como uma relação entre *dois estranhos*. Dividiram o mesmo espaço até que ela completasse doze anos, porém no período em que viveram juntas trocavam poucas palavras: *entre a gente não havia nada, nem raiva, nem amor, nem amizade. Ela me cuidou até quando quis.*

Glória falava de uma mãe que não investia libidinalmente em suas filhas. Era a irmã mais velha de quatro irmãs e, segundo ela, a relação de indiferença era a mesma para com as outras: *Todas saíram de casa quando pegaram corpo. Minha mãe sempre cuidou dela e do marido, os filhos foram se criando.*

Ao passo que Glória retratara o distanciamento de sua mãe para com as filhas, destacava a dedicação dela para com seu pai: *ela foi uma mulher que viveu para um homem só, após a morte dele ela nos jogou no mundo.* O pai de Glória falecera devido a complicações renais. Passado alguns meses de seu falecimento, sua mãe retornara para o Acre, sua cidade de origem, deixando as quatro filhas para trás.

Seria a mãe de Glória uma mulher marcada pelo excesso da posição feminina, a qual se faz como objeto do desejo de um homem? Quando *seu homem* estava vivo mantinha os cuidados para com as filhas, *as suportava*, conforme os relatos de Glória. Seria esse seu modo de viver a maternidade ou um meio de agradar o *seu homem*? Ela tinha *colocado filhas no mundo*, exercia a maternagem, mas não conseguia ocupar o lugar de mãe.

A história da mãe de Glória possui algumas similaridades com o mito de Medéia. Ambas oriundas de terras estrangeiras, encontraram um grande amor, na qual passaram a ocupar para seus homens um lugar de causa de desejo. Contudo, ao descobrirem que não mais ocupavam este lugar, foram capazes de realizar atos que transgrediram leis e feriam a moralidade de seus contextos. Na tragédia a mãe mata os filhos para vingar-se por ter sido substituída, a mãe de Glória, por sua vez, não podendo lutar contra a finitude da vida, abandona as filhas no âmbito da realidade, pois simbolicamente já havia indicativos desse abandono.

Medéia representa uma das faces do feminino, por meio da qual Eurípedes fala sobre o amor e sofrimento das mulheres. A heroína é representada por uma personagem que não encontra limites, é pulsional, está para além de um ordem fálica construída pela civilização. Sua marca são os próprios excessos humanos, que versam sobre um desejo inabalável.

Matar por amor situou Medéia em um outro lugar, que transpassa a lei. O que prendia Medéia ao mundo não era a lei dos homens, não era sua pátria, pois não tinha uma, estava



presa ao juramento de amor de Jasão, que o descumpriu, desencadeando assim um sofrimento irreparável e um gozo sem limites, para além da imago da loucura, o desejo de ser mulher em detrimento de alguma outra atribuição ou função até mesmo da própria maternidade. Nesse sentido, Medéia evoca a lógica do não-todo, da prevalência do desejo feminino.

Nos seguintes versos da tragédia é possível observar a posição da personagem mítica diante do abandono, onde há expresso uma justificativa para os crimes cometidos:

O meu marido, que era tudo para mim – isso eu sei bem demais -, tornou-se um homem péssimo. Das criaturas todas que têm vida e pensam, somos nós, as mulheres, as mais sofredoras. De início, temos de comprar por alto preço o esposo e daí, assim, um dono a nosso corpo – mal ainda mais doloroso que o primeiro (...). Vezes sem número a mulher é temerosa, covarde para luta e fraca para as armas, se todavia, vê-se lesados os direitos do leito conjugal, ela se torna então, de todas as criaturas, a mais sanguinária (EURÍPEDES, 1991, p. 28-29).

O sofrimento de Medéia de ter sido abandonada, de ter uma relação amorosa rompida, manifestou as consequências do ser “toda” mulher. Segundo Zalcberg (2003), na ruptura de uma relação amorosa, o sentimento de perda vivenciado pela mulher está intimamente relacionado com a perda de amor que a identifica como mulher. Com relação a mãe de Glória, a perda do companheiro pode ter resultado no “total” desinvestimento desse amor, subtraindo os resquícios de afeição que tinha pelas filhas.

O pai de Glória fora mencionado uma única vez nas sessões, sendo retratado como o marido de sua mãe: *não tenho quase nenhuma lembrança dele. Só lembro da minha mãe fazendo tudo o que ele queria. Ele se preocupava mais com a gente, mas sem melação, só com a mulher dele*. Tal relato caracteriza um relacionamento exclusivo entre um homem e uma mulher, o qual não permitira a entrada de terceiros, nem mesmo a das próprias filhas. Ao verbalizar as singularidades das relações com os pais, Glória não expressara ou relatara sofrimentos. Trazia essas cenas em suas falas de um modo desinteressado e em alguns momentos as ironizava: *e não é que faço igualzinho a minha mãe, por isso esses meninos são assim esculhambados* (sorria enquanto falava).

Ao se situar como “toda-mulher”, a mãe de Glória não proporcionou a ela preceder do lugar de mãe. Convém realizar um adendo quanto à utilização da expressão “toda-mulher”, a qual fora evocada apenas para enfatizar a posição possivelmente adotada pela mãe de Glória em seus relatos, pois como destacado nas fórmulas de sexuação, do lado feminino o “todo” não lhe cabe em qualquer posição, tendo em vista que o feminino é estruturalmente não-todo.

Ao enunciar que A mulher não existe no nível inconsciente, ou seja, não está sob o registro do falo, Lacan (1972-73/ 2008), diz que diante da falta de um significante específico, o sujeito feminino pode se valer de uma suplência:

“[...] o que suporta sob a função do significante, de homem e de mulheres, são apenas significantes absolutamente ligados ao uso discorrente da linguagem. Se há um discurso que lhes demonstre isto, é o mesmo discurso analítico, ao por em jogo o seguinte, que a mulher não será jamais tomada senão em função na relação sexual enquanto mãe (LACAN, 1972-73/ 2008, p. 49).

Ainda acrescenta: “[...] Para este gozo que ela é não toda, quer dizer, que a faz ausente de si mesma, ausente enquanto sujeito, ela encontrará, como rolha, esse a que é seu filho” (*op. cit.*). Não há A mulher em Lacan, porém a mãe surge como um possível nome da feminilidade para algumas mulheres. Ao assumir o lugar de mãe, a mulher passa a localizar-se do lado esquerdo das fórmulas de sexuação, ou seja, estará submetida à função fálica e, por conseguinte, à castração. A maternidade, portanto, faria da mãe um sujeito barrado.

A vivência do materno apresentada nos relatos e fantasias de Glória com relação à sua mãe, porém, não retratam uma mulher que em seu ser localizou suas filhas como objeto de seu fantasma, mas ela mesmo coloca-se como *objetoa* para o seu companheiro. Nesse sentido, considera-se que o gozo da mãe de Glória era um gozo Outro, não um gozo fálico, pois as filhas foram tomadas como uma via de acesso ao seu companheiro, seu homem.

Para Glória a maternidade fora vivenciada como um lugar subjugado pelo feminino, de menor importância. Entretanto, e em virtude de ser estruturalmente não-toda, o descaso relatado pelo materno não era consoante com o relacionamento descrito por ela com seus filhos, pois ora era apresentado como mais um trabalho e ora como fonte de preocupações.

Glória sempre mencionava a luta diária por seus filhos, mesmo ressaltando constantemente as dificuldades de manter um laço maternal para com eles. Além do seu filho, que fazia uso de drogas, Glória também tinha um filha de quatorze anos que passou a usar drogas no período em que seu irmão estava internado. Diferentemente da *luta diária* com relação ao seu filho, Glória considerava o uso de drogas de sua filha como um traição, pois a considerava como o seu *braço direito*, aquela que iria *lhe suceder como mulher*.

*Ela me traiu quando começou a usar drogas. Via minha luta, mas mesmo assim foi pelo mesmo caminho. Tive que expulsá-la de casa* (Glória). O excerto dessa fala desvela um cruzamento das histórias de vida, a manifestação de um legado subjetivo. Na adolescência Glória fora abandonada por sua mãe e em seus relatos demonstrava repetir a mesma relação

para com as filhas. Diferentemente de seu filho, com o qual *luta diariamente*, Glória não empreendera a mesma *luta* com a filha, que saíra de casa e constituiu um relacionamento marital, no qual teve uma filha.

Assim como sua mãe, Glória buscava um distanciamento seguro dos filhos, principalmente para com a filhas. No tocante a sua filha de 13 anos de idade, que residia com ela, sinalizava essa mesma relação: *a outra que mora comigo, sabe como sou. Eu já disse pra ela que o máximo que vai conseguir de mim é uma casa e um prato de comida.*

Para suas filhas, Glória apresentava dificuldades em ocupar o lugar de mãe, apresentando-se primordialmente como mulher nessa relação, no entanto, para com o filho, mesmo pontuando o mesmo desinteresse, havia uma configuração de relacionamento diferenciada.

Nas sessões destacara que estava gostando dos atendimentos, que lhe faziam refletir sobre sua vida, porém o receio de outra recaída de seu filho lhe deixava preocupada. Glória dizia atender a maioria das solicitações de seu filho, mesmo não concordando com elas, na tentativa de evitar conflitos e de não dar motivos para que ele voltasse a usar drogas. Entretanto, segundo Glória, o que ele queria era impossível para ela dar: *o que ele quer é atenção, carinho, sabe ... essas coisas de ficar pegando, mas eu não sou assim, vai ter que se contentar.*

Ao passo que Glória delineava a relação que estabelecia com os filhos, dentro de um distanciamento por ela considerado seguro, indicava o medo de perdê-los. Há duas coisas nessa vida que eu não posso perder: *meus documentos pessoais, pois eles dizem quem eu sou e meus filhos.*

O medo de perder os documentos e os filhos, remetem a uma identidade e ao seu ser mulher. Em seus documentos pessoais há o registro de um nome, do seu sexo e de uma filiação, sendo estes significantes que orbitam sua história de vida. O medo de perder seus filhos, fala sobre o seu ser mãe. Nas sessões, porém, paradoxalmente, Glória trazia constantemente a palavra culpa, salientando que ela não fazia parte de seu vocabulário: *Nunca me senti culpada por nada, sempre fiz tudo que podia pelos meus filhos, tentei até falar a língua deles, a língua de drogados, mas eu não consegui, na verdade não me vejo como mãe.* Destacando ainda:

*É isso mesmo, eu não me vejo como mãe dos meus filhos, eu me vejo sim como uma tia distante que pegou os sobrinhos para cuidar... Não sou uma mãe*

*carinhosa, que beija, abraça e diz que ama. Nem como meus companheiros consigo ser assim.... Não sou essa mãe que todo mundo diz por aí, que o juizado fica cobrando.... Dou de comer, mando para escola, trabalho e dou aquilo que está faltando, mas além disso, sem chance. Minha mãe era desse jeito, na verdade hoje eu sou melhor do que ela, pelo menos eu cuido. Ela além de ser fria, não cuidava de mim, parecia que eu atrapalhava a vida dela. Sai de casa muito cedo, tive que me criar sozinha, trabalhando na casa dos outros (recorte de sessões variadas - Glória).*

Glória ao destacar sua experiência com o materno retoma a relação que estabelecia com a mãe, apontando como seria possível para ela ser boa mãe, se foi abandonada pela sua própria mãe. Entretanto, enfatizou a diferença entre esses dois momentos ao relatar que ela cuida de seus filhos: *as psicólogas que me atendiam deviam achar que eu não cuido quando veem o jeito dele, mas já faz dois anos que estou nessa luta. Eu vivo em função disso, só vou pro trabalho, volto para casa e minha saga continua: vou ao CAPS, venho aqui, vou na escola, parece um saga que nunca tem fim.*

O cuidado referido por Glória remete a uma maternagem, aos cuidados dispensados para garantia da sobrevivência de uma criança. Nas sessões Glória buscava desvincular-se em suas falas das demandas de reconhecimento e amor por parte de seus filhos.: *ele vive dizendo que gosta de mim, que me ama, só que não respondo nada, eu desconverso. As vezes eu até finjo e digo que amo, mas eu sei que ele percebe que só é uma palavra solta que sai da minha boca.*

Em uma das sessões Glória trouxe conteúdos referentes ao filme que tinha assistido, “Precisamos falar sobre o Kevin”. Glória disse ter se reconhecido no filme, relatou que era a mãe de Kevin: *sou daquele mesmo jeitinho dela, cumpro uma função e não me peçam mais do que isso. Se depender do meu amor para eles se livrarem das drogas, esse amor como dizem, amor expresso, eles vão se dar mal. Eu não gosto de brincar com eles, de conversar, às vezes eu brinco com o meu cachorro, ele até que me faz feliz de vez em quando.*

O uso de drogas por parte do filho de Glória pode ser compreendido como um sintoma, que responde à subjetividade de sua mãe. Nesse sentido, faz-se mister explorar a identificação de Glória com a mãe de Kevin, que no filme se chamava Eva, e das possíveis implicações dos sintomas apresentados por seu filho com sua dificuldade de colocar-se no lugar de mãe.

## Precisamos falar sobre esse garoto

O filme *Precisamos falar sobre Kevin* (2011), baseado no livro da escritora norte-americana Leonel Shriver, tendo como principais personagens Eva, interpretada por Tilda Swinton, e seu filho Kevin, encenado pelo ator JasperNeweel, retrata a história de uma família que está imersa em não-ditos. Essa obra cinematográfica é passível de variadas análises a partir de perspectivas distintas pelos conteúdos que suscita, no entanto, considerando os objetivos da pesquisa e das correlações estabelecidas por Glória com a mãe de Kevin, nos ateremos a relação mãe-filho.

O início do filme retrata uma cena em que Eva participa da festa dos tomates na Espanha, conhecida como *La tomatina*. Há um deslumbramento nas expressões da personagem ao vivenciar aquele momento, no qual demonstrava o auge da sua liberdade e felicidade ao ser carregada por uma multidão de braços abertos. No entanto, esse era um dos inúmeros recortes de seu passado, sendo este recurso utilizado no filme com intuito de contrastar o antes e o depois da chegada de uma criança na vida do casal.

A cor vermelha marca a cena inicial como um prenúncio da tragédia que estava por vir, porém seu uso intencional evoca uma outra analogia atrelada à mulher: a fertilidade. A menarca é um dos componentes fisiológicos que marca a vida de uma menina que está em vias de se tornar mulher. Até o final do século XVIII, período em que não havia uma delimitação da infância, adolescência e vida adulta, caso uma menina sagra-se pela primeira vez esta era considerada mulher e estava apta para o casamento. O vermelho, nesse sentido, representa uma simbologia ligada a fecundidade, à vida, como também encarna sentidos diametralmente opostos como a própria morte.

Outro ícone representante do feminino é o próprio nome da personagem, Eva, que significa mãe de todas as criaturas, e ainda representa a figura daquela que trouxe o pecado ao mundo e que devido a sua desobediência ao Deus-Pai, sofreria ao dar à luz aos seus filhos.

Segundo Bourdieu (2002, p. 18), “[...] o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”. O corpo da mulher foi considerado historicamente como um meio de garantir a perpetuação da espécie, de uma linhagem. Eis um dos elementos problematizadores do filme: não bastou ser Eva, mulher, para ser mãe, era preciso de algo a mais.

Retomando as cenas do filme, a primeira gestação de Eva surgira como uma promessa ao seu marido. Não havia um desejo de maternidade expresso por ela, mas um endereçamento de uma mulher a um homem. Em sua gestação, Eva demonstrava-se desconfortável com a aparência de seu corpo, olhava-o como algo desconhecido, como se não fosse dela.

Em suas gestações Glória também relatara esse estranhamento do corpo: *tive três e nas três vezes foi esquisito, ter uma coisa crescendo e te incomodando por dentro, sem contar que acaba com o corpo depois*. Ter uma *coisa crescendo*, remete a algo não contornado pela fantasia de Glória. Não havia indícios de expectativas com relação aos filhos, de como seriam, qual seria o sexo deles. Eles cresciam e incomodavam. Eram esses sentimentos expressados por Eva nas cenas em que aparecia grávida. No momento do nascimento de Kevin, ouve-se uma voz feminina dizendo: *Eva para de resistir*. Eva parecia não querer deixar nascer seu filho. Na cena seguinte, ela está sentada em seu leito, enquanto Franklin acalenta Kevin sentado ao lado dela, porém Eva não direciona seu olhar ao filho recém-nascido, demonstrando-se em choque com essa realidade, com o estranhamento da maternidade.

As cenas seguintes são marcadas pelo esforço de Eva em cuidar de Kevin. Quando bebê, ele chora continuamente, exaurindo-a física e emocionalmente. Franklin surge e diz que ele precisa apenas ser acalentado. Em uma das cenas, Eva segura Kevin, tentando simular um sorriso para ele, não mantendo um toque pele à pele e sim uma distância segura, inclusive nas brincadeiras. Exercia uma maternagem, cumpria seu papel social, mas se demonstrava distante enquanto uma mulher que realiza a função materna, revestindo de significantes o corpo do filho. As cenas da infância de Kevin não apresentam um desejo de maternidade por parte de Eva, mas uma mulher que cuida de uma criança.

Nas sessões com Glória, a dimensão do cuidado era demarcada em suas falas, mas se referiam a atos cotidianos e não à constituição de um vínculo entre mãe e filho. A *luta* que tivera por dois anos com ele, não desvelam um vínculo de amor para com seu filho. Glória percorrera diversas instituições e especialistas para encontrar uma resposta para o uso de substâncias psicoativas por parte do seu filho. Participara dos atendimentos no CAPS Infantil, comparecia aos atendimentos no CREAS, consultava médicos, psicólogos, assistentes sociais, porém nenhuma dessas instituições ou especialistas tinham uma resposta ou tratamento assertivos para seu filho.

Eva também procurara um especialista, pois considerara anormal Kevin não conseguir falar em sua infância. No entanto, o médico consultado não identificara nenhuma problemática física ou de ordem psicopatológica na criança. O enigma de seus silêncio

continuara, assim como o enigma do uso de drogas por parte do filho de Glória permanecera indecifrável, porém situava-se para ela como uma meia-verdade.

Cuidar é diferente de desejar. O desejo incide sobre uma fantasia e não tem uma representação própria. O ato de cuidado, por sua vez, está relacionado à satisfação de uma necessidade, como alimentação. Satisfazer uma necessidade não representa realizar um desejo, que por sua essência é irrealizável. A gravidez pode fornecer à mulher uma ilusão de completude, porém mesmo recoberta por essa fantasia, a falta permanece. O desejo de dar à luz a um bebê, no intuito de que este substitua o falo, através de uma linha de equação simbólica assim como proposta por Freud (1924/1996) não respondeu ao enigma da feminilidade dessas duas mulheres de modo que as satisfizessem.

Em Lacan (1956-57/ 1999; 1957-58/ 1999) nos Seminários 4 e 5 , este refere-se ao desejo da mãe, a qual é apresentado a partir do momento em que a criança se oferece à mãe como o falo, sendo esta condição imprescindível para que haja a simbolização do filho e sua introdução no mundo da linguagem. Contudo, o desejo da mãe requer uma mediação conferida pelo pai na ordem simbólica. Ambos significantes participam na determinação do sujeito.

Em seu texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível de uma psicose*, ao discutir o caso de Schreber, Lacan (1957-58/1999) salienta a articulação entre esses dois significantes, situando a significação do falo, ou seja, o significado que tem o desejo do Outro, como um trabalho empreendido pela metáfora paterna. De acordo com Lacan (1957-58/1999, p. 563) “Isso se aplica, assim, à metáfora do Nome-do-pai, ou seja, à metáfora que coloca esse nome em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe”. A falha do Nome-do-pai em substituir o significante materno pode produzir um sintoma infantil, mas não sem os pais.

Freud definiu o sintoma como a etapa final de uma doença, uma aliança de compromisso resultante de um conflito oriundo de uma defesa que não obteve sucesso. O recalque nesse sentido possui um caminho bifurcado, que se impõe ou retrocede. Todavia, segundo Freud, a criança não conhece o desgosto do recalque.

Segundo Lévy (2008), essa especificidade, indicada por Freud, sinaliza que o sintoma infantil, ou melhor, *sinthome*, se constitui a partir das demandas, angústias, de um dos pais, ou dos dois. Os pais, de acordo com Lévy (2008, p. 63), estão intimamente implicados nessa operação, “[...] a maneira como para consigo mesmo, cada um deles considerando

separadamente, a questão da lei, representada pelo Nome-do-Pai, for ou não integrada terá por efeito certo número de consequências na criança”.

Quando há na operação metafórica Nome-do-pai uma falha, a mãe ou sujeito que exerça essa função, pode assumir o papel de sensor, atributo do pai, ou aquele que faz essa função, o que poderia levar a vários tipos de perversão, segundo o autor. Tendo em vista esses pressupostos teóricos, como foi possível a operação do Nome-do-pai para o filho de Glória e para ela mesma em uma relação que indica a exclusão de um terceiro que faça essa função?

No filme a figura paterna surge como um personagem plástico, que compõe o cenário familiar, porém sua artificialidade não lhe permitia atuar enquanto um sujeito que opera a função paterna. Franklin não intervém assertivamente na relação mãe-filho, colocando-se passivamente nas situações que demandam sua posição. O que existia era Kevin e Eva.

Nas sessões, Glória não trouxe uma figura que pudesse colocar limite ao seu filho, era apenas ela e ele: *Esse menino não respeita ninguém, você viu como é, ele xinga até o médico. Na clínica era do mesmo jeito.* Quando perguntei sobre o pai de seu filho, prontamente respondeu: *Faz diferença ele estar vivo ou morto? Sou eu e meus filhos, só.* Não houve outros comentários nas sessões sobre o pai do seu filho.

O ato cometido por Kevin e o uso de drogas do filho de Glória desde os sete anos de idade não seriam vias sintomáticas de captura do Outro materno? Glória relatara que ele fazia de tudo para chamar sua atenção, *assim como o menino do filme.* Kevin em sua infância demonstrava não falar porque não queria, não interagira com sua mãe quando esta se dispunha a isso, além de manipulá-la com seu aparente descontrole dos esfíncteres. As constantes provocações de Kevin, que se traduziam em uma demanda desesperada endereçada ao Outro materno, culminaram no ato de violência por parte de Eva que o lançou contra o chão, provocando uma fratura no braço de Kevin. Em outra cena do filme, já adolescente, Kevin disse que essa foi a atitude mais sensata por parte da mãe.

A que se referia essa sensatez? A um corte? Uma barra ao desejo desenfreado? Destaca-se que o ato violento foi um dos poucos contatos de pele à pele, providos de manifestação de sentimentos, que Eva teve para com Kevin. Uma outra cena desse contato, na qual Eva teve um vislumbre de uma relação mãe e filho, ocorreu quando Kevin adoeceu. Houve uma troca de olhares e contato, mas que logo foram substituídos pelos mal-entendidos e conflitos.



Glória relatara nas sessões cenas de conflitos e insultos: *às vezes eu tenho vergonha dele. Ele grita comigo na rua, tenta me derrubar da moto quando não quer ir ao médico. A vontade que dá se eu tivesse dinheiro era de abandonar.*

Kevin e o filho de Glória exigiam de suas mães uma relação exclusiva, mesmo sendo destrutiva. Ambos queriam capturar suas mães apenas para eles. Eva na infância de Kevin tentara desvincular-se das demandas do filho, construindo para si um espaço que remontara sua vida antes da maternidade, na qual era uma mulher que possuía carreira e era independente. No entanto, Kevin invadira esse espaço, reivindicando novamente a “toda mãe” de Eva. Do lado de Glória, seu filho também demandara do seu tempo e da sua atenção continua. As idas ao CAPS infantil, ao posto de saúde, à escola, à rua para ir em sua busca era sua rotina. Mesmo negando o lugar que ocupara como mãe para os filhos, cumpria suas atribuições.

Estariam Kevin e o filho de Glória presos ao lugar de falo de suas mães, alienados no desejo materno? Após cinco meses de sessões, Glória não compareceu mais às sessões. Em seu último contato disse que já tinha resolvido seu problema. Encaminhara os filhos para conviver com sua mãe.

## Sarah

*Direi – afinal de contas, o de que se trata é  
menos lembrar do que reescrever a história*  
(LACAN, 1953-54/ 1986, p. 23)

### Para ser mãe é preciso adotar o filho simbolicamente

Sarah era uma mulher de 48 anos, mãe de quatro filhos, sendo estes três mulheres e um homem, funcionária pública e no período das sessões dizia estar namorando o seu ex-marido. Uma de suas filhas, denominada nesse trabalho de Marta, havia sido acolhida institucionalmente por estar em situação de rua utilizando substâncias psicoativas. Entretanto, devido as constantes saídas da adolescente da Unidade Acolhedora sem autorização e pelo uso contínuo de drogas, que a expunham a situações de risco pessoal e social, esta fora encaminhada para tratamento fora do estado em uma clínica especializada para usuários de drogas, permanecendo em regime de internação por aproximadamente dois anos.

Assim como Glória, Sarah participava do grupo de familiares de crianças e adolescentes que estavam acolhidos institucionalmente. Convém destacar que durante sua participação no grupo sua filha ainda encontrava-se na clínica.

Com o encerramento das atividades de grupo, Sarah solicitou acompanhamento individual, pois havia *coisas* que queria dizer, mas não se sentia à vontade para falar no grupo. Desse modo, realizei o convite para que participasse da pesquisa, a qual consentiu em participar. Com o início das sessões, Sarah apresentava-se como uma mãe *trabalhadora*, independente, mas que cometeu *equívocos* no decorrer da sua vida. Esses *equívocos*, segundo Sarah, estavam relacionados aos cuidados e educação dispensados aos filhos. Havia em suas falas sentimentos de culpa, por não ter conseguido ser uma boa mãe.

Na tentativa de reconstruir a história sobre o envolvimento de sua filha com o uso de drogas, Sarah relatou que quando a adotou percebia *algo diferente*, uma *revolta* por parte da criança. Destaca-se que Sarah havia adotado duas irmãs quando estas tinham 4 e 5 anos de idade, respectivamente. Marta no período da pesquisa tinha completado 18 anos.

Sarah relatou que sua filha conhecia a mãe biológica e que possuía fortes vínculos para com ela. Após a adoção a genitora ainda entrou em contato com as filhas. Sarah acreditava que esse reencontro resultou em muitas *complicações* para o relacionamento com Marta. Surgiram questionamentos nas sessões por parte de Sarah quanto a herança *genética e familiar* sobre o uso de drogas, pois a genitora de sua filha utilizava drogas e se prostituía, sendo que estas situações também foram vivenciadas por Marta.

A relação entre Sarah e sua filha era apresentada nas sessões de forma ambivalente. Ao mesmo passo que verbalizava querer que a filha retornasse do tratamento também recuava diante dessa possibilidade, demonstrando sentimentos contraditórios quanto à sua reabilitação e mudanças: *o coração de mãe sabe quando o filho vai dar problemas, não vai prestar, mas mesmo assim tenho esperança de que ela volte outra pessoa.*

Sarah nutria fantasias de que outra pessoa retornaria do tratamento. Não seria Marta, mas talvez a criança imaginariamente adotada por ela. Nesse sentido, as desconfianças de Sarah quanto a herança materna e familiar de Marta não teriam dificultado a inscrição simbólica dela como sua filha?

Em um processo de adoção não apenas os pretensos pais adotam simbólica e imaginariamente uma criança, mas também essa adoção ocorre por parte da criança com relação ao(s) adotante(s). No caso de Marta, Sarah sinalizava em seus relatos que já havia essa inscrição de filiação, não possibilitando a entrada de outra mãe.

Sarah situava as dificuldades de relacionamento como inerentes à sua própria história de vida, na qual os vínculos com seus pais eram diferentes dos que são cobrados pela sociedade na contemporaneidade, principalmente depois do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente: *parece que os pais ficaram perdidos, não sabem mais educar. Tudo virou trauma agora. Antes bastava garantir a alimentação, vestimenta e quem sabe a educação, mas hoje esses adolescentes, até mesmo as crianças, precisam e querem outras coisas.*

Além das dificuldades da educação e cuidados dispensados aos seus filhos, principalmente para com Marta, Sarah reiteradamente dizia que era difícil *ser mãe de alguém que já tinha uma mãe*. A presença de outra figura materna, segundo Sarah, dificultava a construção de uma relação mãe e filha.

*Acho que ela não conseguiu trabalhar nela o abandono da mãe e eu não soube como ajudar (Sarah).* Por meio dessa fala, Sarah traz um fenômeno que geralmente surge em casos

de adoção. “A culpa é sempre da mãe que abandona”. Se historicamente a mãe foi moldada a dispensar os cuidados aos infantes, então seria ela a principal responsável pelo abandono, pois seria sua missão zelar pela integridades dos filhos. Em alguns processos de adoção que acompanhei, não raramente os pretensos adotantes faziam primeiramente questionamentos sobre a origem da filiação materna, relegando a figura do pai a um segundo plano. A construção cultural e histórica do materno produziram lugares distintos para o pai e a mãe na economia psíquica da criança. A partir de uma perspectiva lacaniana, destarte, o pai é introduzido como um terceiro por meio do discurso materno, do desejo de uma mulher, que o convoca a assumir o seu lugar. Antes do Édipo há um pré-Édipo, caracterizado por uma íntima relação com a mãe, principalmente por parte da menina, que a partir dessa relação constrói sua feminilidade.

Em Lacan (1969/2003), tanto a função da mãe como a função do pai devem estar relacionadas à nomeação de um desejo. No tocante a mãe, sua função é expressa por meio da maternagem que indicam um interesse particularizado, com relação ao pai, sua nomeação personifica a lei do desejo.

Diferentemente da sua irmã, de acordo com Sarah, Marta sempre foi mais distante e ficava testando seu interesse por ela:

*Eram nas pequenas coisas que ela me testava, porém ela sempre tinha inveja e se inferiorizava a outra irmã. Fico me perguntando se alguma vez ela me considerou como mãe, pois nunca esqueceu a outra e toda vez que tínhamos uma discussão ela dizia que queria voltar para casa da mãe dela (Sarah).*

Ao considerar os questionamentos de Sarah, qual lugar Marta teria ocupado em seu desejo? Seria o lugar de filha? E quanto a Marta, o que buscava ao testar Sarah? Seria um apelo de reconhecimento ou um meio de conservar sua história com a mãe biológica?

O desejo da mãe em Lacan (1956-57/ 1999; 1957-58/ 1999) está ligado ao fato de o filho se apresentar à mãe como um falo que obtura sua falta, tornando-se um objeto que venha a satisfazer o seu desejo de completude. Sarah demonstrava em seus relatos não ter conseguido lidar com as demandas de Marta. As drogas, a prostituição, a relação de Marta com sua mãe, aumentavam o distanciamento entre ambas. No entanto, com relação a Bruna, a irmã mais nova, houve um despertar do desejo de mãe em Sarah. O reconhecimento dessa relação diferenciada, suscitou nas sessões sentimento de culpa por parte de Sarah: *Deus é testemunha de como eu tentei amar meus filhos igualmente, mas a mãe sempre tem um preferido. E nesse caso é a Bruna.*

No processo de adoção, Sarah tinha optado por apenas uma criança, porém a equipe técnica que a atendia, a convencera de que separar as irmãs causaria graves prejuízos emocionais a elas: *eu me senti acuada, não queria causar sofrimento. Só queria dividir o meu amor. Fui convencida.*

A adaptação, segundo Sarah, ocorreu progressivamente e com *algumas dificuldades já esperadas*. À medida que conhecia às crianças surgiam identificações. Inicialmente a preterida era Marta, por ser mais desinibida e alegre, porém, a ligação com a mãe biológica, as distanciou, fazendo com que Sarah se dirigisse à Bruna, a qual se demonstrou mais receptiva com relação ao seu desejo de reviver a maternidade.

*Bruna sempre foi mais carente de mãe, de tudo, já Marta não, sempre foi muito independente, e já tinha uma mãe, mesmo de vez em quando dizendo que a odiava por tê-la abandonado (Sarah).*

Aceitar Sarah simbólica e imaginariamente como mãe poderia representar para Marta uma nova perda, um outro abandono? Não seria este distanciamento uma forma de proteger-se do desamparo? Sarah relatara nas sessões querer *curar as feridas e mágoas* de Marta com relação as experiências que esta vivenciara, mas não conseguia substituir a mãe do abandono.

Em Lacan (1969/2003, p. 369) é na medida em que a mãe demonstra seu interesse particularizado, mesmo por intermédio de suas próprias faltas, que a criança poderá ser inscrita em uma ordem simbólica. Nesse sentido, Marta já havia encontrado com o grande Outro, não necessariamente por meio de sua mãe biológica, mas através de alguém que representava esse lugar. O que Marta buscara por meio da fantasia de reencontro com a mãe, carne de sua carne, era uma busca do objeto que para sempre está perdido. Eis a condição de desamparo que tanto o homem quanto a mulher são confrontados.

Esse Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que poderá presentificar-se do sujeito. Segundo Lacan (1964/ 2008, p. 193) “[...] o que se deve fazer como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça no Outro”. A partir dessa perspectiva, o Outro sinaliza o inevitável da alienação do homem à linguagem. Antes mesmo de nascer a criança já está inserida em um universo simbólico, que a determina. Antes que a criança fale, já é falada e significada por alguém, ou talvez permaneça no silêncio. Ambas situações irão incidir na sua constituição subjetiva.

A primeira mãe de Marta falara de sua filha, estava presente mesmo em sua ausência na realidade. Oferecia à Marta um suporte de identificação especular, o qual está ligado ao Outro primordial. A mãe, como destaca Lacan (1960/1998), media, a constituição da criança

da imagem de si mesma. Sarah, desse modo, diante do Outro materno, era considerada uma estranha, alguém que poderia intervir na busca do objeto perdido.

Conflitos e trocas de ofensas eram comuns na relação entre ambas. Havia momentos em que compartilhavam de uma relação mãe e filha, porém em seguida surgiam as *desconfianças e acusações*. A entrada na adolescência de Marta fragilizou mais essa relação, segundo Sarah. Marta passou a cometer furtos, a usar substâncias psicoativas, a participar de gangues e a prostituir-se: *Não havia nada que fizesse ela ficar em casa*.

A adolescência, caracteriza-se, a partir de uma leitura psicanalítica, por uma série de perdas e lutos, vivenciados pelo sujeito que adolece: o luto do corpo, da identidade e dos pais da infância, bem como o luto pela bissexualidade infantil, constituem essa travessia, exigindo do sujeito um outro posicionamento subjetivo a partir da revivência do complexo de Édipo (ABERASTURY, 1981; BLOS, 1998).

A participação de grupos, também é característico nesse período de desenvolvimento humano, representando uma outra forma de estabelecer relações identificatórias e ingresso no mundo da cultura. Para Marta tornou-se uma via de lidar com a falta e o desamparo, tamponando-as com substitutos. Herzog e Saltrager (2011) consideram que o declínio da autoridade simbólica – e das instituições sociais, que serviam aos adolescentes como referência – acarretam na exacerbação desses sentimentos. Dentre as autoridades simbólicas em declínio estão as das próprias figuras parentais, que deverão ser elaboradas pelo adolescente para que ele ingresse na vida adulta.

Dentro de um desenvolvimento “normal” o adolescente aceita progressivamente as perdas do corpo e papéis infantis, ao mesmo passo que elabora a imagem dos pais atuais.

Este tema é básico na compreensão psicodinâmica da realidade infância-adolescência-maturidade como concepção psicanalítica do processo evolutivo. Não existe um processo solipsista. A interação família-criança e família-adolescente é permanente e básica na estruturação da personalidade. (KNOBEL, 1981, p.14).

No luto pelos pais da infância, de acordo com Rosenthal e Knobel (1981), os pais reais externos encontram-se deslocados no contexto da personalidade do adolescente, dando lugar a uma imagem paterna idealizada representada, principalmente, por professores, ídolos, amigos, entre outros personagens significantes a ele. Há uma reelaboração das relações objetais parentais internalizadas.

Para estas idealizações o adolescente se vê na imperiosa necessidade de buscar refúgio. É no retraimento e na solidão que elaborara o luto pela perda dos pais da infância, em uma conduta quase autista.

A busca por estes períodos de solidão auxiliam o adolescente no estabelecimento de vínculos com os objetos internos neste processo de perda e de substituição de imagens internas que por fim, enriquecerão o ego. Há ocasiões em que a solidão facilita o pensamento paranóide de abandono onde o adolescente idealiza vinganças e revanchismos contra seus pais. O ódio às figuras parentais pode ser uma saída dentro desta elaboração psicopática-paranóide (KNOBEL, 1981 p.15).

É de fundamental importância ao adolescente desligar-se dos pais da infância, mesmo que por meio de idealizações, porém para que esse rompimento se dê de forma “saúdável” os pais precisam ser presentes (ALBERTI, 2004). Segundo esta autora, o adolescente precisa dos pais para separar-se deles, por isso é importante que eles não se separem do adolescente antes, ao passo que ele estaria exercitando um novo lugar de filho, de filho que pode ter como referência seus pais por já tê-los internalizado.

Se os pais creem que o filho já não os ouve e por isso largam mão dele, se eles cessam de ainda tentar afirmar seu filho com o desejo que sempre os fez sustentá-lo, então o filho já não poderá exercitar-se aí e o primeiro movimento é o de buscar, a qualquer preço, a presença desses pais, normalmente num movimento que se convencionou identificar como “chamar a atenção” (ALBERTI, 2004, p.188).

As diversas configurações, segundo a autora, familiares da contemporaneidade tornam mais trabalhosa a passagem dos adolescentes à vida adulta, em um contexto que a autoridade paterna e os ideais deixam de ser pontos de referência para o adolescente, podendo as taxicomantias e os atos infracionais ser pensados como “ritos de separação”.

Freitas (2002), entende que o uso de drogas e o ato infracional podem ser utilizados como um recurso do adolescente, diante da dificuldade de se desligar da autoridade dos pais, diante da dificuldade de se separar do Outro. O uso de drogas, os furtos e a prostituição não seriam as vias sintomáticas de Marta para desvincular-se do assujeitamento do Outro?

Outro conteúdo que emergiu na adolescência foi a possível homossexualidade de Marta. Sarah relatou que com o início da adolescência tinha percebido que ela mantinha com suas amigas mais do que amizade: *Parecia que ela queria me afrontar. Quando perguntava apenas ria e perguntava o que eu achava disso. Não era um sim ou um não, mas sempre um talvez.*

Não seria os furtos, as drogas e a própria possível homossexualidade uma tentativa de Marta para que Sarah desviasse o olhar de sua filha ideal, Bruna, e se direcionasse a ela? A inveja mencionada por parte de Marta à Bruna também desvelara-se como ciúmes dessa relação. Além disso, Bruna era uma adolescente revestida de atributos femininos. Ao participar das atividades de grupo juntamente com Sarah, demonstrava-se vaidosa, delicada e como destacou Marta em uma das sessões: *nunca passou despercebida pela sua beleza*. Já Marta não partilhava das mesmas características. Quando pude conhecê-la pessoalmente, demonstrava-se desconfortável com seu corpo feminino, buscando revesti-lo com roupas e traços masculinos. A profunda admiração pela beleza da irmã era convertida em uma relação ambivalente, de amor e ódio, a qual também estendia-se a Sarah.

A possível eleição objetal homossexual de Marta pode ser considerada transitória e ou fruto de uma tentativa de identificação feminina por meio de uma posição ativa. Além disso, destaca-se que a figura masculina na história de Marta foi ausente.

Inicialmente Sarah creditava à imagem não esquecida da genitora e a sua filha a dificuldade de não conseguir assumir o lugar de mãe para Marta. No decorrer das sessões, no entanto, começou a se questionar o que é ser mãe e porquê adotou duas outras filhas, sendo que já possuía dois outros filhos e era solteira. Sarah passava a questionar-se do lugar que o materno ocupava em sua vida e em seu discurso.

As falas de Sarah sobre os outros três filhos, surgem como possibilidade para repensar sobre o ser mãe. A primogênita era considerada por Sarah como a filha ideal, aquela que ouviu os seus conselhos, que seguiu suas expectativas, que correspondeu aos desígnios do seu desejo materno. O seu filho, porém, representou para Sarah um declínio, uma falha que precisava ser reparada. A que falha se referia? Seu filho foi diagnosticado na adolescência com transtorno bipolar. Sarah culpava-se da condição psiquiátrica dele, destacando que talvez não foi uma boa mãe. Ao deparar-se com os dramas do relacionamento familiar, Sarah questionava-se sobre porquê adotou duas meninas. Quais os motivos que Sarah teria para ser mãe novamente, como ela mesmo mencionava.

Sarah não trazia nas sessões outros conteúdos que não remetessem diretamente a sua vivência do materno, dedicara-se exclusivamente aos cuidados dos filhos, principalmente a sua filha que encontrava-se internada.

Outras questões nas sessões tornaram-se emergentes: a dificuldade de aceitar o amadurecimento de Bruna e a relutância em manter contato com Marta. Nesse contexto



delineava-se outra configuração *prender demais* da dinâmica familiar. Sarah tinha dúvidas quanto a sua posição e desejo materno, destacando seu receio de criar outra *situação de abandono* para Marta, pois estava relutante em manter contato com ela, bem como receava por Bruna, pois esta última começou a trabalhar e a namorar: *acho que estou com medo de perder mais uma filha, de ficar sozinha, aí fico tentando prender, criando uma série de não pode. Estive pensando em adotar novamente.*

As fantasias da perda da condição materna, suscitou inquietações a Sarah quanto aos possíveis destinos para sua feminilidade. Se não pode mais ser mãe, o que ela poderia ser? Que outras narrativas poderia construir para sua vida?: *eu só sei ser mãe.*

Para Sarah ser mãe implicou para ela na perda e afastamento de outras relações, principalmente as amorosas. Adotar outra criança, ser mãe novamente, seria uma tentativa de tamponar a sua falta. Contudo, ao expressar o querer continuar ser mãe, também destacou o *fardo* que a maternidade representa na vida de uma mulher: *não há como uma mãe negar um filho.*

Sarah referia-se a negar sua filha ao relatar que não queria o retorno dela sob sua convivência. O mal-estar oriundo da relação com Marta, antecedia, segundo Sarah ao período em que a adolescente passou a usar drogas: *eu sentia que ela não me aceitava como mãe, pois ela tinha muitas coisas pendentes com a outra mãe, muita mágoa por ter sido abandonada.*

Somado a imago materna que Marta trazia consigo, de uma mãe má, que abandona, Sarah relatava que sua própria história com as figuras parentais também influenciavam na dificuldades no relacionamento com sua filha: *hoje eu percebo o quanto eu errei, quer dizer, não foi bem erros, apenas reproduzi sem pensar muito o que me foi dado. Meus pais eram daquelas pessoas rígidas. Abraçar, beijar, dizer eu te amo, isso não existia. Eu mesma tenho essa dificuldade, só fui dizer eu te amo para o meu filho que tem transtorno, depois que ele ficou adulto.*

Faltando aproximadamente três meses para o retorno de Marta da clínica, Sarah não compareceu às sessões. Quando entrava em contato, remarcávamos, porém não comparecia. Assim que Marta retornara ao seu contexto familiar, porém, Sarah pediu para retomar às sessões. Na primeira sessão do seu retorno mencionou que *não tinha mais como fugir*. No primeiro mês a convivência entre ambas não apresentou conflitos, porém não estava *satisfeita* com a filha que retornara: *ela está parecendo um zumbi. O que faço? Disseram no relatório médico que ela tem traços borderline e que é um perigo para ela e para os outros.*

Sarah no início das sessões nutria fantasias de que Marta retornaria como outra pessoa, no entanto, o sujeito que retornara não correspondia aos seus ideias de filha: *ela está lenta, parece que nem está viva. Esse medicamento é forte. Ela tinha os problemas dela, mas era cheia de vida. Essa não é minha filha.*

Com o passar das semanas, porém, Marta parou de tomar a medicação e começou a retornar, segundo Sarah, ao *normal*. Sarah demonstrava-se feliz por reencontrar a filha que conhecera, mas os *velhos conflitos* retornaram. O uso de drogas e a prostituição tornaram-se novamente o hiato que as distanciava.

Sarah passou a ler materiais relacionados ao transtorno borderline, ficando *horrorizada* com as características dessa psicopatologia. Relatara desconfiar que havia algo errado em sua filha desde a infância, pensava que era sua culpa, por não saber lidar com Marta.

Os conflitos se intensificaram, principalmente decorrentes das comparações e rivalidade de Marta para com Bruna no que se refere aos atributos femininos. Sarah passou a trazer nas sessões que poderia acontecer uma *tragédia*: ... *tenho muito medo, sabe o que ela me disse? Que tinha tanta inveja da irmã por ela ser bonita, que ela queria matá-la. Queria ser ela.* Para *completar*, segundo Sarah, Marta havia reencontrado sua mãe biológica e decidira morar com ela.

Sarah reiterara que a relação não resolvida de Marta com sua mãe, sempre foi um obstáculo que não conseguia superar, era mais forte que ela. Após a saída de sua filha de casa, Sarah trouxe às sessões sentimentos de alívio e culpa. Mesmo tendo saído de sua casa, Marta mantinha contato com ela. Nesses contatos, Marta relatara que usava drogas com sua mãe biológica.

Faltando uma semana para Marta completar 18 anos, Sarah entrou em contato comigo e disse que viajaria à tratamento médico e que tinha decidido deixar Marta seguir o seu *destino*. Sarah a partir desse contato não compareceu mais às sessões.

## UMA CONCLUSÃO NÃO-TODA

A maternidade e a feminilidade foram temáticas amplamente discutidas por vários campos do saber – como a sociologia, a medicina, a psicologia e a própria psicanálise - que se propuseram a desvelar e dar destinos aos mistérios que recobrem o feminino. No decurso da história da humanidade a mulher obteve variados nomes, os quais de acordo com cada contexto social, político e cultural tentaram descrevê-la, normatizá-la e subjugá-la. Contudo, os movimentos feministas, a luta pela igualdade civil entre homens e mulheres, a garantia de direitos constitucionais e a criação de políticas públicas específicas para o atendimento à mulher, viabilizaram a ela outras perspectivas de vida e de participação social.

As mudanças sociais possibilitaram às mulheres abrir caminhos para ressignificação do discurso biologizante, que possui resquícios culturais do patriarcado, sobre seu corpo e a sobre a maternidade, lhes permitindo experienciarem a vivência do materno como uma escolha de ter ou não um filho. Entretanto, no que compete aos filhos, ainda cabe primeiramente a elas cuidar, amar e educá-los. Essa função social, mesmo tendo assumido uma outra configuração na modernidade, pois o homem passou a compartilhar dessas atribuições, antes delegadas exclusivamente ao feminino, ainda encontra nas mulheres o seu fim último.

A escuta de mulheres, que tiveram filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente, sobre a vivência da maternidade e da feminilidade, trouxeram questionamentos sobre o lugar designado a elas na sociedade e na constituição da subjetividade humana. Para além de um discurso de um amor materno, inerente à condição feminina, os relatos das mulheres atendidas apontam as inadequações e contradições da vivência da maternidade, que ora se apresentava como uma condição de exclusão de ser mulher, como um complemento do ser feminino ou como uma repetição da relação estabelecida com a própria mãe. Nesse sentido, a escuta psicanalítica a essas mulheres permitiu estabelecer algumas diferenciações entre uma verdade material - representada pela retirada das crianças e dos adolescentes do convívio familiar e comunitário, devido às situações de risco e vulnerabilidades sociais - de uma verdade psíquica, na qual as mulheres participantes da pesquisa se posicionavam diante da feminilidade e maternidade.

As políticas de assistência social, dentre as suas atribuições, preconiza fortalecer os vínculos familiares e sociais, buscando a superação das fragilidades das famílias, provenientes das desigualdades sociais existentes. Suas ações estão voltadas para a garantia da

emancipação dos sujeitos que dela necessitarem. A inserção das famílias em seus programas, o acompanhamento e atendimento em rede, são algumas das estratégias adotadas, principalmente no que se refere à possibilidade de reintegração de crianças e adolescentes que foram acolhidos institucionalmente aos seus contextos familiares. Contudo, essas ações e práticas profissionais envolvidas, tornam-se alvos de discussões quando há reincidências da aplicabilidade dessa medida protetiva e persistência dos motivos que ensejaram os acolhimentos.

Não raramente os profissionais que atuam nesses casos, questionam-se sobre a efetividade da política, dos serviços e sobre quais seriam os encaminhamentos mais assertivos em cada caso. Há ainda uma sobrecarga de “demandas”, em que o profissional se vê coagido a “dar conta”, podendo adentrar, desse modo, em uma lógica massificadora, na qual as estratégias adotadas em um caso particular se estendem aos demais. Que tipo de escuta pode-se conferir ao sujeito que “demanda” dessa política a partir desse quadro?

Para a psicanálise o que não é nomeado, dito, retorna em ação. O reincidir, em muitas situações desvela mais do que uma carência material ou ruptura de vínculos, pode traduzir-se como um endereçamento subjetivo que não encontrou acolhimento. Não necessariamente essa acolhida precisa ser de orientação analítica, outros campos do saber podem empreender esse tipo de escuta.

*Me dizem o que devo fazer, mas ninguém quer ir na minha casa para ver como é. Não me perguntaram se eu queria ser atendida lá, só quiseram me convencer que seria melhor. Cansei de andar e não sair do lugar (Catarina).* Esse recorte de uma das sessões com Catarina, configura a “peregrinação” que alguns sujeitos realizam nos variados serviços em busca de respostas às suas questões ou como “prova” aos técnicos do caso de que merecem ter seus filhos novamente. Médicos, psicólogos, assistentes sociais, juízes, promotores e educadores sociais são alguns dos personagens que passam a fazer parte do cotidiano de algumas famílias, os quais valem-se do discurso do mestre e do discurso universitário, impondo condutas de comportamento e saberes sobre as formas de viver. Estabelece-se assim as relações assimétricas e de poder.

A política pública de assistência social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destarte, tem como diretriz assegurar aos sujeitos-cidadãos os direitos sociais. Nessa perspectiva o acesso a esses direitos e a promoção da cidadania constituem a especificidade dessa política pública, a partir de serviços e ações voltados à população vulnerável.

O SUAS, pretende a partir de seu modelo de gestão e diretrizes, buscar romper com práticas de caridade, benevolência, e assistencialismo, constituindo-se como um sistema que articula, orienta e oferece acesso à política pública. No entanto, para além de um sujeito-cidadão que ocupa um lugar em uma estrutura social, há um sujeito singular, que não raramente é acometido por sintomas e expressões oriundas do mal-estar do encontro com o que é próprio da coletividade.

Nascimento (2012), destaca que mesmo com a construção de políticas públicas específicas para esse tipo de demanda, as intervenções de caráter jurídico e social, continuam a punir os pais negligentes e pobres por meio da destituição do poder familiar, acolhimento indevidos e impondo normas de conduta. Mesmo nas situações em que as políticas públicas são ausentes ou ineficientes, as famílias ainda são as maiores responsáveis pelos motivos de acolhimento.

Freud (1930) já sinalizava a impossibilidade de uma cisão entre a psicologia individual e coletiva, considerando os fenômenos sociais e as relações sociais. A experiência subjetiva estaria implicada à referência do sujeito ao Outro. As relações sociais, no entanto, no decurso da história, objetivaram a eliminação das diferenças, instaurando um ideal de normalização da sociedade.

Em seus textos *O mal-estar da civilização* (1930/ 1996) e *O futuro de uma ilusão* (1927/ 1996), Freud pontua a busca do homem de proteger-se do seu desamparo nas situações em que não pode controlar: a finitude, a fragilidade do corpo e a agressividade na relação com o outro, seu semelhante. Essa condição de desamparo, segundo Rosa (2009), pode estender-se à ordem social, como uma das políticas do neoliberalismo, produtora da quebra dos fundamentos do contrato social, a qual deixa uma parcela da população desprotegida. O desamparo é produzido no âmbito social, gerando outros tipos de violência, como a simbólica, que submete os sujeitos a um discurso hegemonicamente dominante que os exclui.

O excesso e a hipervalorização das questões sociais, entretanto, como pontua Figueiredo (1997), contribuem para que seja desviado o olhar das singularidades de cada caso, colocando o sujeito em uma condição impossível de ser superada. Qual então seria a contribuição da psicanálise para a escuta desse sujeito? À psicanálise caberia propor uma dialética com os outros campo de conhecimento, além de empreender o resgate das narrativas de vida desses sujeitos como uma via de acesso ao reconhecimento destes no âmbito social, tornando visível o que estava oculto sintomaticamente ou marginalizado pelas desigualdades sociais.

Não se pretende por meio dessas considerações realizar uma junção das políticas sociais à psicanálise, seria uma impossibilidade e romperia com os pressupostos psicanalíticos. Entretanto, a ética psicanalítica pode contribuir com a escuta das demandas culturais, históricas, sociais e políticas, que influenciam no modo com que cada sujeito se posiciona perante as configurações de sua vida cotidiana, a qual pode contribuir para produção de sintomas, subjetividades e desejos.

Com relação às mulheres dessa pesquisa a escuta psicanalítica pode construir um lugar, no qual puderam queixar-se dos imperativos sociais, que exigiam delas uma dedicação exclusiva no cuidado aos seus filhos e as responsabilizava pelo fracasso desse cuidado. O acolhimento institucional representava para essas mulheres mal-estares não apenas relacionados às situações de risco social ou fragilidade dos laços familiares em que se encontravam, mas apontavam para um sofrimento subjetivo relacionado aos caminhos trilhados por elas para lidar com a ausência de um significante que represente o feminino. A histeria, o amor, a mascarada e a maternidade seriam vias de um saber fazer com a feminilidade. Dentre esses destinos seria a maternidade a melhor saída para essas mulheres? Caso não seja, quais as implicações dessas posições subjetivas no relacionamento com os filhos?

A política pública de acolhimento institucional objetiva a brevidade dessa medida protetiva, tendo em vista o retorno desses sujeitos às suas famílias de origem ou substitutas e à comunidade. No entanto, nem todos os motivos de acolhimento estão correlacionados às situações que possam ser solucionadas apenas com inserção das famílias nos programas sociais vigentes ou em atendimentos que objetivem o fortalecimento de vínculos familiares à curto prazo. Nesse sentido, a psicanálise poderia contribuir com a escuta desses sujeitos atendidos em instituições públicas, nas quais há discursos que não consideram as singularidades das relações e buscam culpabilizar ou criminalizar comportamentos que se destoam das convenções sociais. As falas das mulheres denunciam esse mal-estar, principalmente quando há reincidência do acolhimento institucional.

Como destacado, a maternidade não representa para todo o sujeito que se inscreve do lado feminino da sexualidade, como solução de suplência diante da ausência do significante da mulher no inconsciente. Em algumas mulheres há o empuxo sem limites à outro tipo de posição subjetiva que nem sempre representa o modo como queriam viver.

Em Lacan o feminino foi visto como uma invenção que deverá ser empreendida pela mulher, uma a uma, tendo como referência as singularidades de sua subjetividade. Ainda

acrescenta, que para além de ocupar um lugar de causa de desejo para um homem, colocando-se como objeto *a*, a mulher é um ser desejante. De acordo com Soler (1998, p. 243), o desejar da mulher não se refere apenas ao gozo do homem, [...], nem de um querer fazê-lo desejar, mas do querer dela, gozar”.

Em Freud (1925a/1996) a questão feminina o *penisneide*, a inveja do pênis, teria três possíveis soluções para a mulher – a inibição sexual, o complexo de masculinidade e a maternidade -, sendo esta última via tomada por ele como a melhor solução da feminilidade da mulher a partir de um deslizamento simbólico do desejo de pênis para o desejo de um filho. Havia em Freud uma equivalência entre a feminilidade e a mulher. Em suas falas, porém, Glória trazia protestos com relação a essa equação, situando-se principalmente do lado da mulher. Catarina e Charlotte, no entanto, viviam em função da maternidade, que representava para elas uma dialética entre dor e prazer, chegando a experienciarem uma relação devastadora com os filhos (as) e parceiros. Sarah relatara identificar-se com a posição materna, expressando o desejo de ser mãe. Quatro mulheres, quatro formas de subjetivação.

Para além de cumprirem um papel social, de ordem fálica, essas mulheres traziam em suas falas um Outro gozo, um gozo a mais, que não encontrou acolhida nos espaços institucionais pelos quais passaram, como Charlotte denuncia em uma das sessões: *antes de perguntar como eu estava, o conselheiro me perguntou como estava tratando minha filha?* Charlotte queria falar sobre o seu ser mulher e não sobre o seu ser mãe. E quanto aos filhos (as), que lugar ocuparam para essas mães?

Miller (1998) localiza a criança entre o desejo e o Outro gozo. A mãe como destacado nesse trabalho, está situada no lado esquerdo das fórmulas da sexuação, sob o registro fálico; a mulher, por sua vez, encontra-se do outro lado, não estando regido sob o significante fálico. Diante da mãe, a criança se inscreve como objeto *a*, ou seja, também está sob a insígnia do Outro gozo. Esse lugar ocupado pela criança, de acordo com Lacan (1969/2003) faz com que ela se escreva no Outro, por meio do seu sintoma, que é composto de desejo e de gozo. Os conflitos, a desobediência das crianças, o uso de drogas, podem ser vias sintomáticas de se posicionarem diante desse paradoxo.

O acolhimento institucional representaria um corte, uma forma de conter o gozo infantil, da mulher e/ou da família ou se refere a uma normatização de condutas desses sujeitos? Não pretende-se dizer que essa intervenção jurídica seja estritamente nociva a esses sujeitos, principalmente à criança e ao adolescente, que em diversos casos a medida protetiva de acolhimento salvaguarda suas integridades físicas e psíquicas, todavia, garantir aos sujeitos

seus direitos, o exercício da cidadania, não garante a escuta do sujeito inconsciente e do seu desejo.

Outro conteúdo emergente nas sessões com as mulheres, referiu-se ao lugar do pai/homem em suas falas. Na história dessas mulheres, seus próprios pais mostraram-se como figuras ausentes, frágeis diante do Outro materno. Com relação aos pais de seus filhos e filhas houve uma continuação dessas características ou como apresentado no caso de Charlotte, uma devastação nessa relação.

Não é novidade que os papéis tradicionais de autoridade, principalmente a do pai, estão em declínio. Freud já observara esse fenômeno em sua prática clínica, porém foi em Lacan que o pai assume um estatuto de metáfora, um significante da Lei. Enquanto o laço materno decorre de uma presença, o laço paterno introduz a dimensão da ausência e crença na palavra, como descreve Lacan (1968-69/ 2008, p. 152): “[...] a essência e a função do pai como Nome, como pivô do discurso, estão precisamente no seguinte ponto, afinal de contas, jamais se pode saber quem é o pai. Pode ir procurar, é uma questão de fé”. Ainda acrescenta “[...] a verdadeira função do Pai [...] é, fundamentalmente unir (e não opor) um desejo à lei (LACAN, 1966/ 1998, p. 824).

Para que haja a função paterna é imprescindível que haja um pai na realidade? A função paterna e até mesmo a materna independem da presença de uma mãe ou pai reais, podem ser realizadas por qualquer pessoa significativa à criança, “[...] não é pois necessário que haja um homem para que haja um pai” (DOR, 1991, p. 19). Além disso, “[...] mesmo que haja a ausência ou morte de um pai, ele permanece como inscrição psíquica no filho, desde que tenha sido convocado pela mãe para ocupar o seu lugar simbólico”(ROSA, 2004, p.174). Contudo, mesmo havendo um pai na realidade, caso ele não consiga se fazer presente no discurso da mãe, ele poderá ser mais ausente do que um pai existente no real.

Nos relatos das mulheres o pai que se fazia presente, paradoxalmente, era um pai que havia abandonado os (as) filhos (as). Convém salientar que não houve a presença de uma figura masculina familiar nos casos que envolveram o acolhimento dos (as) filhos (as) das mulheres participantes dessa pesquisa. O homem não se fez presente nas cenas familiares, acarretando em uma sobrecarga dessas mulheres que passaram a assumir todas as atribuições da família. Para além de poder realizar uma função simbólica, quais seriam as outras atribuições do homem para a família que aparentemente sinaliza viver melhor sem ele? Essa é uma configuração familiar que demanda outros tipos de escuta e pesquisas, principalmente no que concerne à reformulação das políticas públicas que não consideram as questões de gênero



existentes nesse fenômeno. Culturalmente, as mulheres se veem obrigadas a se desdobrar em várias personagens para dar “conta da vida”, chegando ao ponto de se despersonalizarem. Mãe, mulher, trabalhadora, educadora, até mesmo pai são alguns dos revestimentos, semblantes, que utilizam, podendo ocasionar em um sentimento de ausência de identidade, já que devem administrar muitas. Seriam esses semblantes, consequências da impossibilidade de uma representação inconsciente da mulher ou consequência de uma cultura machista, que ainda delega a ela o papel social materno e uma restrição à vida privada?

Não é intenção dessa pesquisa iniciar à guisa de conclusão uma problematização acerca das questões de gênero em possíveis interfaces com a psicanálise, porém, destaca-se que a escuta analítica contribuiria para realizar uma leitura dessas demandas que chegam às instituições públicas, que nem sempre estão ligadas à busca de “benefícios” ou de serviços de ordem objetiva, mas referem-se a uma demanda de caráter subjetivo, como foram os casos das quatro mulheres que participaram dessa pesquisa. Ao praticante de psicanálise que atua em instituições públicas, portanto, além de garantir o acesso às políticas e à participação desses sujeitos da cidadania, este deve partir do desejo do analista, que está ligado a uma posição feminina, do lugar de causa de desejo, não do lugar de resposta. O discurso do analista possibilita que o sujeito advenha com suas questões. Eis uma das inúmeras contribuições da mulher para a construção da psicanálise, assim como ela, é não-toda, ou seja, também situa-se em um mais além.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A; KNOBEL. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artemed, 1981.

ALBERTI, S. **O adolescente e o outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ANDRÉ, S. **O Que quer uma mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ARIÈS, P. (1962). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

AZZI, R. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Cehila-Paulinas, 1992.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **Um é o Outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BEIVIDAS, W. Pesquisa e transferência em psicanálise: lugar sem excessos. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, 1999. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279721999000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721999000300016&lng=en&nrm=iso)>. accesson 27 Feb. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300016>.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BLOS, P. **Adolescência**: uma interpretação psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRANDÃO, J. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL. Lei 8069/90, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 07 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica de recursos humanos do SUAS – NOB – RH/ SUAS. Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Brasília: O ministério, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - (PNAS)**. Brasília: O Ministério, 2004.

BROUSSE, M. H. Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação da relação com a mãe. A política do medo e o dizer do psicanalista. **Latusan**. 9, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CASEY, J. (1989). **A história da família**. São Paulo: Ática, 1992.

CAMBI, F. **Rousseau: o pai da pedagogia contemporânea**. In: História da pedagogia. São Paulo: EDUNESP, 1999, p.342-355.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARDOSO, M. R. (org). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2011.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Org.) **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P. 13-38.

COULANGES, F. de. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CREPOP. **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**. Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artemed, 1992.

\_\_\_\_\_. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DRUMMOND, C. Devastação. **Opção lacaniana**. nº6. nov-2011, pp. 1-14.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

EMÍDIO, T. S. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**: um estudo sob o olhar da mitologia e psicanálise. Dissertação de Mestrado. Faculdades de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2008, 146f.

EURÍPIDES. Medéia, In: ÉSQUILO; SÓFOCLES; EURÍPEDES. **Prometeu acorrentado; Édipo Rei; Medéia**. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

FALEIROS, V. P. **Infância e Adolescência**: trabalhar, educar, assistir, proteger. Revista *Ágora*, ano 1, n.1 outubro de 2004.

FANGMANN, L. Do sintoma ao sinthoma: uma via para pensar a mãe, a mulher e a criança na clínica atual. **Opção lacaniana**. nº 2. Julho – 2010, pp. 1-6.

FÉDIDA, P. **A construção do caso**. In: Nome, Figura e Memória – a linguagem, na situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1991.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREITAS, L.A.P. **Adolescência, família e drogas**: a função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1908). Escritos criativos e Devaneios. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1910). Futuro de uma ilusão. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996

\_\_\_\_\_. (1913). Totem e Tabu. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1914). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1918). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1919). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1920). Além do princípio do prazer. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1923a). Dois verbetes de Enciclopédia. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1923b). Organização genital infantil. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1923c). O ego e o id. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1925a) Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos.. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1925b). Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1926). A questão da análise leiga. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1931). Sexualidade feminina. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1933). Feminilidade. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. (1937). Análise terminável e interminável. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUENTES, M. J. S. **As mulheres e seus nomes: Lacan e o Feminino**. Tese (Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

GRANT, W. H. **A mascarada e a feminilidade**. Psicol. USP, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641998000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 03 Mar. 2014.

HAMAD, N. (2002). **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HARARI, R. **Por que não há relação sexual**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

HERZOG, R; SALTZTRAGER, R. O sentido da revolta adolescente na contemporaneidade. In: CARDOSO, M. R. (org). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2011.

HESÍODO. **Teogonia**. São Paulo, Iluminuras, 1991.

HURSTEL, F. A Função Paterna, Questões de Teoria ou: Das Leis A Lei. Tradução Paulo Schneider. In: ALTOÉ, S (Org). **Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

IPEA/ CONANDA. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

JANCZURA, R. **Abrigos e Políticas Públicas**: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Trabalhos e os Dias**. São Paulo, Iluminuras, 1991.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

JORGE, M. A. C.. “Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos”. In: JORGE, M. A. C.; RINALDI, D. (Org.). **Saber, verdade e gozo - Leituras de O Seminário livro 17, de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2008.

LACAN, J. (1953). Função e campo da linguagem. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 325-364.

\_\_\_\_\_. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos revela a experiência psicanalítica. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 1998, p. 96-103.

\_\_\_\_\_. (1956-1957). **O Seminário, Livro 4**. As relações de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. (1957-1958). **O Seminário, Livro 5**. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. (1958). A significação do falo. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 692-703.

\_\_\_\_\_. (1964). **O Seminário, Livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1966). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 537-590.

\_\_\_\_\_. (1968). Alocução sobre a psicose da infância. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 359-368.

\_\_\_\_\_. (1968-1969). **O Seminário, Livro 16**. De um ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1969). Duas notas sobre a criança. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, 369-370.

\_\_\_\_\_. (1969-1970). **O Seminário, Livro 17**: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. (1972-1973). **O seminário, Livro 20**. Mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Mito individual do neurótico, ou, A poesia e verdade na neurose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LASCH, C. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LÉVY, R. **O infantil na psicanálise**: O que entendemos por sintomas nas crianças. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LIMA, G. G. A relação mãe-criança e a feminilidade: questões para clínica psicanalítica. In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 4., 2002, São Paulo. **Proceedings online**. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>>. Acessado em: 27 Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Da mãe A mãe**: os circuitos do amor, desejo e gozo. Tese (Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.



LOBO, S. **As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa”**. Revista Brasileira de Psicanálise · Volume 42, n. 4, 67-74 , 2008.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARCOS, C. M. Reflexões sobre a clínica-escola, a psicanálise e sua transmissão. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, 2011 . Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 04 Mar. 2014.

MAURANO, D. **A transferência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MEYER, L. O método psicanalítico. In: SILVA, M. E. L. (org.) **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993.

MENA, L. F. B. **A função do pai em psicanálise**: para que serve a autoridade?: função e deriva na modernidade. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano). Setor de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

MEZAN, R. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Freud o pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Que significa “pesquisa” em psicanálise. In: SILVA, M. E. L. (org.) **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993.

MILLER, J.- A. A criança entre a mulher e a mãe. **Opção lacanianan**. 21, abr.- 1998, pp. 7-12.

\_\_\_\_\_. **A invenção psicótica**. Opção Lacaniana n. 36. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lacan elucidado — palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

\_\_\_\_\_. O osso de uma análise. Ed. especial. In: **Agente – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**. Salvador, 1998.

Motta, M .A. P. **Mães Abandonadas**: a entrega de um filho em adoção . São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia&Sociedade**.v.24, n.3, p. 437-444, jul-set. 2012.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NOGUEIRA, L. C. A pesquisa em psicanálise. **Psicol. USP**, São Paulo,v.15,n.1 -2, Junho de 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642004000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000100013). Acesso em 30 de abril de 2013.

PARKER, R. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

PETRI, R. **Psicanálise e educação no tratamento da psicose infantil**: quatro experiências institucionais. São Paulo: Editora Anna Blume, FAPESP, 2003.

PINSKY, J. **As primeiras civilizações**. 13. Ed. São Paulo: Atual, 1994.

PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica em Psicanálise. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, n. 3, v.12, Porto Alegre, CPG Psicologia/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Psicanálise e Universidade: mais, ainda. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 77-85, jun.2005. Disponível em:[http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20051220154331.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20051220154331.pdf). Acesso em 24 de maio de 2013.

PINSKY, J. P; PINSKY, C. B (Orgs.).**História da cidadania**. 4. Ed. São Paulo: Contexto,2008.

PISANO, M. A. M. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 3 ed. São paulo: Cortez, 2008.

QUINET, A. **Psicose e laço social**: Esquizofrenia, paranoia e melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RIZZINI, I. (coord.) **Acolhendocrianças e adolescentes: experiências de promoção do**

**direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2007.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente, Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

ROMERA, M. L. C; ALVARENGA, C. O ensino da psicanálise na Universidade: do legado de um impossível à invenção de possibilidades. **Jornal de psicanálise.** São Paulo, v. 43 (79): 187-199, 2010.

ROSA, L. W. A questão do pai na adolescência. In: GRAÑA, R.B.; PIVA, A.B.S. **A atualidade da psicanálise de adolescentes:** formas de mal estar na juventude contemporânea. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. In **Revista Mal-estar e subjetividade.** Fortaleza. V. IV. nº 2, p. 329-348, set 2004.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R. (Coord.) **Adolescência: abordagem psicanalítica.** São Paulo: EPU, 1993. p. 25-57.

SANADA, E. R. **A mulher e o (não) saber:** um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina. São Paulo, 2005. 214p. Tese (Doutorado). Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo.

SCOTTI, Sérgio. Psicanálise, universidade e capital intelectual. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, v. 26, n. 3, Set. 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acessado em 20 Julho de 2014.

SICUTERI, R. **Lilith:** a lua negra. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SILVA, M. E. L. (org.) **Investigação e psicanálise.** Campinas: Papirus, 1993.

SILVA, A. C. L. F. da; ANDRADE, M. M. de. Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 33, Dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acessado em 04 Mar. 2014.

SIQUEIRA, A. C. A garantia a direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 29, n.3, p.437-444, jul-set. 2012.

SOLER, C. **A psicanálise na civilização**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. **A repetição na experiência analítica**. São Paulo: Escuta, 2013.

\_\_\_\_\_. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

VORCARO, A. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. NETO, F. K; MOREIRA, J. O. (org.). **Pesquisa em psicanálise**: Transmissão na Universidade. Barbacena: EDUEMG, 2010.

ZALCBERG, M. **a relação mãe e filha**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ZORDAN, P. B. M. B. G. Bruxas figuras de poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(2): 331-341, maio-agosto/2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acessado em 04 Mar. 2014.